



Comércio livreiro em Portugal

Estado da arte na segunda década do século XXI

José Soares Neves (coord.)

Rui Beja

Jorge Alves dos Santos

Jorge Augusto dos Santos

Setembro de 2014

Relatório do Projeto *Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI*, realizado no CIES-IUL entre fevereiro e junho de 2014, uma encomenda da APEL- Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

EQUIPA DO PROJETO

José Soares Neves, doutor em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação pelo ISCTE-IUL, investigador do CIES-IUL, BPD/FCT, e Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-IUL (coordenador científico).

Rui Beja, mestre em Estudos Editoriais pela Universidade de Aveiro, licenciado em Controlo Financeiro pelo ISCAL-IPL, Economista – Consultor de Gestão e Investigador/colaborador da Unidade de I&D Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro (investigador).

Jorge Alves dos Santos, mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da informação (ISCTE-IUL), licenciado em Sociologia pela Universidade Moderna de Lisboa (colaborador).

Jorge Augusto dos Santos, mestrando em Comunicação, Cultura e Tecnologias da informação (ISCTE-IUL), licenciado em Estudos Artísticos pela Universidade Aberta (colaborador).

Editor: APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

Data: Setembro de 2014

Local: Lisboa

ISBN: 978-972-9202-53-7

AGRADECIMENTOS

À direção da APEL, na pessoa do seu Presidente, João Alvim, pelo convite para a realização do estudo. A Bruno Pacheco (secretário-geral da APEL), Ana Tristão e Conceição Tomé (agência nacional do ISBN/APEL) pelo apoio prestado na recolha e preparação de dados fundamentais.

A Ana Neves, Dora Forcas, Eduardo Boavida, Henrique Mota, João Espadinha e João Rodrigues, pela disponibilidade e relevância informativa das entrevistas exploratórias concretizadas enquanto profissionais do sector do livro.

A Fátima Medeiros, Helena Girão Santos, Jaime Bulhosa, João Paulo Pinheiro e José Pinho, pela empenhada participação nas entrevistas realizadas na qualidade de livreiros independentes.

A Maria Luísa Santos, diretora de Serviços Bibliográficos Gerais da BNP pela disponibilidade na resposta aos pedidos de informação e esclarecimentos solicitados.

À GfK, nas pessoas de António Salvador, seu Presidente, e de Ricardo Anaia, gestor da área livro, pela autorização e acompanhamento na utilização de dados do painel do mercado do livro não escolar e do seu *Estudo do Mercado dos Livros 2013*.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo *Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI* tem dois objetivos essenciais: a realização de um diagnóstico da situação no início da segunda década do século XXI e a identificação de tendências de evolução verificáveis ao longo de um período que se procurou que coincidissem com a viragem do século. Decorreu entre fevereiro e junho de 2014.

O método adotado é essencialmente qualitativo, embora a vertente quantitativa esteja também presente. A estratégia da pesquisa procurou enquadrar a evolução histórica do livro nos âmbitos cultural e socioeconómico, o caso português no contexto internacional e o comércio livreiro no mercado do livro, conforme expresso no capítulo 1.

Recolheram-se os contributos quantitativos e qualitativos disponíveis em estudos sobre o caso português, atualizaram-se séries estatísticas e construíram-se outras com indicadores económicos. Recorreu-se a fontes secundárias diversas tais como relatórios, posicionamentos institucionais e associativos, dados provenientes das estatísticas oficiais e de estudos de mercado, tudo constante no capítulo 2.

Foram realizadas entrevistas a vários profissionais do sector do livro tendo em vista obter informação útil e determinar critérios para pesquisa de dados relevantes conducentes à otimização de conclusões abrangentes. Foram igualmente concretizadas entrevistas a responsáveis de livrarias independentes, que permitem caracterizar o tipo de atividades que desenvolvem e os desafios que enfrentam, nomeadamente através da análise e transcrições vertidas no capítulo 3.

A pesquisa, recolha e análise de dados e informações obedeceram a uma perspetiva de estudo assente em quatro dimensões fundamentais: sociocultural, económica, tecnológica e político-legal. As tendências identificadas em cada dimensão, no plano internacional e no plano nacional, são detalhadamente referidas no capítulo 4.

O diagnóstico final, com a identificação dos vários aspetos de sentido positivo e negativo que se colocam atualmente, é apresentado na síntese conclusiva sob a forma de uma análise SWOT.

Conforme decorre das referências documentais mobilizadas as grandes transformações que iriam influenciar o panorama internacional do comércio do livro na segunda década do século XXI iniciaram-se nos Estados Unidos da América, no dealbar dos anos 1960, com a entrada das grandes

superfícies comerciais no retalho livreiro, a que se seguiu, nos anos 1980, uma intensa atividade de verticalização da edição, internacionalização do mercado e um conjunto de fusões e aquisições numa escala sem precedentes. A revolução digital e o rápido crescimento da *World Wide Web* constituíram, a partir de meados dos anos 1990, fator adicional e incontornavelmente decisivo para a mudança de paradigma das indústrias culturais, incluindo o modelo de negócio da edição e do comércio livreiro.

Ao nível da União Europeia esta nova realidade tem motivado relevantes tomadas de posição e iniciativas várias por parte das associações transnacionais do sector, como também de entidades governamentais responsáveis pela tutela cultural dos diversos países europeus, e pelas próprias instâncias comunitárias, no sentido de minimizar os impactos negativos de tal mudança e de promover a defesa deste importante sector cultural e económico.

Em grande medida como reflexo do contexto internacional, também em Portugal o sector do livro, e em particular o comércio livreiro, atravessa um período em que se colocam grandes desafios, a que acrescem os decorrentes da conjuntura de profunda crise económica que, de modo particularmente agudo, o país atravessa desde 2011.

As alterações referidas afetam de modo particular o comércio tradicional e, neste, em especial as livrarias independentes. O reconhecimento do importante papel por estas desempenhado a vários títulos, bem como das dificuldades que enfrentam, levou à tomada de medidas de regulação do mercado e de proteção da sua existência em vários países da União Europeia. É o caso de Portugal que adotou a Lei do Preço Fixo do Livro em 1996 e aplica o IVA à taxa reduzida de 6%.

A leitura cruzada dos indicadores económicos das empresas (número, volume de negócios, VAB) dá conta das tendências registadas na edição e no comércio do livro em Portugal nos últimos 10 a 15 anos. E dessa leitura resulta com clareza o forte impacto da conjuntura de crise. Referem-se seguidamente alguns dos dados porventura mais ilustrativos.

Vários indicadores, provenientes de fontes diversas, não comparáveis entre si, mas relevantes para dar conta das tendências das múltiplas realidades do sector do livro, convergem nas evoluções negativas a partir de 2008/2009. Outros, mais esporádicos, evidenciam sinais negativos um pouco mais tarde, quando a conjuntura de crise no país se torna mais aguda.

É o caso do conjunto das empresas com atividade principal de edição de livros cujo número decresce em 2012 (442) para um patamar similar ao registado em 2008 (441) depois de um período de crescimento que remonta pelo menos a 2004 (primeiro ano com dados). Também a partir deste ano

as empresas dissolvidas são por norma mais do que as empresas constituídas, o que significa uma alteração radical face ao período anterior. O volume de negócios regista depois de 2008 – ano que constitui um pico sem paralelo na edição, com €404 milhões – uma queda contínua que atinge em 2012 um valor (€356) abaixo do patamar registado em 2007 (em torno dos €360 milhões).

Do ponto de vista da oferta de novos títulos em suporte papel ela tende a diminuir até 2012 sem que, aparentemente, seja “compensada” pela edição de *e-books* (embora esta tenha registado um forte crescimento a partir de 2010 devido à aposta dos editores na edição em ambos os suportes, impresso e digital). Contudo, os indicadores disponíveis para 2013 mostram alguns sinais de recuperação ao nível da oferta.

Num contexto de encerramento de (pequenas) editoras e de diminuição dos títulos editados, assiste-se concomitantemente ao aumento do fenómeno da autoedição/edição de apenas um título (de um autor ou de uma instituição) e do *print-on demand*.

Quanto às empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros a tendência negativa é bem mais nítida. Depois de algumas oscilações em alta em 2007 e 2008 é a partir daqui contínua e em 2012 o número de empresas é o mais baixo de toda a série, 562, o que significa menos 132 do que em 2004. O cenário quanto à relação entre empresas dissolvidas e constituídas é semelhante ao da edição. Já quanto ao volume de negócios é mais acentuado. O pico aqui situa-se em 2009 (€145 milhões) e decresce até atingir o valor mais baixo da série em 2012 com €126 milhões, ou seja, menos €19 milhões. Do ponto de vista do VAB a evolução é muito próxima, com 2012 a registar de novo o valor mais baixo dos nove anos em apreço (€22 milhões).

A comparação dos dados destas empresas no plano europeu (UE-27) mostra que Portugal diverge da média. A variação negativa registada entre 2008 e 2011 no número de empresas em Portugal (-9,1%) contrasta com o crescimento médio verificado na UE (de 15%) e a variação igualmente negativa, mas menos acentuada, do volume de negócios em Portugal no mesmo período (-2,7%) diverge igualmente da média da UE que, neste indicador, estagnou (apenas +0,3%).

Noutra perspetiva, a da venda de livros, jornais e artigos de papelaria nas grandes superfícies retalhistas, a evolução é muito semelhante: 2009 marca um pico em alta quanto ao volume de negócios (com €229 milhões) e o início de um decréscimo que se prolonga até 2012 (com €203 milhões). Isto apesar de o número destes estabelecimentos continuar a crescer. Esta tendência de diminuição é mais vincada nas grandes superfícies não alimentares (que incluem a FNAC, por exemplo), do que nas alimentares (que incluem os híper e supermercados).

A evolução do volume de negócios do retalho (aqui apenas para o livro não escolar e para a amostra abrangida pelo painel da GfK) confirma a tendência continuada de queda a partir de 2009, ano em que era de €174 milhões, que se prolonga a 2013, com €147 milhões, ou seja, o conjunto das empresas que constituem a amostra abrangida por esta fonte (que se estima representar cerca de 75% a 80% do mercado total, sendo que a parte restante inclui as livrarias independentes) diminuiu em cerca de €27 milhões, ou seja, 16%.

Numa conjuntura de alterações profundas devido às concentrações livreira e editorial, ao digital e de crise económica, multiplicam-se as estratégias concorrenciais – cartões de desconto, campanhas (em particular no Natal), promoções comerciais com redução do preço de venda ao público – que tendem a generalizar-se e que são suscetíveis de gerar disfuncionalidades no mercado com potenciais consequências negativas na diversidade e pluralidade da oferta disponível ao leitor

Se o sector do livro em geral, e o comércio em particular, enfrentam grandes desafios, as livrarias independentes são porventura as mais afetadas, pese embora a dinâmica e a capacidade de adaptação ao contexto atual de que muitas delas têm dado prova. As entrevistas realizadas com livreiros independentes mostram bem que a principal dificuldade que enfrentam advém das práticas promocionais e de descontos do preço de venda ao público por parte das grandes superfícies e das cadeias de livrarias – com as quais não podem concorrer sem pôr em causa a sua viabilidade económica –, práticas que, no que se refere às novidades, parecem contrariar aspetos que a Lei do Preço Fixo do Livro é suposto regular.

A existência desta Lei é hoje, ao contrário do que sucedeu aquando da sua preparação, largamente aceite. Deste ponto de vista a questão central reporta-se à ausência (ou excessiva morosidade) da fiscalização do seu cumprimento por parte da entidade responsável, a Inspeção-Geral das Atividades Culturais, na tutela do Secretário de Estado da Cultura. Mas, ainda do ponto de vista das políticas públicas, os entrevistados constatam igualmente a ausência de programas específicos direcionados para as livrarias independentes embora, num âmbito mais geral, a aplicação do IVA a taxa reduzida seja considerada importante e o Plano Nacional de Leitura positivamente avaliado.

Neste quadro faz-se sentir a necessidade de criar condições para que as entidades responsáveis pela tutela da cultura tenham uma atuação mais proactiva, nomeadamente assegurando a efetiva regulação do mercado, e adequando a legislação relativa ao direito de autor e à cópia privada, mas também a relevância de os principais *players* da edição e da comercialização criarem, ou desenvolverem de forma mais efetiva, medidas que facilitem a atividade das livrarias independentes

e contribuam para preservar estes importantes espaços comerciais e de prestação de serviços aos seus clientes e leitores

Aos desafios que se colocam ao comércio livreiro e em especial no que se refere às livrarias independentes, soma-se a fragilidade do ponto de vista associativo. Apesar da existência de uma associação de editores e livreiros, a APEL, os livreiros entrevistados ou não se reconhecem nela ou manifestam reservas quanto à sua atuação em benefício dos livreiros, mas também reconhecem que, apesar das iniciativas e das tentativas no sentido do desenvolvimento de processos associativos autónomos, elas não têm, por diversos motivos, resultado. Embora isso não signifique necessariamente isolamento entre si e ausência de parcerias pontuais, contudo não têm logrado ultrapassar os principais problemas derivados do facto de não conseguirem vantagens de escala.

Em suma, pode-se concluir que o comércio livreiro em geral, e o independente em particular, se encontram numa forte encruzilhada, tanto à escala global como nacional, na qual os pontos fracos e as ameaças tendem a sobrepor-se aos pontos fortes e às oportunidades, como fica claro nas conclusões.

O presente estudo não visa apontar linhas de atuação mas tão só, como se referiu, identificar tendências de modo a melhor enquadrar o seu outro objetivo, o de realizar um diagnóstico da situação presente do comércio livreiro, de modo a informar futuras tomadas de decisão. Bom será, para que sirva os objetivos pretendidos, que as instituições profissionais e políticas se coordenem para concretizar em tempo oportuno as opções que melhor se coadunem com a nossa realidade sociocultural e geopolítica.

Lisboa, 6 de junho de 2014.

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS	6
GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	8
INTRODUÇÃO	9
1. ENQUADRAMENTO	13
1.1. O livro como uma indústria cultural	15
1.2. As raízes e a relevância do comércio livreiro na indústria do livro	19
1.3. Evolução e tendências do retalho livreiro a partir dos anos sessenta do século XX	22
1.4. Regulação do mercado e Lei do Preço Fixo do Livro	24
1.5. Factos e números que marcam a indústria do livro no século XXI	29
2. EVOLUÇÃO DA EDIÇÃO E DO COMÉRCIO DO LIVRO EM PORTUGAL	33
2.1. A edição em Portugal	34
2.1.1. Títulos editados em Portugal	37
2.1.2. Mercado externo	44
2.2. O comércio a retalho	45
2.2.1. Empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros na UE-27	45
2.2.2. Empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros em Portugal	48
2.2.3. O livro nas Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR) alimentares e não alimentares	55
2.2.4. O livro não escolar	62
3. POSICIONAMENTO DE LIVREIROS	71
3.1. Método	71
3.2. Caracterização das livrarias entrevistadas	72
3.3. Relação dos livreiros com editores e distribuidores	74
3.4. Promoções, hábitos de consumo, preço do livro e feiras do livro	77
3.5. Comércio eletrónico e livros digitais	81
3.6. Políticas públicas	83
3.7. Associativismo e cooperação interpares	88
4. TENDÊNCIAS	91
4.1. Contexto internacional	91
4.2. Contexto português	99
CONCLUSÃO: SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DO COMÉRCIO LIVREIRO EM PORTUGAL	105

BIBLIOGRAFIA	109
WEBGRAFIA	111
LEGISLAÇÃO	112

ANEXOS

ANEXO 1 – PESO DA EDIÇÃO NAS INDUSTRIAS DO ENTRETENIMENTO E MEDIA	114
ANEXO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS A LIVREIROS INDEPENDENTES	115
ANEXO 3 – LISTA DE ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS A PROFISSIONAIS DO LIVRO	116
ANEXO 4 – GUIÃO DE ENTREVISTA	117
ANEXO 5 – GRELHA (QUESTIONÁRIO) DE CARATERIZAÇÃO DA LIVRARIA	119
ANEXO 6 – TAXA DE IVA SOBRE LIVROS IMPRESSOS E ELETRÓNICOS NOS PAÍSES DA UE-27 ...	121
ANEXO 7 – CRONOLOGIA COM FACTOS RELEVANTES QUE MARCAM O SECTOR DO LIVRO (COMÉRCIO E EDIÇÃO) EM PORTUGAL (1970-2014).....	123
ANEXO 8 – CUPIX - NÍVEL DO PREÇO NORMAL DO LIVRO POR PAÍS E POR ANO (2010-2013) ..	126

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Empresas com atividade principal de edição de livros por ano (2004-2012)	34
Gráfico 2 - Empresas com atividade principal de edição constituídas e dissolvidas por ano (2000-2013)	35
Gráfico 3 - Volume de negócios das empresas de edição de livros por ano (2004-2012)	36
Gráfico 4 - ISBN atribuídos em suporte papel e eletrónico em Portugal por ano (2002-2013).....	38
Gráfico 5 - ISBN atribuídos a documentos eletrónicos por ano (2002-2013)	39
Gráfico 6 - ISBN atribuídos a <i>print-on-demand</i> por ano (2010-2013).....	40
Gráfico 7 - ISBN atribuídos a entidades do sector público por ano (2010-2013)	41
Gráfico 8 - ISBN atribuídos a autores-editores por ano (2007 e 2013).....	42
Gráfico 9 - Registos do Depósito Legal atribuídos em Portugal por ano (1974-2013).....	43
Gráfico 10 - Registos do Depósito Legal atribuídos e títulos impressos em Portugal por ano (2000-2013).....	44
Gráfico 11 - Comércio internacional: entradas e saídas de livros, brochuras e impressos semelhantes por ano.....	45
Gráfico 12 - Empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros por ano (2004- 2012)	49
Gráfico 13 - Empresas de comércio a retalho de livros constituídas e dissolvidas por ano (2000- 2013)	50
Gráfico 14 - Volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2004- 2012)	50
Gráfico 15 - Peso do Volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros no Volume de negócios total das empresas de bens culturais e recreativos por ano (2006-2012)	51
Gráfico 16 - VAB das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2004-2012)	52
Gráfico 17 - Importações e exportações das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2006-2011).....	53
Gráfico 18 - Volume de vendas de livros, jornais, revistas e artigos de papelaria nas empresas de comércio a retalho (Divisão 47) por ano (2009-2012)	54
Gráfico 19 - Peso das vendas de livros, jornais, revistas e artigos de papelaria no total das vendas de produtos culturais e recreativos (divisão 47)	55
Gráfico 20 - Estabelecimentos e volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR por ano (2000-2012)	56
Gráfico 21 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR por tipo de estabelecimento e por ano (2004-2012).....	56
Gráfico 22 - Peso relativo de livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR por tipo de estabelecimento e por ano (2004-2012)	57
Gráfico 23 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria e peso relativo no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho não alimentar por ano (2004-2012)	58
Gráfico 24 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria e peso relativo no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho alimentar por ano (2004-2012)	59

Gráfico 25 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR do retalho não alimentar por Escalão de área de exposição e venda e por ano (2004-2012).....	60
Gráfico 26 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR do retalho alimentar por Escalão de área de exposição e venda e por ano (2004-2012).....	61
Gráfico 27 - Unidades vendidas e volume de vendas do mercado do livro não escolar por ano (2007-2013).....	62
Gráfico 28 - Peso das unidades vendidas e do volume de vendas no canal livrarias e outros por ano (2007-2013).....	63
Gráfico 29 - Unidades vendidas por categoria e por ano (2007-2013).....	65
Gráfico 30 - Volume de vendas por categoria e por ano (2007-2013).....	65

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores da indústria da edição na Europa por ano (2006-2012)	32
Quadro 2 - Indicadores gerais dos ISBN atribuídos pela agência nacional por ano (2002-2013).....	37
Quadro 3 - Empresas de comércio a retalho de livros nos países da UE-27 por ano (2008-2011).....	46
Quadro 4 - Volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros nos países da UE-27 por ano (2008-2011)	47
Quadro 5 - Variação anual dos indicadores das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2004-2012).....	48
Quadro 6 - Unidades vendidas e volume de vendas por canal de distribuição e por ano (2007-2013)	63
Quadro 7 - Distribuição das unidades vendidas e do volume de vendas por Trimestre e por ano (2007-2013).....	64
Quadro 8 – Número de títulos por escalão de unidades vendidas e por ano (2007-2013).....	66
Quadro 9 - Preço médio das unidades vendidas por categoria e por ano (2007-2013)	67
Quadro 10 - Unidades vendidas por canal, por categoria e por ano (2007-2013)	67
Quadro 11 - Volume de vendas por canal, por categoria e por ano (2007-2013)	68
Quadro 12 - Variação no volume de vendas de produtos em Portugal por ano (2007-2013)	69
Quadro 13 - Volume de vendas de produtos de entretenimento em Portugal por ano (2011-2013)	69
Quadro 14 - Variação no volume de vendas do produto livros em países europeus por ano (2011-2013).....	70

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Regulação do preço do livro na Europa	26
Tabela 2 - Cronologia com factos internacionais relevantes que marcam a indústria do livro no início do século XXI (2000-2014)	30

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

APA	American Publishers Association	IGAC	Inspeção Geral das Atividades Culturais
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros	INE	Instituto Nacional de Estatística
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal	IPA	International Publishers Association
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China	IRN	Instituto dos Registos e Notariado
CAE	Classificação das Atividades Económicas	ISBN	International Standard Book Number
CERLALC	Centro Regional para el Fomento del libro en América Latina y el Caribe	LPFL	Lei do Preço Fixo do Livro
CPA	Classificação dos Produtos por Atividade	MECD	Ministerio de Educación, Cultura y Deporte
DL	Depósito Legal	NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais
EBF	European Booksellers Federation	OAC	Observatório das Atividades Culturais
EIBF	European and International Booksellers Association	OLL	Observatorio de la Lectura y el Libro
EIRL	Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada	PALP	Países Africanos de Língua Portuguesa
ERICarts	European Institute for Comparative Cultural Research	PNL	Plano Nacional de Leitura
EWC	European Writers' Council	RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
FCPC	Ficheiro Central de Pessoas Coletivas	SIRCOM	Base de Dados do Registo Comercial
FEP	Federation of European Publishers	SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
GEPE	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	UCDR	Unidade Comercial de Dimensão Relevante
IECom	Inquérito às Empresas de Comércio	UEP	União dos Editores Portugueses
IES	Informação Empresarial Simplificada	UE	União Europeia
		VAB	Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

Num contexto de aceleradas alterações próprias das sociedades da informação, em rede, as indústrias culturais ou criativas, de que a indústria do livro é uma das principais constituintes, enfrentam importantes desafios. Desafios a que acrescem os efeitos da crise financeira e económica desencadeada em 2008, especialmente aguda em Portugal após 2011.

No sector do livro, a comercialização é uma das atividades que tem sido mais intensamente afetada pelos efeitos conjugados das concentrações editorial e livreira, das evoluções tecnológicas e da crise, efeitos que incluem falências e encerramentos, em todo o caso diminuição do número de livrarias. E entre estas, as independentes, – termo não isento de ambiguidade mas que se refere às livrarias que associamos ao comércio de rua, de proximidade, *independentes* dos grupos editoriais ou do comércio de livros – são eventualmente aquelas que de forma mais aguda refletem os efeitos dos processos em curso.

A atenção por parte das políticas públicas, em vários países, relativamente aos problemas enfrentados por estas livrarias não é recente e vai de par com o reconhecimento do seu importante papel cultural. Ela tem expressão em Portugal em legislação que fixa o preço de venda de livros ao público, uma legislação de exceção com interferência no mercado do livro, aprovada em 1996¹ depois de um longo processo de discussão pública que remonta à década de oitenta no qual foram tentadas, sem êxito, outras modalidades existentes noutros países, como os acordos entre editores e livreiros (Santos e Gomes, 2000).

Aos argumentos invocados para a sua aprovação – o objetivo deste tipo de intervenção é, como se sabe, favorecer, proteger a existência de uma rede densa de livrarias de proximidade no todo do território nacional – decorrentes da entrada em 1985 em Portugal das grandes superfícies alimentares, e no comércio do livro, e no seu elevado poder negocial capaz de baixar de forma disfuncional os preços dos livros, somam-se desde então vários outros, que tendem a enfraquecer o papel das livrarias na intermediação entre a edição e a compra, em que se destaca: a proliferação e diversificação dos pontos de venda de livros em

¹ Decreto-Lei nº 176/96, de 21 de setembro.

estabelecimentos não especializados (de pequena, média e grande dimensão) e em espaços improvisados; a concentração editorial e a verticalização do sector; o desenvolvimento do comércio eletrónico de livros, primeiro, e mais recentemente do livro digital; a generalização, por parte de cadeias de livrarias e de grandes superfícies de comércio a retalho não alimentar, de campanhas promocionais e de descontos nos preços de venda; e ainda a aprovação de legislação mais geral mas com forte impacto no pequeno comércio (como a do arrendamento).

A enorme polémica que a Lei do Preço Fixo gerou no espaço público, particularmente aguda na fase que antecedeu a aprovação (Santos e Gomes, 2000) esbateu-se depois (Neves *et al.*, 2012) e hoje a sua existência não parece levantar especial controvérsia. Contudo, o mesmo não se pode dizer quanto à sua aplicação e, sobretudo, à fiscalização da sua aplicação, desde 2000 cometida a um organismo da tutela da Cultura, a Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC)². Justamente, em dezembro de 2013, foi despoletada uma ação coletiva junto da IGAC por parte de um conjunto de 26 livrarias independentes denunciando violações da Lei em campanhas de vendas de livros³.

Foi portanto num contexto em que se avolumam os sinais de preocupação face à situação das livrarias, e em particular, como referido, as independentes, que se concretizou o presente estudo. Na sua realização tiveram-se em conta abordagens várias sobre o sector do livro, internacionais e nacionais, mas o objeto central é o comércio livreiro em Portugal. Deste ponto de vista o presente estudo integra uma linha que conta com alguns contributos recentes (Neves e Santos, 2010; Dionísio e Leal, 2012; Beja, 2012; Neves *et al.*, 2012; Neves *et al.*, 2012a), para além do já citado estudo sobre a aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro (Santos e Gomes, 2000). Os objetivos a cumprir no curto período de quatro meses definidos para a sua duração são essencialmente dois: por um lado, a realização de um diagnóstico da situação no início da segunda década do século XXI e, por outro, a identificação de tendências de evolução verificáveis ao longo de um período que se procurou que coincidissem com a viragem do século.

As questões colocadas e que orientaram o presente estudo são várias e articuladas entre si. Qual a evolução recente e que tendências se identificam quanto: ao mercado do livro (edição) e à comercialização; às livrarias, e às livrarias independentes em particular; às tecnologias digitais; ao enquadramento legal específico do sector; às políticas (culturais) públicas; aos posicionamentos institucionais públicos; aos posicionamentos associativos, profissionais.

² Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de setembro, artº 16º.

³ “Livrarias independentes denunciam violação da Lei do Preço Fixo”, publicada a 20-11-2013 em <http://livrariapodoslivros.blogspot.pt/2013/11/livrarias-independentes-denunciam.html>.

O método adotado é essencialmente qualitativo, embora a vertente quantitativa esteja também presente. A estratégia da pesquisa procurou enquadrar o caso português no contexto internacional e o comércio livreiro no mercado do livro. Para além de recolher os contributos quantitativos e qualitativos disponíveis em estudos sobre o caso português atualizaram-se algumas séries estatísticas e construíram-se outras com indicadores económicos.

Recorre-se a fontes secundárias diversas, de natureza bibliográfica e documental, tais como relatórios, posicionamentos institucionais e associativos, e a dados estatísticos, designadamente provenientes das estatísticas oficiais e de estudos de mercado. Recorre-se igualmente a fontes primárias, produzidas no âmbito do estudo, por via das entrevistas realizadas a vários profissionais do sector e a responsáveis de livrarias independentes. Se as primeiras, exploratórias (em número de 6), visaram traçar o quadro geral de evolução do comércio livreiro nas últimas décadas de modo a melhor situar os atuais desafios, com as segundas (em número de 5) procurou-se auscultar os protagonistas principais do estudo – as livrarias independentes – relativamente aos desafios e aos problemas que enfrentam.

O presente relatório estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro contextualiza-se a evolução do livro nos domínios sociocultural e económico, identificam-se as principais tendências do sector do livro em geral e do comércio livreiro em particular, nos planos internacional (destaca-se, naturalmente, a União Europeia) e nacional, tendo por base estudos, relatórios e posicionamentos institucionais e associativos. No segundo procede-se a uma sistematização de indicadores quantitativos com natural ênfase para os nacionais sem perder de vista, quando possível, o seu enquadramento internacional. Procura-se assim, por via do cruzamento dos contributos provenientes de fontes várias, traçar o quadro geral de evolução do comércio do livro em Portugal desde a viragem do século e, naturalmente, qual a situação o mais atual possível de acordo com a disponibilidade de dados, conhecida que é alguma diferença entre a difusão e a produção da informação. O terceiro capítulo dá conta dos resultados obtidos com base nas entrevistas aos livreiros independentes. Naturalmente, não se pretende que os resultados apresentados neste capítulo, em que se privilegia a transcrição de excertos, portanto o discurso direto dos entrevistados, sejam representativos do que seria, eventualmente, o posicionamento dos livreiros. Procura-se, isso sim, dar conta dos posicionamentos sobre os diversos temas considerados pertinentes pela equipa do projeto e pelos entrevistados no contexto atual, como se verá nuns temas mais consensuais, noutros com matizes.

Após um primeiro capítulo de enquadramento, seguido de dois em que se sistematizam os dados quantitativos e qualitativos entretanto recolhidos, avança-se, no quarto capítulo, com uma síntese das principais tendências identificáveis, nos planos internacional e português.

Na conclusão retomam-se os principais aspetos abordados ao longo do relatório e avança-se uma outra síntese, agora com marcado pendor diagnóstico, da situação atual do comércio livreiro em Portugal.

Espera-se, deste modo, dar um novo e atualizado contributo para informar a reflexão sobre o comércio livreiro em Portugal.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO

Ler e escrever constituíram-se atos tão naturais na espécie humana que raramente nos damos conta do seu verdadeiro significado e da evolução verificada ao longo do tempo. No entanto, estamos perante uma realidade que qualifica o Homem enquanto tal:

Quando o primeiro escriba riscou e pronunciou as primeiras letras, o corpo humano já era capaz dos atos de leitura e de escrita que se encontravam ainda no futuro; isto significa que o organismo podia armazenar, recordar e decifrar todo o tipo de sensações, incluindo os signos arbitrários da língua escrita ainda por inventar (Manguel, 1998:47)

É também inquestionável que a capacidade de exprimir e interpretar sons e ideias, de forma escrita, constitui prova de diferenciação do ser humano relativamente a todas as restantes espécies animais que povoaram e povoam o nosso planeta. Conforme enunciado por Paul Chalus: “Tudo aquilo que aparece nas épocas cruciais da História é comparável às emergências de que falam os biólogos e certos filósofos. Assim aconteceu com a invenção da escrita, no terceiro milénio antes da nossa era” (Chalus, 2000: 1-2).

Foi essa força suprema que fez evoluir a palavra escrita da representação pictográfica ocorrida no Sul da Mesopotâmia, então designada Suméria, entre o sexto e o primeiro milénio a.C, até ao mundo do livro impresso tal como concebido a partir do século XV e que marcou a civilização da humanidade ao longo dos cinco séculos que perdurou a era da Galáxia Gutenberg. É essa mesma força que, nos dias de hoje, mantém o livro como a mais importante das indústrias culturais e dita a sua relevância no futuro digital que se projeta como desafio de um novo paradigma civilizacional, a era da informação globalizada.

No longo caminho percorrido pela palavra escrita, o evoluir na forma de apresentação assume uma importância determinante. Nesse percurso de milénios, a apresentação dos manuscritos

em forma de códice⁴ constitui um facto de tal relevância que é por muitos autores considerado como a mais importante revolução da história do livro (Furtado, 1995: 40).

Este novo modelo de apresentação contribuiu decisivamente para o incremento na divulgação e procura dos manuscritos que os mosteiros e outros estabelecimentos religiosos produziram, ao longo dos sete séculos que mediaram entre a queda do Império Romano e o final do século XII, em regime de quase-monopólio da cultura do livro. E viabilizou igualmente as transformações intelectuais e sociais ocorridas nos finais desse século em resultado da fundação das universidades, do desenvolvimento educativo dos leigos e do aparecimento de uma antes inexistente classe burguesa. Estas alterações repercutiram-se indelevelmente na forma como os livros passaram a ser compostos, escritos, copiados e divulgados.

O passo seguinte, o aparecimento do papel como suporte para a escrita, iria alterar por completo a produção e comércio do livro e potenciar o seu futuro:

No estrito plano da técnica material, e sem abordar o estudo da apresentação e da decoração do livro, apenas poderíamos mencionar, para o período «laico» da sua história, ínfimas alterações em relação aos séculos precedentes. Uma inovação, no entanto, deve ser mencionada, por ter tido importantes repercussões no fabrico e no preço dos livros: queremos referir-nos ao aparecimento do papel, que não vai, certamente, substituir o pergaminho, bem longe disso, mas ombrear com ele, revezar-se e permitir, paralelamente à produção de luxo ou semi-luxuosa, a introdução de livros menos caros (se bem que a diferença de preço, originalmente, não fosse tão considerável quanto, às vezes, se julga), e produzindo em maior quantidade (Febvre e Martin, 2000: 12-13).

Mas seria a invenção da imprensa, simbolicamente associada à publicação em 1455 da Bíblia de 42 linhas, a designada Bíblia de Gutenberg, que daria lugar ao paradigma sociocultural que caracterizou a nossa civilização ao longo dos últimos cinco séculos:

⁴ Um códice (ou *códex*, da palavra em latim que significa «livro», «bloco de madeira») é um livro manuscrito, em geral do período da Antiguidade tardia até a Idade Média. O códice é um avanço relativamente ao rolo de pergaminho, e gradualmente substituiu este último como suporte de textos e imagens: <<http://tipografos.net/glossario/codice.html>>.

Saído do monástico scriptorium onde era copiado e frequentemente iluminado, ou da órbita da instituição universitária que o encomendava para uso docente, o livro, agora facilmente duplicável, vai conquistando o seu espaço e definindo o seu poder na sociedade civil. E os grandes movimentos ideológicos que desde o séc. XV têm abalado e transformado o mundo (Reforma e Contra-Reforma, Iluminismo, Revolução Francesa, Independência da América, Revolução Russa...) foram precedidos, acompanhados e seguidos por esse conjunto de folhas impressas, dobradas e aglutinadas umas sobre as outras, que constitui a forma material do livro (Guedes, 2001: 23-24).

1.1 O livro como uma indústria cultural

O conceito de livro como objecto de raiz intelectual e prestígio social passou a assumir um claro valor transacionável a partir do século XII, quando nos centros universitários despontou um escol de eruditos, professores e estudantes, que com artistas especializados, copistas e ilustradores, se organizaram para a comercialização de livros. O incremento progressivo de novos públicos com capacidade de leitura, em especial burgueses e mercadores ávidos da cultura proporcionada pelo livro e envolvidos em inovadores progressos técnicos como a invenção do alto-forno, veio a criar as condições propícias para o aparecimento da imprensa. E, a partir daí, para que o livro deixasse de estar circunscrito ao âmbito da erudição, se vulgarizasse, entrasse no domínio da divulgação e do entretenimento, e se constituísse como um bem cultural com vasta procura e elevado potencial económico-financeiro.

É neste contexto que o livro veio a assumir estatuto privilegiado como indústria cultural⁵ de referência:

O carácter cultural do livro e a importância cultural da atividade de edição de livros são largamente reconhecidos. É consabido que o valor do livro não pode ser reduzido ao de mera mercadoria. A relação com a leitura, de que é suporte nobre, em particular tratando-se de literatura, contribui largamente para o seu valor cultural. Para além da dimensão cultural,

⁵ Sobre as características das indústrias culturais, incluindo, naturalmente, a do livro, na perspetiva da economia da cultura ver, entre outros, Benhamou (1996), Greffe (2006), Pratt (2007) e Neves *et al.* (2012).

também a dimensão económica das atividades e sectores culturais, e não apenas do sector do livro, vem sendo valorizada (Neves *et al.* , 2012: 17).

O estudo *The Economy of Culture in Europe*, preparado para a Direcção-Geral para a Educação e Cultura da União Europeia, em Outubro de 2006, com a intenção de evidenciar o impacto socioeconómico direto e indireto do sector cultural para obtenção de crescimento, competitividade, mais e melhor emprego, sustentabilidade e inovação, no espaço da União Europeia, define o conceito de *sector cultural e criativo* a partir do campo nuclear das artes e das indústrias culturais (sector cultural) e das indústrias criativas e indústrias relacionadas (sector criativo):

The cultural Sector

- Non-industrial sectors producing goods and services aiming at being “consumed” on the spot (a concert, an art fair, an exhibition). These are the art field (visual arts, including paintings, sculpture, craft, photography, the arts and antique markets; performing arts including opera, orchestra, theatre, dance, circus; and heritage including museums, heritage sites, archaeological sites, libraries and archives).

- Industrial sectors producing non-reproducible goods and services aimed at mass reproduction, mass-dissemination and exports (for example, a book, a film, a sound recording). These are “cultural industries” including film and video, video-games, broadcasting, music, book and press publishing.

The creative sector

- In the “creative sector”, culture becomes a “creative” input in the production of non-cultural goods. It includes *activities* such as design (fashion design, interior design, and production design), architecture, and advertising. Creativity is understood in the study as the use of cultural resources as an intermediate consumption in the production process of non-cultural sectors, and thereby as a source of innovation (AAVV, 2006: 2).

Estas perspetivas revelam uma clara evolução na abordagem ao estudo do livro. Na verdade:

Historicamente, a edição de livros sempre manteve relações difíceis com disciplinas como a Economia ou a Gestão, vulgarmente utilizadas em qualquer outro sector industrial. A abordagem económica foi, até há pouco, considerada pelos agentes da área do livro como uma intrusão no exercício de uma atividade eminentemente cultural. Mas se para as empresas editoras, pensarem-se enquanto indústria, com o seu específico funcionamento económico, parecia um despropósito, também os economistas sempre mostraram alguma dificuldade – ou algum «pudor», para usar o termo de Marco Gambaro – em ocupar-se dos problemas do mercado do livro (Furtado, 2009:13).

E no entanto, quão distante estava o dito pudor da predominância que o valor económico do livro tem no seio das indústrias culturais. No relatório *IPA Global – Publishing Statistics*, os dados relativos ao ano de 2012 não deixam margem para dúvidas quanto à liderança económica do livro no conjunto das indústrias culturais:

Among entertainment products, book publishing is clearly the largest equaling industry roughly three times the turnover of the global music industry, and almost 14% more than the value of global movies and entertainment. (Wischenbart, 2013:5).

O quadro descritivo constante do mencionado relatório evidencia o posicionamento do livro no âmbito económico das indústrias culturais, a nível mundial. Em 2012 representa 15% do valor total das indústrias de edição, entretenimento e *media*, próximo de sectores como a Subscrição TV e Imprensa escrita (ambos com 17%) e Publicidade em TV (16%). Em termos reais, a edição representa \$151 biliões (anexo 1).

O reconhecimento do livro como uma indústria e o crescente interesse económico que, face à massificação da procura, vem merecendo no portefólio de destacados grupos empresariais, tanto com raízes culturais como provenientes de outras áreas de atividade, em nada altera o valor que lhe é intrínseco como instrumento fundamental para o desenvolvimento sociocultural dos homens e das nações. Bem pelo contrário, a indústria do livro requer, reconhecidamente, apreciação valorativa e decisões apropriadas e específicas por parte dos poderes instituídos.

Segundo Maria de Lourdes Lima dos Santos (1999 *apud* Neves *et al.*, 2012: 36):

Há que ter em conta que, dada a peculiaridade da interação de trabalho cultural e artístico no processo produtivo, existe uma cadeia de particularidades, quer a nível de mercado, quer de produto que fazem com que o paralelo com algum do sentido produzido acerca das demais atividades económicas, não possa ser imediato. A definição do estatuto laboral, o valor de uso da mercadoria cultural, a imprevisibilidade da procura que exige um refinar e reforçar de estratégias de mercado, que normalmente não são necessárias a outras atividades económicas e a própria intervenção do Estado a nível de regulamentação e apoio para contornar a precariedade derivada dos referidos valores de mercadoria e da imprevisibilidade do mercado, todas estas exceções conferem às indústrias culturais um estatuto híbrido que implica um esforço suplementar de análise, são também os elementos que as diferenciam de outras indústrias.

Prova evidente das especificidades que caracterizam o livro no âmbito das indústrias culturais, as associações que a nível europeu representam, respetivamente, escritores, editores e livreiros, subscreveram e divulgaram um manifesto para as eleições europeias de maio de 2014 no qual expressam inequivocamente a visão comum que partilham sobre a indústria do livro e as prioridades que defendem para o sector:

Books convey ideas, feed the mind and make freedom of expression a reality. European citizens need to have access to books in order to understand the European democratic values which are underlying the European process. Books are key to our citizens' participation in economic, social, cultural and political life. This is especially true given the emergence of the knowledge economy and the increasing demand for literacy skills this has brought about.

The Book Chain: authors - the European Writers' Council (EWC), publishers - the Federation of European Publishers (FEP), and booksellers - the European Booksellers Federation (EBF), together represent a significant cultural diversity within Europe. EWC represents 150,000 authors in the publishing sector, who write in all genres, covering 40 languages; several hundred thousands of people are working in publishing houses and bookshops. Books are also the first cultural sector in economic terms, with a turnover for the publishers of €22.5 billion in 2012 and an annual production of 535,000 new titles. European publishers held a total of about 9 million different titles in stock (of which more than 2 million in digital format).

EWC, FEP and EBF have agreed on 4 Top Priorities:

1. Balanced and fair copyright conditions for the benefit of book creators and readers alike

The need to encourage innovation by supporting Intellectual Property and copyright, so that authors can create and be rewarded, publishers can invest, and booksellers can bring the finished work to book stores for the benefit of the reading public.

2. A fiscal regime which favours wide book dissemination

A book is a book regardless of its format. We call for the application of the lowest possible rate of VAT to all books regardless of their format or means of access and delivery.

3. Fair competition on the Internet, including interoperability between the different offers and encouraging the legal offer

We call for a level playing field and for the strengthening of choice for European readers. There should be full Interoperability enabling consumers to be able to read any e-book on any device and, moreover, to have the freedom to purchase e-books from any supplier - and not be locked into one supplier's ecosystem.

4. An educational choice, taking into account the fundamental role of professionally published materials

We call for any reform of the educational systems in Europe to take into account the fundamental role of professionally published materials in guaranteeing quality, fit for purpose content, and the freedom of choice. (AAVV, 2014: 1)

1.2 As raízes e a relevância do comércio livreiro na indústria do livro

Intimamente ligado à evolução de suportes físicos, formas de apresentação, modelos de produção e métodos de divulgação da escrita, o aparecimento do comércio livreiro está historicamente associado ao arranque da utilização massiva do papiro no século I, quando também se inicia uma atividade editorial significativa e se começam a constituir as bibliotecas.

A descoberta e utilização do papel, a apresentação em forma de códice, o alargamento da produção aos centros universitários, e a forma como estes se organizaram para a difusão dos seus manuscritos, constituíram elementos fundamentais para que o comércio do livro ganhasse uma dinâmica própria e decisiva para o seu futuro:

Pouco a pouco, formou-se, assim, em cada centro universitário, uma verdadeira corporação de profissionais do livro, de «clérigos», ou, muitas vezes, leigos (os livreiros eram leigos; os copistas ou «escreventes», frequentemente, clérigos), que prontamente se considerou como fazendo parte da Universidade na qualidade de «partidários». Como tal, gozavam de certos privilégios, nomeadamente da isenção da derrama e da ronda, e, no plano judiciário, dependiam das autoridades universitárias (é o privilégio do «commitimus», que para eles remontava ao princípio do século XIII). ...Uma vez na posse do cargo, viam as suas atividades rigidamente delimitadas e constantemente vigiadas no seu exercício. O livreiro era menos um mercador do que um depositário de livros usados: em razão da sua relativa raridade, os manuscritos, de facto, eram muitas vezes postos à venda, e passavam de mão em mão durante várias gerações de estudantes e professores. Este comércio de livros usados operava-se por intermédio do livreiro, mas, na maior parte das vezes, ele não era senão mandatário do vendedor, e a caução que tivera de pagar para se estabelecer garantia a sua solvência. ...Ao lado dos livreiros, simples mercadores ou comissários de livros, os «estacionários» tinham um papel bem mais delicado, posto em relevo nos belos trabalhos do Abade Destrez, graças a quem conhecemos, em pormenor, o mecanismo da «taxação das cópias», da circulação dos «exemplaria» e, de um modo geral, do que se chamou a instituição da «pecia»⁶ (Febvre e Martin, 2000:17-18).

A partir da segunda metade do século XV, com a invenção da imprensa, toda a cadeia de valor do livro se agita profundamente. No centro das grandes transformações que ocorrem, impressores e livreiros vão ganhar uma assinalável importância como protagonistas de charneira entre os eruditos que escrevem e o crescente público culto que lê, o que os obriga a desenvolverem simultaneamente capacidades intelectuais, industriais e negociais. Não é pois de admirar que se tivesse assistido a uma forte verticalização das atividades de edição,

⁶ A adoção do sistema de *pecia*, que acelerava a rotação dos exemplares a serem reproduzidos, permitia igualmente melhorar a produtividade dos escribas, sempre preservando a qualidade dos textos postos em circulação. O sistema de *pecia*, que apareceu em Bolonha e em Paris durante o século XIII, consistia em confiar aos livreiros da universidade exemplares oficialmente controlados dos principais livros de estudo; tais exemplares eram feitos de cadernos (*pecia*) não ligados, o que permitia serem alocados para inúmeros copistas ao mesmo tempo; estes podiam, então, produzir simultaneamente muitas cópias do mesmo livro. - <http://www.escritoriadolivro.org.br/historias/idademedia.html>

impressão e comércio do livro, iniciada indiferentemente por qualquer um dos elementos da cadeia ou até por escritores interessados em controlar e potenciar a divulgação das suas obras.

O subsequente aumento da quantidade de obras publicadas e das respetivas tiragens, a que veio acrescer a internacionalização do comércio do livro com todas as dificuldades logísticas que lhe estavam associadas, despoletou nos editores a necessidade de possuírem uma extensa e devidamente organizada cadeia de estabelecimentos comerciais. Numa primeira fase, essa tarefa foi cometida a agentes itinerantes que levando consigo folhetos com listas de obras se deslocavam de cidade em cidade, divulgando as respetivas obras, recebendo os clientes nos locais onde se alojavam, frequentando as feiras locais onde se concentravam mercadores vindos de outros locais, e assegurando os inerentes processos logísticos e de cobrança. Os agentes melhor sucedidos acabaram por se fixar nas cidades para onde antes se deslocavam, aí se constituindo como livreiros retalhistas que vendiam as obras publicadas por diversos editores de maior dimensão.

Em finais do século XV existe por toda a Europa uma rede organizada de comércio do livro, a qual é constituída por livreiros retalhistas nas maiores cidades e por agentes itinerantes/vendedores ambulantes de livros nas restantes. Paralelamente, mantém-se e alarga-se a tradição de venda de livros em feiras, as quais assumem grande preponderância para o comércio do livro no século XVI, como Lyon, Leipzig e Frankfurt, uma feira já importante quando a imprensa nasceu ali perto, em Mogúncia. Foi nesta importante feira que se iniciou a publicação de catálogos com os livros disponíveis, informando também quais as respetivas casas editoras e a proveniência geográfica; uma prática de divulgação e promoção do livro que os grandes editores abraçaram em força ao longo do século XVII, especialmente para informação dos livreiros. Uma prática cujo sucesso viria a estimular o aparecimento, na segunda metade do século, de jornais e outra informação bibliográfica dirigida aos potenciais leitores.

Apesar dos progressos alcançados, os tempos não foram fáceis para o comércio livreiro entre os séculos XV e XVIII. Com uma frágil e volátil regulamentação profissional, uma concorrência desleal em que a contrafação era prática comum, e incessantes perseguições decorrentes da censura imposta por autoridades religiosas e poder temporal, a arbitrariedade e a atividade clandestina tiveram campo fértil para se desenvolverem. O movimento iluminista iniciado na Europa no século XVIII e assente na cultura, na ciência, na liberdade de pensamento e no domínio da razão, vem aumentar o interesse pela leitura, a capacidade técnica de produção do livro e a racionalização do comércio livreiro: Conforme Henri-Jean Martin:

Perante todas estas mutações, verificam-se inevitavelmente alterações nas profissões ligadas ao livro. Nos anos 1835-1845, o editor separa-se do livreiro-retalhista, zela pela fabricação dos livros que coloca no mercado e exerce funções estratégicas entre o público, os autores e os tipógrafos, assim como em relação a todos os que concorrem para a realização material do livro (Martin, 1988: 406 *apud* Furtado, 1995:56-57).

É neste contexto que com base na rede de livreiros retalhistas espalhada pela Europa e na evolução sociocultural dos povos, se foi consolidando o modelo de negócio que, com as óbvias adaptações decorrentes da expansão e massificação do mercado a nível planetário, funcionou até meados do século XX como grande referência para o comércio livreiro no âmbito da indústria do livro. É sintomático que entre o século XVIII e XIX tenham sido fundados alguns dos que viriam a estar entre os principais grupos editoriais e livreiros da atualidade, como são exemplo significativo as editoras Pearson/Penguin (Reino Unido – 1724), Bonnier (Suécia – 1804), Harper Collins (Estados Unidos – 1817), Hachette (França – 1826), Bertelsmann (Alemanha – 1835), Reed Elsevier (Holanda – 1880) e Grupo De Agostini (Itália – 1901), e um pouco mais tarde as cadeias de livrarias Blackwell (Reino Unido – 1879), HungelDubel (Alemanha – 1893), Casa del Libro (Espanha – 1923) e Borders / Waldenbooks (Estados Unidos – 1933).

1.3 Evolução e tendências do retalho livreiro a partir dos anos sessenta do século XX

Na década de sessenta do século passado, a entrada das grandes superfícies comerciais no retalho livreiro, inicialmente com maior impacto nos países anglo-saxónicos, constituiu o primeiro de muitos marcos assinaláveis que ao longo das últimas décadas alteraram por completo o panorama da indústria do livro a nível planetário:

The traditional patterns of the retail book market – small independent booksellers on the one hand, department stores and other non-book retailers on the other – began to change in US with the rise of mall stores in the early 1960s (Thompson, 2011: 26).

A concentração do comércio do livro em grandes espaços comerciais e em cadeias de livrarias de implantação global como a Barnes & Noble e a Borders depressa saltou as barreiras do Atlântico; embora condicionada pelas especificidades histórico-culturais de cada país, este movimento alastrou na Europa. Perante este cenário os editores, com a capacidade negocial diminuída face ao poder dos grupos livreiros, responderam com idêntico reforço de consolidação em grandes grupos editoriais. Conforme o relatório *Book publishing at the crossroads: a company study*, divulgado em 1992 pela Coopers & Lybrand Media Group:

The 1980s was a turning point in publishing throughout the world. Vertical publishing, internationalisation of the market and merger and acquisition activity on a previously unheard-of scale all combined to bring books publishing out of its previously sleepy existence and into the “real world” of big business (*apud* Beja, 2012: 89).

Não tardou uma década para que a indústria do livro estivesse perante novo, e desta feita colossal desafio. A revolução digital que no dealbar dos anos 1990 revelara um irreversível efeito desagregador na indústria da música e deixara antever um inevitável impacto fraturante nas restantes indústrias culturais, iria dar lugar a um novo paradigma sociocultural. O rápido crescimento da *World Wide Web* a partir de meados dessa década, indiciava o final dos cinco séculos que durara a era da *galáxia Gutenberg* e a entrada na nova era da *informação globalizada*. O livro físico iria confrontar-se com o aparecimento do livro digital – de que o Projeto Gutenberg é um importante marco⁷ (Lebert, 2009) –, e os diversos protagonistas da cadeia de valor tradicional iriam enfrentar a concorrência de novos modelos de negócio liderados por conglomerados financeiros e empresas tecnológicas. O estudo *The EU Publishing Industry: An Assessment of Competitiveness*, caracteriza o impacto das tecnologias disruptivas nas indústrias de conteúdos:

The evolution of content industries and their underlying modes of production have, from the earliest times, been driven by the emergence of new production technologies and distribution

⁷ O Projeto Gutenberg foi lançado por Michael Hart em 1971 com o objetivo de disponibilizar, numa biblioteca (ou livraria pública) digital, com acesso gratuito e legal, mais de 10.000 livros.

practices. However, this evolutionary process has been often characterised by long periods of incremental growth punctuated by shorter episodes of more radical change.

Clayton Christensen draws a distinction between sustaining technologies that improve the performance of established products and business models and disruptive technologies that bring different value propositions and performance characteristics, enabling the introduction of alternative business models and changing the ways that industries function (Clayton Christensen, *The Innovators' Dilemma* -1997). Both are important contributors to the competitiveness of the European content sectors. New sustaining technologies – more efficient editorial production systems, cheaper colour print technologies, the use of e-business technologies to improve production and communication between supply chain partners – lead to economies and efficiencies. However, disruptive technologies have the potential to introduce new combinations of media, erode existing revenue models, and to force content companies to formulate new business models and change relationship with the consumer (PIRA, 2003: 117)

Destaque ainda para outros dois estudos sobre o comércio livreiro: o da *Livres Hebdo* e *Cercle de la librairie* (Moscovitz e Wischenbart, 2013) realizado com base em dados de seis países - França, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Holanda e Estados Unidos – onde se dá a conhecer as suas particularidades e se procura comparar a situação das livrarias nesses países, possibilitando assim dar conta das estratégias desenvolvidas pelos livreiros independentes; e o realizado pela *Booksellers Association of the UK and Ireland* (Charles e Ingle, 2008) que compara o Reino Unido com outros cinco mercados de venda de livros - Estados Unidos, Irlanda, Países Baixos, Suécia e Finlândia – e que procura mostrar como o mercado tem vindo a evoluir e como a relação entre os seus intervenientes tem influenciado a atividade das livrarias.

1.4 Regulação do mercado e Lei do Preço Fixo do Livro

O comércio do livro em espaços de livraria é um dos sectores que mais se tem ressentido das transformações ocorridas na indústria livreira ao longo das últimas cinco décadas. Por essa razão e pela importância que em si congrega para a divulgação da palavra escrita, como também para assegurar a diversidade cultural e a pluralidade editorial, tem sido objecto de preocupação, estudo e atuação por parte de académicos, associações profissionais no âmbito

do livro, de entidades públicas que em cada país tutelam as atividades relacionadas com o livro e a leitura, e das instituições internacionais com responsabilidades no domínio da cultura, sendo de realçar a resolução do Parlamento Europeu, de 21 de Fevereiro de 2002, que contém recomendações à Comissão sobre a elaboração de uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Preço Fixo do Livro (Rotheley, 2002).

A fixação do preço de venda dos livros ao público é uma questão antiga e transversal a vários países europeus⁸ e tem sido alvo de debate no seio da UE. A comparação dos diversos países mostra que se mantém a coexistência de diferentes modelos antes identificados (Santos e Gomes, 2000: 20-24)⁹ que passam: pela total inexistência da definição do preço de venda ao público; pela passagem a um regime de preço livre pela abolição ou abandono do modelo de fixação anterior; pela fixação de preço por acordo comercial estabelecido entre editores e livreiros; pela fixação de preço através de acordo autorizado; ou pela regulamentação do sector através da instituição de uma lei.

A tabela 1 permite dar conta dessa diversidade. Na maioria dos países da UE vigora um sistema livre de preços de venda de livros, quer porque ainda não implementou qualquer regime de regulação, quer porque entretanto aboliu ou abandonou um já existente. Por outro lado, de entre o conjunto de países que adotaram a regulação, a grande maioria optou pela fixação do preço fixo do livro por intermédio de lei (9 países, incluindo Portugal), enquanto em dois outros foi estabelecido um acordo comercial entre editores e livreiros que definem os termos em que os livros podem ser vendidos.

Contudo, se é verdade que a tónica é a diversidade de soluções, não é menos verdade que - como a mesma tabela mostra - os países que adotaram ou alteraram o seu modelo de regulação após 2000, com exceção da Dinamarca, o fizeram no sentido da adoção da lei.

⁸ Mas não apenas aos europeus. Importa referir o papel desempenhado pelo CERLALC/UNESCO (que Portugal e Espanha integram) junto dos países da América Latina e Caribe onde tem procurado incentivar o debate sobre as várias questões legais relacionadas com o livro, de forma que cada país possa depois adaptar à sua realidade. Nesse sentido, desde 2011 que passou a dispor de um instrumento - Modelo de Ley para el fomento de la lectura, el libro y las bibliotecas (CERLALC, 2011) - que serve de base normativa de auxílio à implementação em cada país de leis relacionadas com o livro, a leitura e as bibliotecas. Os países membros que já adotaram o preço fixo do livro são o México, a Argentina e o Equador, para além de Portugal e Espanha.

⁹ A Comissão Europeia (CE) não intervém junto dos países no que toca aos seus regimes de contrato sobre o preço do livro, seja através de regulamentação legal ou pelos acordos comerciais, desde que não tenha implicações no comércio entre estados membros. Por outro lado, a CE interveio no sentido de acabar com alguns dos acordos de preços entre países vizinhos com a mesma língua, como por exemplo o Reino Unido e a Irlanda; a Alemanha, Áustria e a Suíça; e as regiões flamengas da Bélgica e da Holanda.

Tabela 1 – Regulação do preço do livro na Europa

País	Regime	Definição Legal	Ano de implementação	Aplicação
Alemanha	Sim	Lei	2002 (substitui o acordo de 1888)	Papel – Sim E-book – Sim
Áustria	Sim	Lei	2000 (substitui o anterior acordo de comércio)	Papel – Sim
Bélgica	Não			
Bulgária	Não			
Chipre	Não			
Dinamarca	Sim	Acordo de Comércio	1837 (revisto em 2006)	Papel – Sim E-book – Não
Eslováquia	Não			
Eslovénia	Sim	Lei	2014 (substitui o anterior acordo de comércio)	Papel – Sim E-book – Sim
Espanha	Sim	Lei	1975 (substituída em 2007)	Papel – Sim E-book – Sim
Estónia	Não			
Finlândia	Não		Revogado em 1972	
França	Sim	Lei	1981 (Lei Lang substituiu o anterior acordo comercial)	Papel – Sim E-book – Sim
Grécia	Sim	Lei	1997	Papel – Sim E-book – Sim
Holanda	Sim	Lei	2005 (substitui o anterior acordo de 1923)	Papel – Sim E-book – Não
Hungria	Sim	Acordo de Comércio		Papel – Sim E-book – Não
Irlanda	Não		Revogado o Net Book Agreement em 1995	
Itália	Sim	Lei	2001 (alterada em 2005)	Papel – Sim E-book – Não
Letónia	Não		Revogado o acordo em 1971	
Lituânia	Não			
Luxemburgo	Não			
Malta	Não			
Polónia	Não			
Portugal	Sim	Lei	1996	Papel – Sim E-book – Não
Reino Unido	Não		Net Book Agreement (1900) denunciado em 1995	
República Checa	Não			
Roménia	Não			
Suécia	Não		Revogado em 1970	
Espaço Económico Europeu				
Noruega	Sim	Acordo de Comércio	1962 (revisto em 2005).	Papel – Sim E-book – Sim
Suíça	Não		Revogado em 1995	

Fontes: BA Reports Library, March 2013 <http://www.booksellers.org.uk/getmedia/381c710d-86a9-4b5c-adc9-5c94d74cd13d/RPM-Book-Sales-in-Europe>; IPA, Global Fixed Book Price Report, 23 May 2014 <http://www.internationalpublishers.org/images/stories/news/FBP.pdf>.

Estes sistemas variam substancialmente nos seus termos e condições e são sujeitos a revisões. Por norma o sistema de preço fixo é aplicado aos livros em suporte papel, mas em alguns países abrange já o suporte digital.

É nos países com menor pendor interventivo na regulação do comércio livreiro que os livreiros tradicionais têm sido mais atingidos, com realce para a prevalecente liberalização do mercado do livro nos Estados Unidos da América e as consequências da denúncia do *Net Book Agreement*, o acordo entre editores e livreiros para fixação do preço do livro no retalho que vigorou no Reino Unido entre 1900 e 1995. A regulamentação estabelecida na maioria dos países da Europa Ocidental, incluindo os de grande tradição livreira, como a França (Lei do Preço Fixo desde 1981, Selo de livraria independente de referência instituído em 2009) ou a Alemanha (Lei do Preço Fixo publicada em 2002 deu corpo legal a acordo vigente entre editores e livreiros desde 1888), tem apenas minimizado a hemorragia de insolvências e encerramentos que se verifica nos países anglo-saxónicos mas mostra-se insuficiente. O que leva as entidades estatais com a tutela da cultura a terem fortes preocupações sobre o futuro do livro na Europa. A posição conjunta dos ministros da Cultura da França e da Alemanha, subscrita em 17 de Fevereiro de 2014, a propósito do livro digital, é disso mais um exemplo:

À l'occasion du Conseil des ministres franco-allemand qui s'est tenu à Paris le 19 février, les ministres en charge de la Culture, Aurélie Filippetti et Monika Grütters, se sont largement entretenues de l'avenir du livre en Europe.

Elles ont adopté une déclaration commune qui demande l'engagement rapide, à l'échelon européen, d'un échange collectif sur le livre et les défis posés par la transition numérique dans cette industrie culturelle où l'Europe dispose d'atouts considérables.

Alors que le marché du livre numérique connaît un développement constant dans l'espace de l'Union, la France et l'Allemagne, partagent la volonté de préserver l'équilibre de la chaîne du livre et la diversité de la création, tout en favorisant un accès renouvelé aux œuvres grâce au numérique.

L'Union européenne doit, elle aussi, porter une vision globale et cohérente des enjeux économiques et culturels du livre.

La France et l'Allemagne demandent que cet engagement se traduise :

- par la reconnaissance du bien fondé des régulations nationales du prix du livre numérique;

- par la possibilité d'appliquer un taux réduit de TVA pour le livre numérique mais aussi la presse en ligne;
- par la création d'un vaste espace de circulation des œuvres sur les réseaux, structuré par des modèles de diffusion transfrontière, des technologies et des standards interopérables pour les lecteurs.

Les deux ministres invitent les Etats membres à rejoindre leur initiative et appellent la Commission européenne, le Parlement européen et la présidence du Conseil de l'Union européenne à prendre pleinement en compte l'importance des enjeux culturels, industriels et économiques du livre à l'ère numérique pour en faire une priorité dans leur programme de travail dès 2014.¹⁰

Por outro lado, tendo em conta que a cadeia de valor a montante do comércio livreiro está também afetada pela revolução digital, e realçando que os editores europeus são líderes globais, que o volume de negócios do comércio do livro é de cerca de €40 biliões de euros por ano e que os livros constituem um veículo fundamental para promoção da cultura na europa, a Federação Europeia de Editores (FEP) emitiu um relatório em que defende a existência de programas de apoio ao livro consubstanciado na proposição das seguintes vinte medidas fundamentais:

PROGRAMMES AT COMMUNITY LEVEL

In the field of culture, education and training

1. Adaptation of the Culture programme in order to take into account the specific features of the non-audiovisual cultural industries, notably by appointing a jury of experts from cultural industries, and to reinforce the funding of multiannual co-operative projects linked to these industries.
2. Increased support for translations, including for non-fiction, and support for training of publishers in foreign languages and specialised translations, as well as for the creation of networks of translators.
3. Assistance for common stands at international book fairs.

¹⁰ Ministère de la Culture et de la Communication (2014), Aurélie Filippetti et Monika Grütters, ministres française et allemande de la culture, appellent à une vision européenne du livre à l'ère numérique <http://www.culturecommunication.gouv.fr/Presse/Communiqués-de-presse/Aurelie-Filippetti-et-Monika-Gruetters-ministres-francaise-et-allemande-de-la-culture-appellent-a-une-vision-europeenne-du-livre-a-l-ere-numerique> (consultada a 28-02-2014)

4. Support for authors to participate in cultural events in Europe and other countries and set up of European publishing offices in Europe and other countries (China, USA, etc.):
5. Setting up pan-European training courses and developing specific qualifications for the European publishing sector.
6. Support for further action aimed at encouraging Reading among young people and underprivileged groups across Europe.

In the field of digital libraries

7. Facilitating the financing of the development of digital and digitised contents.
8. Support to train book professionals on how to use digitisation tools.
9. Further support for the adoption of identification standards and metadata for paper and electronic publications, that meet the needs of a multilingual sector.
10. Supporting the interconnection and structuring of databases.
11. Financing the training and adaptation of booksellers in preparation of the development of electronic books.

PROGRAMMES ORIENTED TOWARDS DEVELOPING COUNTRIES AND EMERGING ECONOMIES

12. Programmes for translations from or to non European languages.
13. Education aid budget allocation for the provision of books.
14. Increased financing for the acquisition of basic collections for libraries.
15. Support to develop local publishing activities, co-editions and right transfers between local and European publishers.
16. Support to publishers for the reduction of the cost of books.
17. Encourage training initiatives for publishers and booksellers on the spot.

OTHER BOOK POLICIES IN EUROPE AND IN THIRD COUNTRIES

18. Taking into consideration the horizontal aspects of cultural policies (article 151.4 of the EC Treaty).
19. Promoting the enforcement of copyright rules in other countries and within international organisations.
20. Promoting the free circulation of books (Florence Agreement and Nairobi Protocol). (FEP, 2014: 23-24)

1.5 Factos e números que marcam a indústria do livro no século XXI

A síntese cronológica dos principais factos ocorridos a nível internacional, com impacto no modelo de negócio/cadeia de valor, proporciona uma panorâmica objetiva dos fatores que

mais contribuíram para o atual estado da arte do ponto de vista do comércio eletrónico e do *e-book*, dos posicionamentos institucionais e de políticas dirigidas a livrarias independentes (tabela 2). Por outro lado, as informações e os indicadores disponíveis refletem, em termos quantitativos, tendências socioeconómicas significativas que levam o comércio livreiro a confrontar-se com um dos maiores desafios da sua longa história.

Tabela 2 – Cronologia com factos internacionais relevantes que marcam a indústria do livro no início do século XXI (2000-2014)

ANO	FACTOS RELEVANTES
2000	<ul style="list-style-type: none"> • É lançado o Microsoft Reader, primeiro software leitor de ebooks (PC, ebook reader, ou PDA), na sequência de no ano anterior, na 1ª Conferência de Ebooks organizada pelo National Institute of Standards and Technology (USA), Dick Brass, da Microsoft, ter referido que os e-books seriam o futuro da leitura e previsto que em 2018 representariam 90% do total de livros vendidos, declarando: “We are embarking on a revolution that will change the world at least as much as Gutenberg did” • Microsoft e Amazon unem esforços para a venda de e-books
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Nasce a Wikipedia • Grandes editoras (Harper Collins, Penguin, Random House) iniciam atividades no domínio do e-book • ipublish, lançado em março pela Time Warner-Books, é descontinuado em Dezembro sendo invocado como razão: “The market for ebooks has simply not developed the way we hoped” • Conselho da UE aprova resolução sobre a regulação do comércio dos livros
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Parlamento Europeu emite recomendação à Comissão para elaborar diretiva sobre a regulação do comércio do do livro
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Nascem a rede social Myspace e o sistema de comunicação videotelefone SKype
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Nasce o Facebook
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Nasce o Youtube • Authors Guild (Associação Americana de Autores) e cinco editores americanos, processam a Google por digitalizar livros com direitos de autor e disponibilizá-los ao público, livremente, no programa Google Books Search
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Aparece o primeiro e-book de segunda geração, o Sony Reader Portable • Nascem o Spotify e o Twitter
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Amazon lança o e-book Kindle • Bookeen (França) lança o e-reader Cybook
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Autors Guild e American Publishers Association anunciam pré-acordo com a Google que irá abranger grande quantidade de autores e editores em todo o mundo, para alargar o acesso online a milhões de livros e outros materiais protegidos por direitos de autor nos Estados Unidos, mediante o pagamento de 125 milhões de US\$
2009	<ul style="list-style-type: none"> • É instituído em França o selo LIR - livraria independente de referência

ANO	FACTOS RELEVANTES
	<ul style="list-style-type: none"> • Federation of European Publishers (FEP) manifesta reservas em nome de 17 das Associações dos países membros, incluindo Portugal, relativamente ao acordo estabelecido com a Google pela Authors Guild e pela American Publishers Association, nomeadamente no que se refere à forma como foram estabelecidas as bases para definição e determinação da disponibilidade comercial, e da composição do “Board of Book Rights Registry”.
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Amazon lança o Kindle DX International Edition e a 3ª geração (3G + Wifi) • Apple lança o iPad com app para e-book e iBook • Aparecem o BeBook Neo (1ª ereader com wifi na Europa), o Kobo (EUA e Canadá), o Nook Color (Barnes & Noble) e o Google eBooks • Bookeen lança o Cybook Orizon
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Amazon anuncia que vendeu mais livros digitais do que livros impressos • Borders (segunda maior cadeia de livrarias nos EUA) anuncia o encerramento de 200 lojas
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Apple lança iBooks Author¹¹ • Amazon entra na área da edição própria – Amazon Publishing (14 chancelas em 2014) • Duzentos e quarenta anos depois de ter visto a luz do dia, a Enciclopedia Britannica anuncia o fim da sua edição em papel cuja última versão data de 2010
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Americana de Editores anuncia que e-books representam 20% das vendas de livros • Os 5 maiores editores de e-books dos EUA são condenados, por concertação de preço fixo de venda, a indemnizar cerca de \$3 por cada cópia electrónica de um best-seller da New York Times que venderam entre abril de 2010 e maio de 2012¹² • Authors Guild recorre em Dezembro da decisão tomada em Novembro pelo juiz Chin, favorável à digitalização pela Google de obras fora de catálogo, invocando que a Google está a praticar digitalização e exploração massiva que excede largamente práticas admissíveis causando prejuízo aos legítimos detentores dos direitos de autor • Amazon compra rede social de livros Goodreads • ARROW plus, o programa desenvolvido no âmbito da União Europeia para digitalização de livros descatálogos, ficou finalizado para entrar em execução • BBC News informa, referindo como fonte a Booksellers Association, que no Reino Unido e na Irlanda fecharam 500 livrarias desde 2005 devido à concorrência das livrarias online, supermercados e e-books • Encerra em França a cadeia de livrarias Chapitre (53 lojas, 1200 empregados) • Fusão Penguin Books com Random House dá lugar ao maior dos 5 grandes grupos editoriais
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Fusão de Bookonline.Hu e da cadeia de livrarias Libri, líderes nos respectivos canais de retalho livreiro, potencia consolidação do mercado livreiro na Hungria e na Polónia • Penguin Random House compra Santillana por 72 milhões de euros • Apple pode vir a ser condenada em tribunal ao pagamento de uma multa de 840 milhões de US\$ por prática de concertação de preço de ebooks

Fonte: elaboração própria.

¹¹ Software para criar *e-books* no iPad, para publicação na iBooks bookstore ou para partilhar em PDF.

¹² Hughes, Evan, 20-08-2013, “The Publishing Industry is Thriving”, *New Republic* (consultada a 9-10-2013).

Mercado europeu de venda de livros

Os dados disponíveis sobre a evolução do volume de negócios registada entre 2006 e 2012 mostram uma tendência de diminuição a partir de 2007 que se acentua nos dois anos mais recentes; o reforço do peso das vendas no comércio; a progressão contínua do número de novos títulos ao longo da série mas nos três últimos anos com menor ritmo de crescimento; e a progressão do catálogo ativo com um crescimento mais acentuado em 2010 e 2011 (quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores da indústria da edição na Europa por Ano (2006-2012)

(Biliões de euros e número)

Indicadores	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Editores - Receitas da venda de livros (Biliões de euros)	23,2	24,5	23,8	23,0	23,5	22,8	22,5
Vendas por canal de distribuição <i>Comércio (retalho e por grosso)</i>	77,7	78,3	77,5	79,5	78,0	80,9	80,2
Títulos publicados no período							
Novos títulos	475.000	490.000	510.000	515.000	525.000	530.000	535.000
Títulos ativos em catálogo	5.250.000	5.600.000	6.100.000	6.400.000	7.400.000	8.500.000	9.000.000
Pessoas a tempo inteiro no sector da edição do livro	140.000	140.000	135.000	135.000	135.000	135.000	130.000

Fonte: FEP, European Book Publishing Statistics, 4 dezembro de 2009 e 12 de dezembro de 2013.

Nota: A Federação Europeia de Editores (FEP) representa 28 associações nacionais de editores da União Europeia e de Estados do Espaço Económico Europeu.

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO DA EDIÇÃO E DO COMÉRCIO DO LIVRO EM PORTUGAL

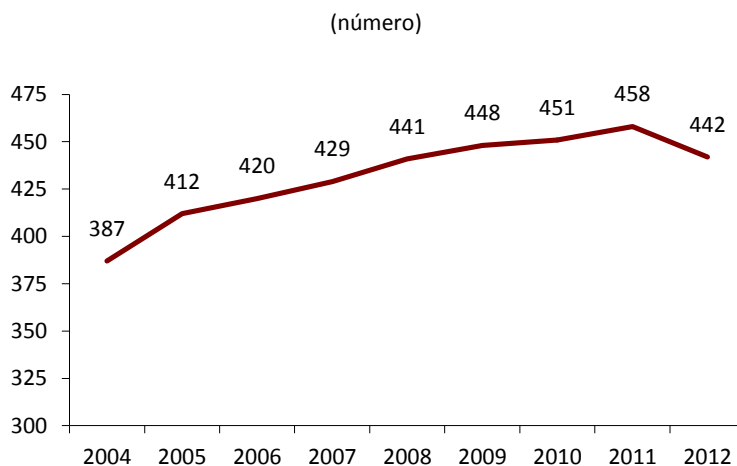
Neste capítulo analisa-se a evolução registada e identificam-se tendências tendo por base informação quantitativa de natureza económica (número de empresas, volume de negócios), e outra (número de títulos editados, disponíveis) de caracterização do sector. Uma vez que a análise é diacrónica privilegiou-se a construção de séries estatísticas. Para além dos estudos recentes sobre o sector em Portugal (Neves e Santos, 2010; Dionísio e Leal, 2012; Neves *et al.*, 2012) cujas séries se procurou atualizar e alargar a novas dimensões, recorreu-se a fontes administrativas diversas (organismos oficiais, estatísticas oficiais, em particular o INE, e associativas) e a estudos de mercado. O enfoque central é o comércio do livro em Portugal. Uma vez que as fontes que aqui se utilizam são secundárias, a noção de livro decorre de cada fonte ou estudo. Deve ter-se em conta que nem sempre são coincidentes (a cada momento dar-se-á conta dos conteúdos associados a cada noção) mas, no seu conjunto, permitem uma aproximação, com múltiplos olhares, à evolução registada em Portugal. Para contextualizar a evolução da procura faz-se também uma breve abordagem da oferta no plano internacional (UE) e nacional – este um pouco mais desenvolvidamente. Tanto quanto as fontes o permitem analisa-se o período posterior a 2000.

A organização expositiva do capítulo é a seguinte: inicia-se com o enquadramento nacional da edição, traça-se de seguida o enquadramento internacional do comércio e do comércio de livros, com relevo para o lugar de Portugal nesse plano e, a finalizar, centra-se nos principais aspetos do comércio do livro em Portugal.

2.1 A edição em Portugal

Em Portugal¹³ verifica-se até 2011 o crescimento contínuo do número de empresas, que apenas é interrompido em 2012 com um número (442) similar ao patamar de 2008 (441) (gráfico 1).

Gráfico 1 - Empresas com atividade principal de edição de livros por ano (2004-2012)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

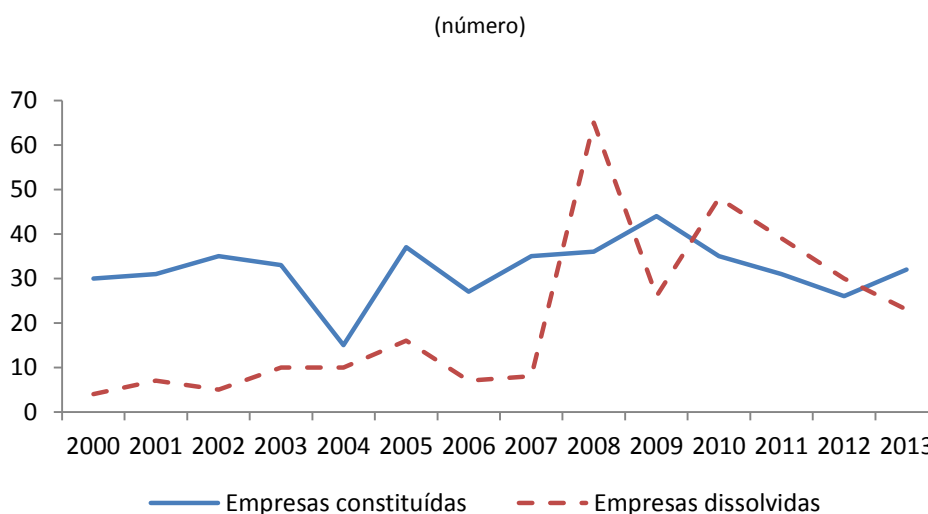
Esta diminuição é explicada pelo recuo das empresas muito pequenas e pequenas (em número de pessoas ao serviço). Afeta sobretudo as regiões de Lisboa, Norte e Açores. Na Madeira regista-se mesmo o crescimento do número de empresas.

A comparação entre empresas constituídas e dissolvidas¹⁴ deixa bem visível a dinâmica do sector (gráfico 2). Até 2007 o número das primeiras é mais elevado relativamente às segundas.

¹³ A fonte INE considera as editoras de livros como empresas que desenvolvem essa atividade de forma principal. Enquadram-se na Subclasse 58110 (Edição de livros), da Divisão 58 (Atividades de edição), da Secção J (Atividades de informação e de comunicação) da CAE Rev.3. A partir do ano de 2004 a informação recolhida através do Sistema de Contas Integradas das Empresas (principal fonte desde 1994) teve uma reformulação metodológica ao nível da produção das estatísticas das empresas, aproveitando várias outras informações fiscais administrativas (e desde 2006, com ênfase na Informação Empresarial Simplificada), o que veio permitir uma maior cobertura do universo das empresas, com a inclusão dos profissionais liberais e o uso de informação mais exaustiva. Com a entrada em 2010 do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) o INE efetuou a produção de uma nova série de estatísticas das empresas com início no ano de 2004. Tem por objetivo recolher os dados relativos ao número de empresas, de pessoal ao serviço, dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos, entre outros. Refira-se que esta informação estatística está harmonizada pelo que é possível a comparação a nível europeu (UE27) (ver adiante).

Em 2008, ano em que eclodiu a crise financeira e económica mundial, é bem patente o fortíssimo aumento do número de dissoluções que chega a 65 e mantêm-se superior ao das empresas constituídas em 2010, 2011 e 2012. Apesar da inversão registada neste último ano, devido ao crescimento das constituídas, não resulta ainda claro que este último ano signifique o retorno a o padrão que caracteriza o período anterior a 2008.

Gráfico 2 - Empresas com atividade principal de edição constituídas e dissolvidas por ano (2000-2013)



Fonte: INE, I.P. – Portugal, (Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, 2000-2013).

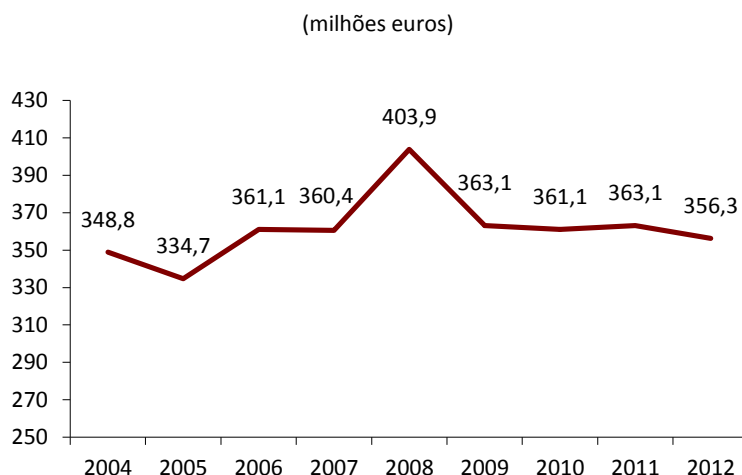
Nota: Os dados entre 2000 a 2002 decorrem da CAE Rev.2, os dados entre 2002 a 2007 da CAE Rev. 2.1 e os de 2008 a 2013 da CAE Rev.3.

No caso das empresas de edição de livros, na CAE Rev. 3, estão classificadas como 58110 e passaram a englobar as anteriores CAE 22110 e 72400, pelo que a comparação deverá ser feita com algumas cautelas.

Quanto ao volume de negócios regista um pico em 2008 com €404 milhões, diminui depois e em 2012 (€356 milhões) situa-se abaixo do patamar dos €360 milhões pela primeira vez desde 2007, embora se mantenha superior a anos mais recuados como 2004 e 2005 (gráfico 3).

¹⁴ O INE efetua desde 1993 o apuramento e a divulgação dos dados referentes à constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, com base na informação administrativa recolhida pela Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça. Visa produzir indicadores mensais sobre as sociedades constituídas e dissolvidas no Continente, Açores e Madeira.

Gráfico 3 - Volume de negócios das empresas de edição de livros por ano (2004-2012)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

Uma perspetiva regional mostra que no Norte o volume de negócios cresce (ao contrário do que acontece com o número de empresas), no Centro desce acentuadamente face aos anos anteriores, o que se verifica também em Lisboa embora de forma mais mitigada. As regiões Norte (37%) e Lisboa (60%) conjugadamente mantêm e acentuam a sua predominância absoluta que é de 97% em 2012.

O VAB regista uma tendência de queda após 2008 e atinge o seu ponto mais baixo em 2011, mas em 2012 é visível a interrupção da tendência. Esta inversão parece estar mais associada às médias e grandes empresas.

O ano de 2008 parece, portanto, constituir simultaneamente um momento invulgarmente alto, por um lado, e de viragem da evolução, por outro.

Quanto ao pessoal ao serviço nas empresas da edição regista um pico em 2006 (3.011), ano que marca também uma inversão da tendência, a partir daí de diminuição. Em 2012 é 2.373, ou seja, menos 638 pessoas ao serviço o que significa que perdeu 21% do emprego então existente. Note-se que neste ano verifica-se pela primeira vez um valor abaixo do patamar dos 2.500 empregados.

2.1.1 Títulos editados em Portugal

ISBN

A agência nacional do ISBN (situada na APEL), por via do registo das atribuições feitas anualmente de acordo com as normas internacionais do Sistema, permite acompanhar a evolução das expectativas de edição de documentos impressos e eletrónicos¹⁵ por parte dos editores portugueses e dos PALP – Países Africanos de Língua Portuguesa.

O quadro 2 mostra a evolução dos principais indicadores ao longo do período para o qual estão disponíveis dados.

Quadro 2 - Indicadores gerais dos ISBN atribuídos pela agência nacional por ano (2002-2013)

(número)

Ano	Total de ISBN atribuídos *	ISBN atribuídos em Portugal excluindo PAPL	ISBN atribuídos em Portugal excluindo documentos eletrónicos
2002	13.035	13.035	12.901
2003	12.432	12.378	12.256
2004	16.535	16.500	16.300
2005	15.594	15.480	15.261
2006	14.840	14.744	14.594
2007	14.913	14.857	14.629
2008	15.729	15.536	15.250
2009	14.827	14.706	14.481
2010	17.329	17.160	16.782
2011	16.714	16.510	15.872
2012	17.131	16.888	14.516
2013	19.060	18.679	15.354

Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL.

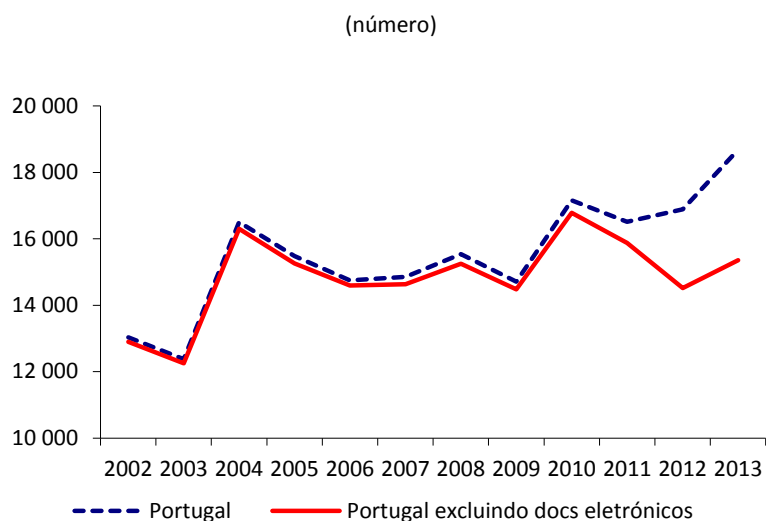
Nota: * inclui entidades sedeadas nos PALP - Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor - entre 2003 e 2013.

¹⁵ As normas que regem a atribuição de ISBN, produtos incluídos (monografias e outros) e não incluídos estão definidas na versão portuguesa do Manual de Usuário (International ISBN Agency, 2011).

Uma primeira leitura do indicador *total de ISBN atribuídos* mostra que, após uma fase de relativa estabilidade na segunda metade da década, sucede uma outra, mais recente, de forte crescimento. No arco temporal em causa identificam-se claramente três picos em alta: 2004 (16.535), 2010 (17.329) e 2013 (19.060), e outros dois picos em baixa: 2003 (12.432) e 2009 (14.827). Em 2012 não é visível nova queda, pelo contrário, e em 2013 a tendência de crescimento mantém-se, registando o valor mais elevado de toda a série (19.060).

Contudo, estes dados merecem uma atenção especial. Que fatores estão na sua base? Uma primeira linha explicativa, de grande relevância para entender esta evolução, decorre dos ISBN atribuídos a documentos eletrónicos. De facto, como se pode observar no gráfico 4, que compara as evoluções de ISBN com e sem estes documentos, verifica-se que, ao contrário dos anos anteriores, em que o seu impacto é residual, a partir de 2010 eles são com clareza os principais responsáveis por sustentar a queda verificada, primeiro, e por impulsionar o crescimento, depois. De todo o modo em 2013 é visível alguma recuperação face ao ano transato nos ISBN atribuídos a documentos impressos.

Gráfico 4 - ISBN atribuídos em suporte papel e eletrónico em Portugal por ano (2002-2013)



Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL.

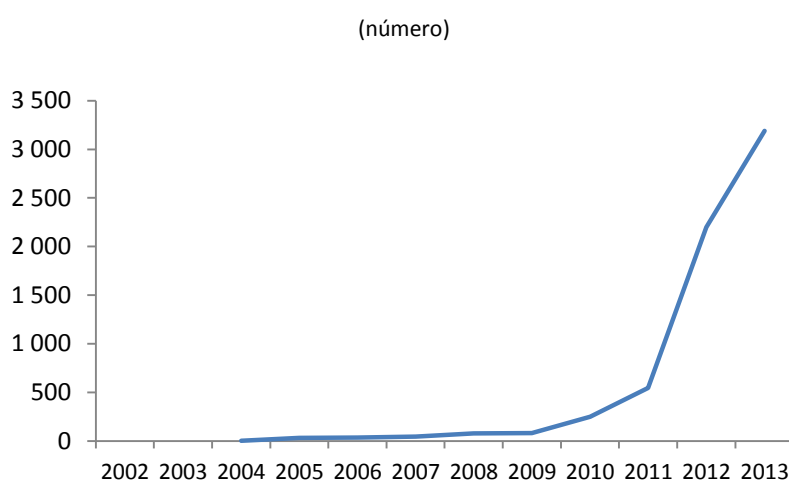
Nota: Os dados de ISBN em suporte eletrónico incluem os atribuídos às entidades sediadas em Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor por não ser possível a sua discriminação.

Uma outra linha explicativa é que parte não determinada deve-se à atribuição de diferentes ISBN a um mesmo título consoante o formato (o que já acontecia antes) e a crescente aposta (mas recente) dos editores portugueses em edições (quase) simultâneas em ambos os

formatos, impresso e *e-book*, o que foi confirmado nas entrevistas exploratórias a editores realizadas no âmbito do presente estudo. Ou seja, a evolução de ISBN atribuídos é explicada pela diversificação dos suportes em que os títulos estão disponíveis.

O gráfico 5 mostra a evolução dos ISBN atribuídos a documentos eletrónicos (*e-books*)¹⁶. Note-se que estes emergem em anos recentes mas só registam valores significativos em 2012 e 2013.

Gráfico 5 - ISBN atribuídos a documentos eletrónicos por ano (2002-2013)



Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL.

Nota: inclui entidades sedeadas em Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor entre 2003 e 2013.

Os editores em Portugal acompanham, assim, a tendência internacional nesta matéria, embora com alguns anos de atraso. Por exemplo, em Espanha, o salto verificado em Portugal de 2009 para 2010 deu-se de 2006 para 2007 (passou de 1.327 para 2.241) e, desde então, os livros digitais têm vindo continuamente a crescer, em contraciclo com a edição em papel, atingindo em 2012 o seu valor mais elevado (20,7 mil livros), o que representa nesse ano 20% da edição espanhola (OLL, 2013: 12-13).

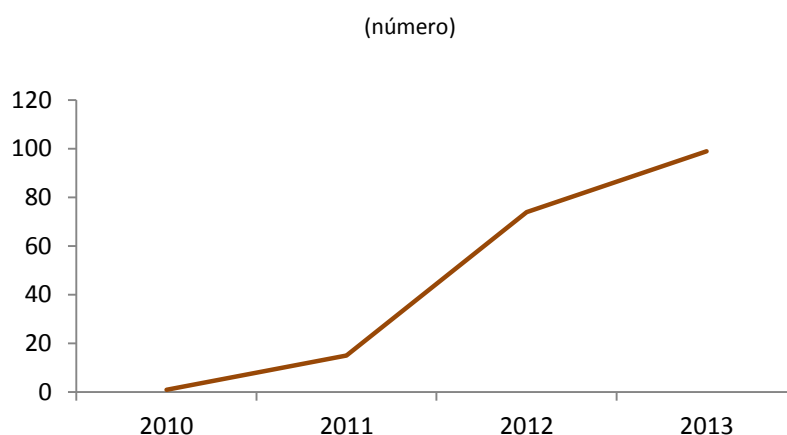
Ainda um outro fator explicativo da evolução global reporta-se aos ISBN atribuídos pela agência nacional portuguesa a PALP-Países Africanos de Língua Portuguesa (dados 2008-2013).

¹⁶ Os formatos mais comuns são o PDF e EPUB.

Embora o seu peso seja pouco significativo (nunca ultrapassa os 2%) o que é verdade é que também contribui para justificar o crescimento de 2013 (com 381 ISBN).

Outra informação relevante do sistema ISBN reporta-se aos números de pedidos classificados como *Print-on-demand* no período 2010-2013. Os números totais em causa são relativamente baixos mas registam um claro aumento confirmando-se assim o crescente recurso a este modo de edição¹⁷ (gráfico 6).

Gráfico 6 - ISBN atribuídos a *print-on-demand* por ano (2010-2013)



Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL.

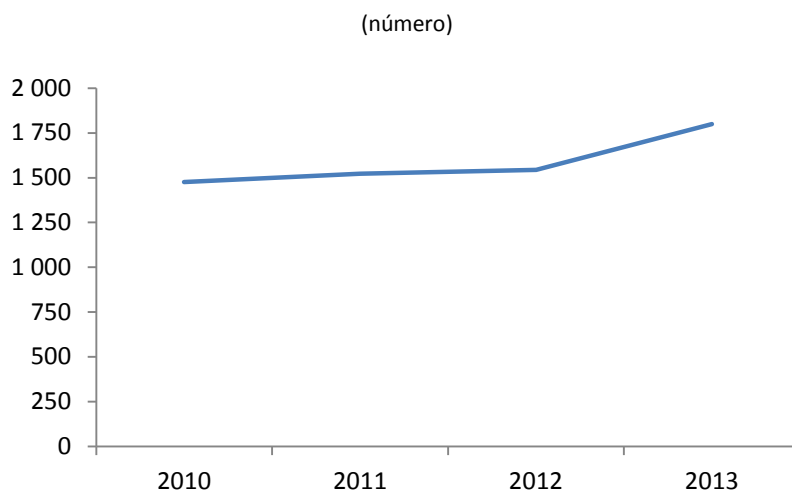
A edição não se reduz às empresas comerciais, antes inclui uma grande variedade de entidades, entre as quais instituições do sector público (organismos da administração central, municípios, universidades, etc.) e autores-editores¹⁸. O gráfico 7 mostra o volume e a evolução dos ISBN atribuídos a estes últimos no período 2010-2013¹⁹. Nele se consta que os números em causa são relevantes e que têm vindo a crescer, com destaque para 2013 (com 1.800 ISBN atribuídos).

¹⁷ Recorrendo de novo à comparação com Espanha refira-se que a impressão a pedido representava em 2012, 2,6% do total editado, com 2.677 títulos, registando um decréscimo face ao número de 2010 (2.869) (MECD, 2013: 28).

¹⁸ Os autores-editores correspondem a entidades (coletivas ou individuais) que pretendem editar apenas um título. Têm um prefixo próprio: o 989-20. Antes de 2006 a atribuição daquele prefixo era aleatória pelo que não é possível contabilizar o seu número.

¹⁹ Os dados sobre entidades públicas resultam de um apuramento representativo, mas não exaustivo, pelo que devem ser lidos como “pelo menos”.

Gráfico 7 - ISBN atribuídos a entidades do sector público por ano (2010-2013)

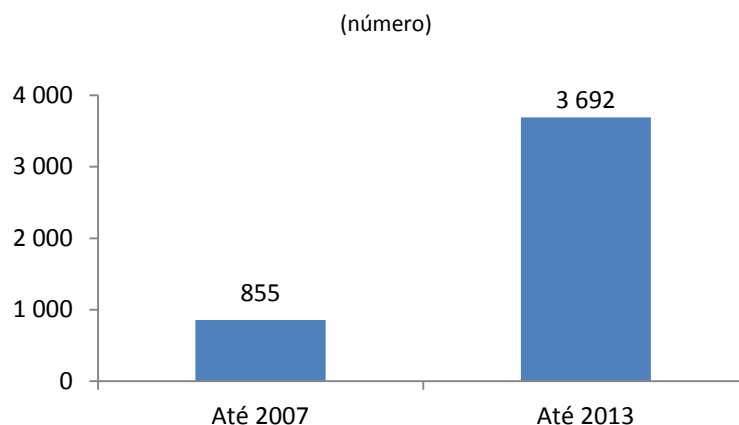


Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL.

O impacto da edição destas entidades é muito significativo e justifica a evolução global antes referida. Ou seja, se se não tiver em conta estas entidades o que se constata é a diminuição dos títulos de ISBN de editoras comerciais, pelo menos desde 2010 de acordo com os dados disponíveis. Acresce que, se os dados fossem expurgados dos ISBN atribuídos a *e-books* (como se referiu por norma também impressos, e portanto títulos com duplo ISBN) o decréscimo da edição de novos títulos pelas editoras comerciais seria ainda mais acentuado.

Por outro lado, a autoedição (*self-publishing*), com a expansão da internet, da edição eletrónica e da própria impressão a pedido, tem potenciado o crescimento de autores que recorrem a este processo editorial. O gráfico 8 permite dar conta da evolução do número de ISBN atribuídos a autores-editores, registando um considerável crescimento em 2013 com um total de 3.692 contra os 855 de 2007.

Gráfico 8 - ISBN atribuídos a autores-editores por ano (2007 e 2013)



Fonte: Agência Nacional ISBN/APEL, Listagem de prefixos ISBN de editor, Dezembro de 2007 e Janeiro de 2014, <www.apel.pt>.

Depósito Legal

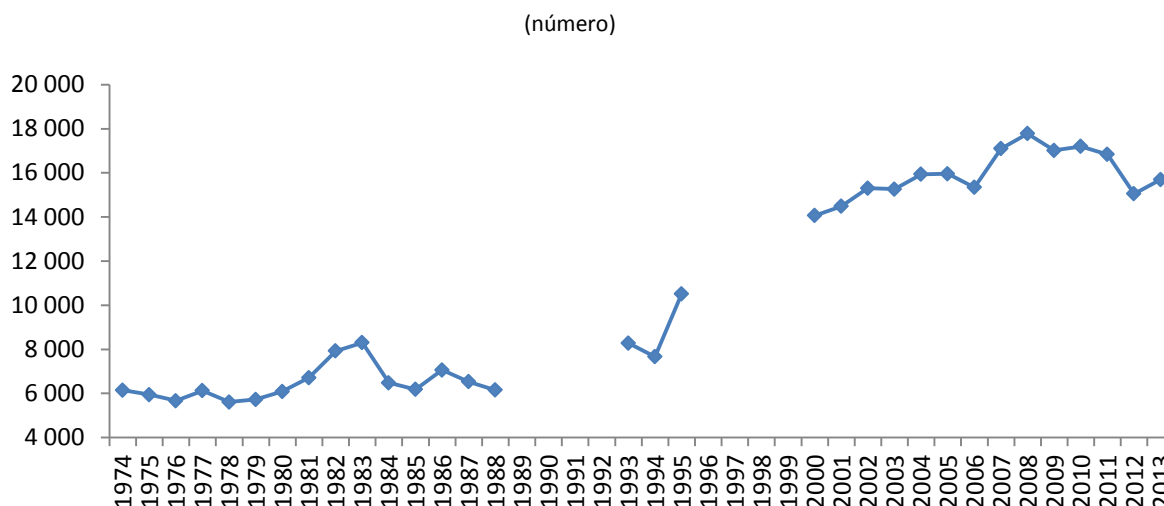
Uma outra fonte relevante na análise da edição em Portugal é o sistema do Depósito Legal (DL) (ver Neves *et al.*, 2012: 125-135 e 148-155) gerido pela BNP. O DL é obrigatório e está atualmente regulamentado pelo Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março²⁰. São objeto de DL as monografias, publicações periódicas, teses de mestrado e doutoramento e outros produtos semelhantes²¹.

Numa perspetiva histórica, tendo por base o primeiro período com dados (1974-1988), é possível verificar a existência de vários momentos: um primeiro, até 1978, de alguma regularidade no número de registos atribuídos, com números baixos; um segundo de forte crescimento, atingindo em 1983 o valor mais elevado (8.298); e, num terceiro, embora com algumas oscilações, mas em que se verifica a inversão da tendência e uma acentuada quebra nos dois anos seguintes (gráfico 9).

²⁰ Revisto pelo Decreto-Lei nº 362/86 com as alterações introduzidas pelo nº 4 do art.º 50º do Decreto-Lei 74/2006 e pelo Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto (relacionados com a obrigatoriedade de depósito de teses de mestrado e doutoramento), e pelo Despacho Normativo de 30 de Abril de 2003 (que retificou o número de exemplares a depositar). Até 1982, o DL regia-se pelo Decreto nº 19.952, de 27 de Junho de 1931.

²¹ As regras, entidades depositantes, os produtos abrangidos e não abrangidos encontram-se definidos no Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março (pp. 476-477).

Gráfico 9 - Registos do Depósito Legal atribuídos em Portugal por ano (1974-2013)



Fontes: INE, Estatísticas da Educação, 1974-1978; INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1979-1988 e 1993-1995; BNP/DSABN (2000-2013).

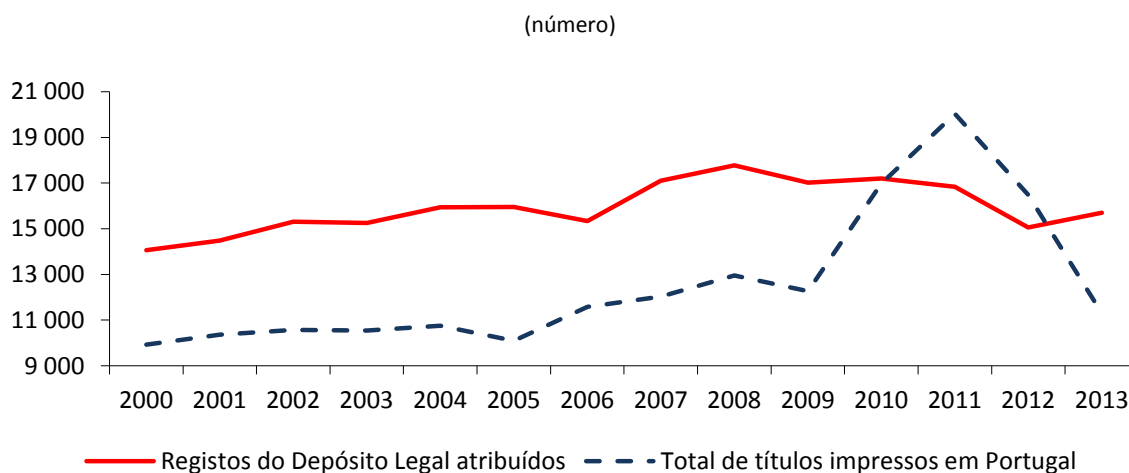
Notas: entre 1974 e 1988 nas obras depositadas não se incluem periódicos, seriais e espécies menores consideradas na fonte; interrupções na série significam dados indisponíveis na fonte (INE).

Num segundo período, já na década de noventa (1993-1995), os dados disponíveis sugerem de novo um crescimento (face ao fim dos anos oitenta) e indiciam já a passagem a um outro patamar, substancialmente mais elevado do que os anteriores. O forte crescimento de 1994 (7.661) para 1995 (10.509) parece, assim, marcar o sentido de uma tendência que se prolonga até ao último terço da primeira década do século XXI.

De facto, o número de registos atribuídos, excetuando 2006, evolui positivamente até 2008, ano em que se regista um pico com 17.778 (gráfico 9). Pelo contrário, são anos em baixa 2000 (14.066), 2006 (15.339) e 2012 (15.051). É verdade que o período 2007-2011, em alta, contrasta com o anterior 2000-2006, constituindo dois patamares distintos. Mas a queda acentuada de 2012 face ao ano transato, para um valor só superior aos registados nos anos 2000 e 2001, parece sugerir que se está a regressar ao patamar do início da década, o que não se confirma uma vez que 2013 volta a mostrar uma recuperação com 15.700.

Num outro plano, o dos títulos impressos em Portugal, verifica-se um pico em 2011 (20.032) seguido de queda em 2012²², mas ainda assim num patamar elevado, ao nível de 2010, confirmando-se a tendência de decréscimo em 2013, com os valores a recuarem ao nível dos de 2006 (gráfico 10).

Gráfico 10 - Registos do Depósito Legal atribuídos e títulos impressos em Portugal por ano (2000-2013)



Fonte: BNP/DSABN (2000-2013).

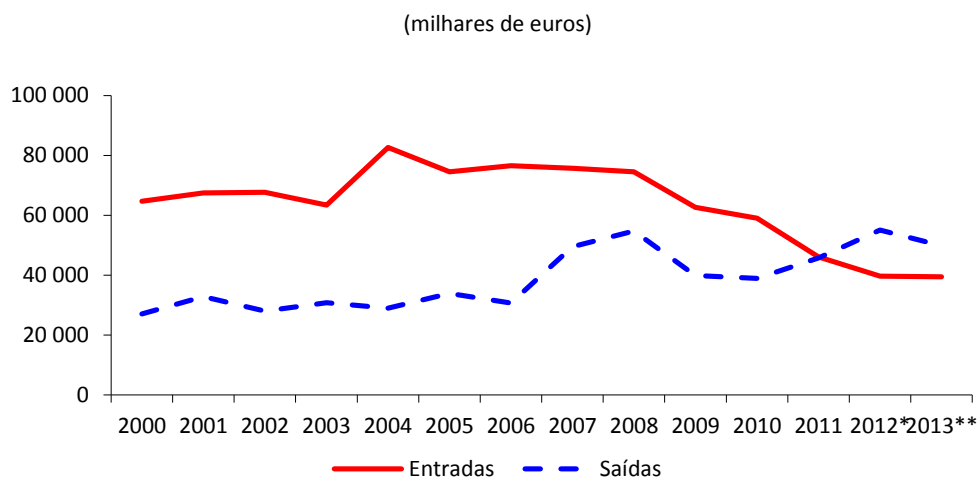
Notas: Registos de DL incluem monografias e publicações periódicas (desde 1982). Os títulos impressos apenas incluem monografias.

2.1.2 Mercado externo

A evolução do mercado externo de livros, brochuras e impressos semelhantes (INE) fica marcada pela superação das entradas pelas saídas que se verifica desde 2012 (em 2011 são coincidentes) devido mais à queda acentuada e continuada desde 2008 das entradas do que à subida das saídas (gráfico 11).

²² Note-se que em 2011 e 2012 – anos em que o número de títulos impressos supera o dos pedidos de DL – não são diretamente comparáveis com o resto da série dado que se explicam pelo acréscimo no número de obras impressas em Portugal que não estão abrangidas pela obrigatoriedade do DL, seja pelo tipo de obra (edições de autor, separatas, alguns catálogos e brochuras, cartazes, etc.), seja por pertencerem a entidades domiciliadas no estrangeiro, mas que as tipografias e editores fazem questão de as enviar para a BNP.

Gráfico 11 - Comércio internacional: entradas e saídas de livros, brochuras e impressos semelhantes por ano



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 8-03-2014.

Nota: Tipo de bens com base na Nomenclatura combinada (NC8). * Dados provisórios. ** Dados preliminares.

2.2 O comércio a retalho

2.2.1 Empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros na UE-27

No conjunto dos países da UE-27 o número de empresas de comércio a retalho de livros como atividade principal registou uma variação positiva de 14,5% de 2008 para 2011 (quadro 3). Neste último ano o número de livrarias por 100 mil habitantes é de 6,2. Contudo estes dados médios são significativamente diferentes nos vários países. Em Portugal o número de empresas registou um decréscimo de 9,1%, o que contrasta vivamente com a média europeia – embora não tanto como outros países como a Estónia, a Hungria ou a Espanha – e o número de livrarias por 100 mil habitantes situa-se em 5,5, o que significa portanto que está bastante próximo da média europeia.

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Quadro 3 - Empresas de comércio a retalho de livros nos países da UE-27 por ano (2008-2011)

(número e percentagem)

Países	Ano				Taxa de variação 2008/11	Livrarias por 100 mil hab.
	2008	2009	2010	2011		
UE-27	27.215	30.794	32.275	31.152	14,5	6,2
Bélgica	*	*	415	303	*	2,8
Bulgária	534	559	555	537	0,6	7,3
República Checa	*	*	*	*	*	*
Dinamarca	341	323	308	302	-11,4	5,4
Alemanha	4.097	4.767	4.803	4.260	4,0	5,2
Estónia	40	41	24	26	-35,0	2,0
Irlanda	238	241	321	*	*	*
Grécia	*	*	*	*	*	*
Espanha	6.543	5.995	5.468	5.441	-16,8	11,7
França	*	3.436	4.726	4.585	*	7,1
Itália	3.644	3.562	3.622	3.559	-2,3	6,0
Chipre	203	198	237	200	-1,5	23,8
Letónia	70	73	73	65	-7,1	3,1
Lituânia	98	97	96	90	-8,2	2,9
Luxemburgo	29	29	33	25	-13,8	4,9
Hungria	909	638	634	627	-31,0	6,3
Malta	*	*	*	*	*	*
Holanda	493	494	606	592	20,1	3,6
Áustria	518	491	481	467	-9,8	5,6
Polónia	1.601	1.555	1.771	2.048	27,9	5,3
Portugal	636	590	596	578	-9,1	5,5
Roménia	242	417	450	400	65,3	2,0
Eslovénia	35	38	38	42	20,0	2,0
Eslováquia	62	68	162	142	129,0	2,6
Finlândia	234	232	224	207	-11,5	3,9
Suécia	575	552	552	517	-10,1	5,5
Reino Unido	1.315	973	1.006	1.056	-19,7	1,7

Fonte: Eurostat, Structural Business Statistics: Annual detailed enterprise statistics for trade (NACE Rev. 2 G) [sbs_na_dt_r2], Consultado em: 04-04-2014.

Notas: (NACE 4761 - Retail sale of books in **specialized** stores). * Não disponível.

Do ponto de vista do volume de negócios verifica-se na UE-27 um período de estagnação. A variação é de apenas 0,3% no conjunto dos 4 anos em apreço (quadro 4). São raros os países com crescimento, com destaque para Itália e Bulgária. Pelo contrário, na grande maioria a variação é negativa. Portugal situa-se entre estes mas regista a segunda variação mais baixa (-2,7%) a seguir à Alemanha (-1,1%). Ou seja, se as empresas se ressentiram do contexto neste

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

período o que levou, em alguns casos, a encerrarem, o volume de negócios foi também afetado mas a um nível aparentemente menor do que na generalidade dos países da UE-27.

Quadro 4 - Volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros nos países da UE-27 por ano (2008-2011)

(milhões de euros)

Países	Ano				Taxa de variação 2008/11
	2008	2009	2010	2011	
UE-27	15.619,5	15.883,8	16.124,3	15.661,1	0,3
Bélgica	*	*	255,7	406,4	*
Bulgária	47,3	47,2	38,0	52,8	11,6
República Checa	*	*	*	*	*
Dinamarca	363,3	332,3	330,9	322,9	-11,1
Alemanha	3.557,3	3.910,7	3.871,5	3.517,5	-1,1
Estónia	*	*	*	*	*
Irlanda	477,3	395,7	399,3	*	*
Grécia	*	*	*	*	*
Espanha	1.448,9	1.273,0	1.336,4	1.283,6	-11,4
França	*	2.142,6	2.451,1	2.558,1	*
Itália	1.767,3	1.669,6	1.995,7	2.165,0	22,5
Chipre	42,1	40,4	39,5	35,6	-15,4
Letónia	39,2	23,8	21,5	20,8	-46,9
Lituânia	35,0	26,2	28,5	29,3	-16,3
Luxemburgo	43,2	41,5	34,4	33,8	-21,8
Hungria	271,5	231,1	231,5	234,9	-13,5
Malta	*	*	*	*	*
Holanda	*	*	*	*	*
Áustria	767,3	741,6	722,3	714,8	-6,8
Polónia	641,8	580,4	669,2	670,8	4,5
Portugal	140,9	142,5	142,3	137,1	-2,7
Roménia	132,6	109,0	113,8	97,3	-26,6
Eslovénia	83,0	78,4	77,8	76,1	-8,3
Eslováquia	88,6	33,3	65,4	51,4	-42,0
Finlândia	204,4	193,6	195,2	192,8	-5,7
Suécia	363,0	358,4	402,7	424,3	16,9
Reino Unido	1.516,1	1.581,0	1.214,3	1.143,1	-24,6

Fonte: Eurostat, Structural Business Statistics: Annual detailed enterprise statistics for trade (NACE Rev. 2 G) [sbs_na_dt_r2], consultado em 04-04-2014.

Notas: (NACE 4761 - Retail sale of books in **specialized** stores). * Não disponível.

2.2.2 Empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros em Portugal

Quanto às empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros²³, todos os indicadores em 2012 evoluíram negativamente face ao ano anterior (quadro 5). O indicador com o valor negativo mais evidente é o Volume de negócios que dobra o registado no segundo pior ano (2011). Note-se ainda que se insere num conjunto de 3 anos seguidos em queda.

Quadro 5 - Variação anual dos indicadores das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2004-2012)

(número e milhares de euros)

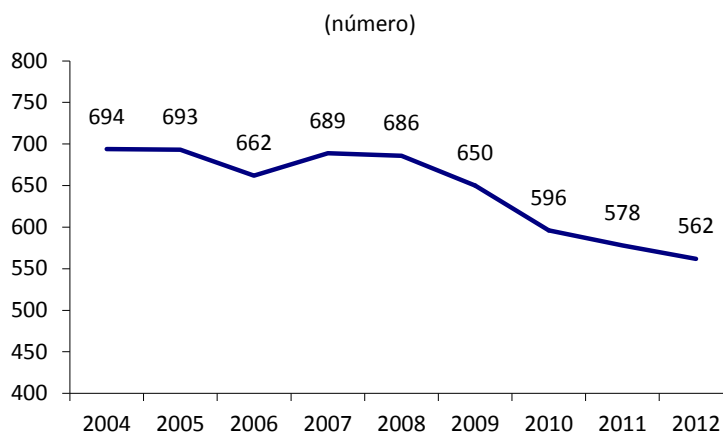
	Ano								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Empresas	694	693	662	689	686	650	596	578	562
(variação anual)	0	-1	-31	27	-3	-36	-54	-18	-16
Pessoal ao serviço	1.979	2.000	1.974	2.191	2.080	1.949	2.036	1.981	1.916
(variação anual)	0	21	-26	217	-111	-131	87	-55	-65
Volume de negócios	140.092	137.704	139.339	142.867	142.464	145.247	142.265	137.088	126.169
(variação anual)	0	-2.388	1.635	3.528	-403	2.783	-2.982	-5.177	-10.919
VAB	26.705	24.875	23.107	26.697	26.666	28.747	25.686	24.103	21.477
(variação anual)	0	-1.830	-1.769	3.590	-30	2.080	-3.061	-1.583	-2.626

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

A evolução do número de empresas ao longo da série caracteriza-se por uma tendência de queda com o número mais baixo em 2012 (562) (gráfico 12). Esta queda é explicada no essencial pelas pequenas empresas. As empresas desta dimensão permanecem a fatia de leão (em torno dos 97%) ao longo de toda a série. Esta tendência está patente em todas as regiões com exceção da Madeira.

²³ O INE considera as livrarias como empresas que desenvolvem como atividade principal o comércio a retalho de livros novos – (com exclusão das empresas com atividade de comércio a retalho de livros em 2ª mão (CAE Subclasse 47790). Enquadram-se na Subclasse 47610 (Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados), da Divisão 47 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos), da Secção G (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos) da CAE Rev.3 (Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de novembro). À imagem do já referido para a edição de livros, também os dados a seguir apresentados têm por base o Sistema de Contas Integradas das Empresas atrás referido.

Gráfico 12 - Empresas com atividade principal de comércio a retalho de livros por ano (2004-2012)

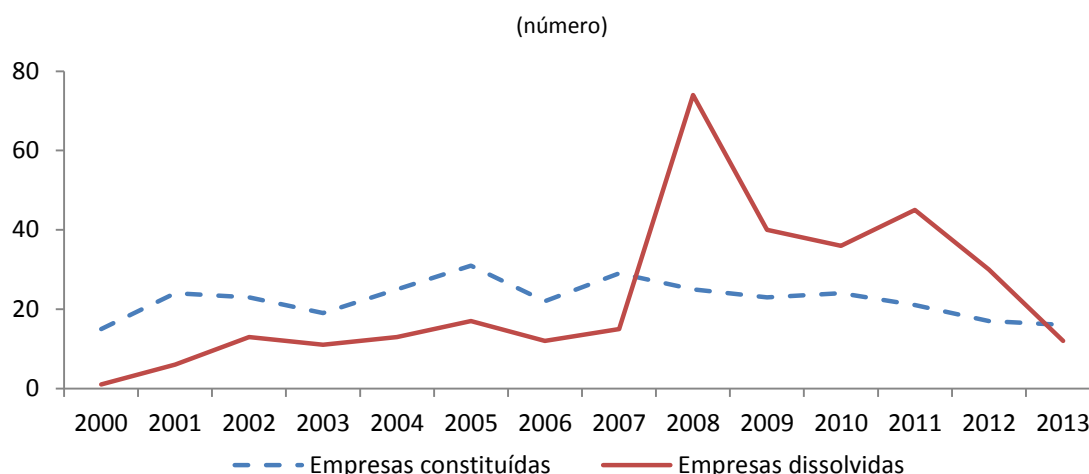


Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

A análise da evolução das empresas de comercialização constituídas e dissolvidas²⁴ mostra três aspetos relevantes (gráfico 13). Entre 2000 e 2007 a constituição de empresas é sempre superior à dissolução. Entre 2007 e 2012 o número de empresas constituídas mantêm-se num patamar semelhante mas o número de dissoluções regista um número muito elevado em 2008 (74) que se ameniza nos anos seguintes. Em 2013 este indicado parece retomar um número próximo do período anterior a 2008.

²⁴ Estes dados têm por base a informação, já atrás referida, que é recolhida pelo INE junto da Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça.

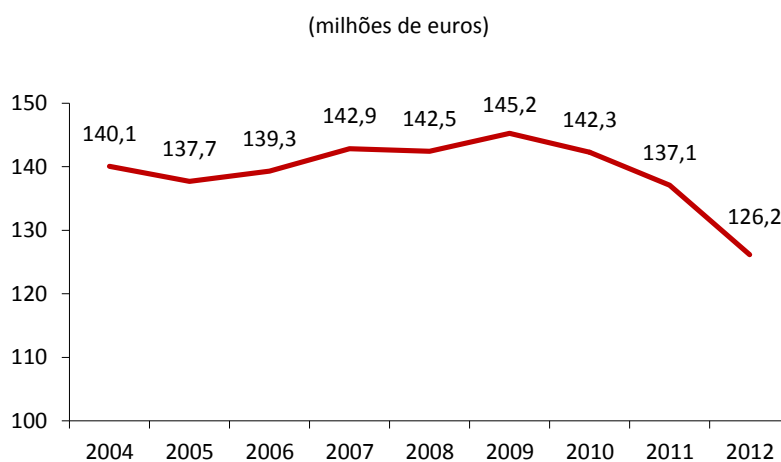
Gráfico 13 - Empresas de comércio a retalho de livros constituídas e dissolvidas por ano (2000-2013)



Fonte: INE, I.P. – Portugal, (Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, 2000-2013).
Nota: Para o período em análise deverá ter-se em consideração que os dados de 2000 a 2002 se referem à CAE Rev.2, os de 2002 a 2007 à CAE Rev. 2.1 e os dados de 2008 a 2013 à CAE Rev.3. No caso das empresas de comércio a retalho de livros, apesar da reorganização da CAE Rev. 3 não houve alterações nos conteúdos.

O volume de negócios das empresas regista em 2009 o valor mais elevado (€145 milhões) e em 2012 o mais baixo (€126 milhões) (gráfico 14). Este último representa uma queda acentuada face a 2011. As pequenas empresas parecem ser as mais severamente afetadas. Com exceção do Alentejo todas as outras regiões são negativamente afetadas em 2012. As regiões Norte e Lisboa mantêm o seu peso (em torno de 80%) que significa que a diminuição dos anos recentes afeta de igual modo as regiões mais e menos pesadas.

Gráfico 14 - Volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2004-2012)

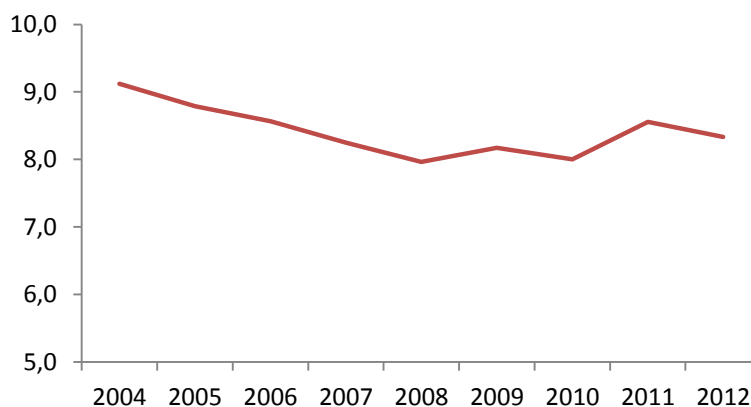


Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

Quando observadas do ponto de vista do peso do volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros no volume de negócios total das empresas com atividades de Bens culturais e recreativos²⁵ constata-se que o peso relativo se mantém constante durante o período em apreço, na ordem dos 8%²⁶ (gráfico 15). A percentagem mais elevada regista-se precisamente no início da série, em 2004 (9%).

Veja-se igualmente que, em termos de evolução, o peso percentual apresenta um decréscimo inicial até 2008 e pequenas oscilações positivas até pelo menos 2011, ao passo que o volume de negócios apresenta um sentido inverso, de crescimento até 2009 e de queda acentuada depois. Significa isto que o produto da atividade das empresas de comércio de livros, apesar da subida em termos reais, perdeu relevo quando comparado com a atividade das outras empresas de bens culturais e recreativos, apesar da descida abrupta em 2012, ela não se revela tão acentuada como a que se verificou nas das outras empresas.

Gráfico 15 - Peso do Volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros no Volume de negócios total das empresas de bens culturais e recreativos por ano (2006-2012)
(Percentagem)



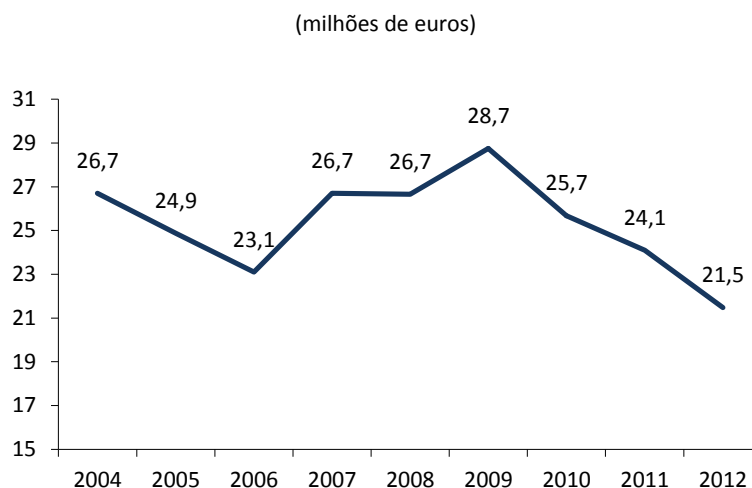
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

²⁵ O Comércio a retalho de bens culturais e recreativos, em estabelecimentos especializados (CAE grupo 476) compreende as seguintes atividades: Discos, CD, DVD, cassetes e similares; Artigos de desporto, de campismo e lazer; Jogos e brinquedos; Jornais, revistas e artigos de papelaria; e Livros.

²⁶ Num indicador idêntico mas de fonte diferente, do Portal Estatístico de Informação Empresarial do IRN, com informação obtida também a partir das declarações da Informação Empresarial Simplificada (IES), do Ficheiro Central de Pessoas Coletivas (FCPC) e da Base de Dados do Registo Comercial (SIRCOM), verifica-se que para o período 2006-2011, com exceção dos Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL) que não são tratados pela fonte, o peso relativo do volume de negócios das empresas de comércio a retalho de livros no volume de negócios total das empresas de bens culturais e recreativos se situa nos 10%.

O VAB atinge o valor máximo em 2009 (€29 milhões), decresce depois e regista o mais baixo em 2012 (€22 milhões) a larga distância do de 2006 (gráfico 16).

Gráfico 16 - VAB das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2004-2012)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. Base de dados em <http://www.ine.pt> consultada a 7-03-2014.

Quanto ao pessoal ao serviço regista um pico em alta em 2009 (2.191) e em 2012 o mais baixo com 1.916. Nos anos recentes parecem ser as pequenas empresas as que mais se ressentem. As regiões de Lisboa (sobretudo) e Centro são as mais afetadas. Contudo, em média, o pessoal ao serviço é de 3 pessoas ao longo de toda a série.

Em síntese, seja qual for o ponto de vista adotado os anos mais recentes são claramente os mais negativos refletindo os vários desafios que as empresas do comércio a retalho de livros enfrentam num período de crise económica e de profundas alterações induzidas pelo peso do comércio do livro nas grandes superfícies alimentares e não alimentares (estas também, como se verá, confrontadas com quedas nas vendas, sobretudo a partir de 2011) e que acrescem aos decorrentes do digital.

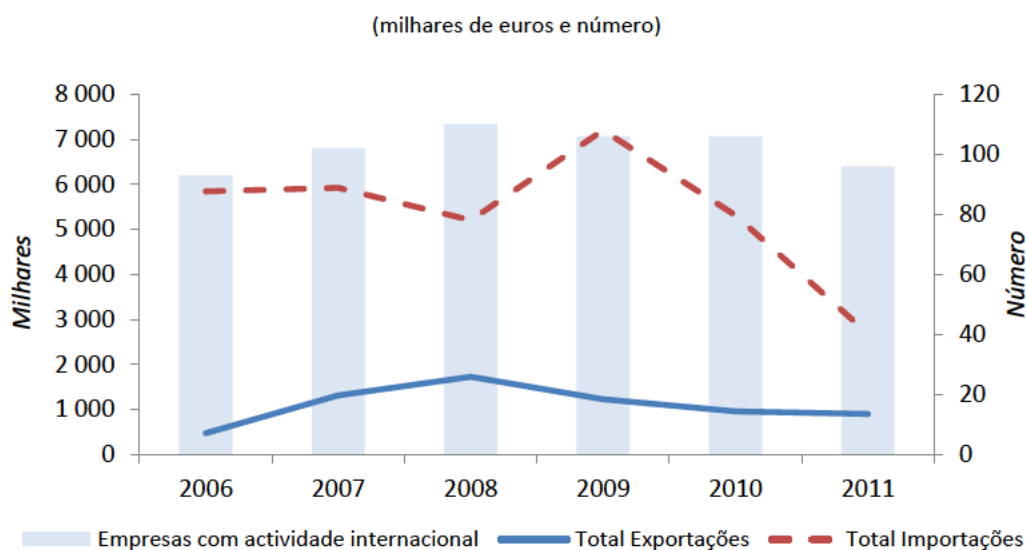
Recorrendo novamente aos dados do Portal Estatístico de Informação Empresarial do IRN²⁷, mas tendo agora como fulcro as empresas de comércio de livros com atividade de importação

²⁷ A informação obtida sobre importações e exportação para o período 2006-2011 não tem em conta os dados dos Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL). Na fonte por Importações está a ter-se em conta o valor total de compras e fornecimentos e serviços externos provenientes do mercado comunitário e extracomunitário, extraído da informação prestada nas declarações IES. Para as

e exportação, verifica-se que, em média, cerca de 100 empresas possuem atividade de comércio internacional. No período de 2006 a 2011 a diferença entre exportações e importações é evidente, com um forte peso das importações, sendo esse distanciamento mais acentuado no ano 2009 (cerca de €6 milhões) e menos em 2011 (€1,8 milhões). São as empresas da região de Lisboa que primeiro impulsionam o valor das importações em 2009, mas são também estas as que se retraem a partir de 2010. Essa retração verifica-se nas empresas da região Norte a partir de 2011. Em conjunto são as que mais contribuem para essa quebra (gráfico 17).

Nas importações, constata-se a forte quebra registada em 2011 (€2,7 milhões) face ao valor alcançado em 2009 (€7,2 milhões), ao passo que, nas exportações, o valor mais baixo regista-se no início do período (€478 mil em 2006) e o mais elevado surge no ano 2008 (€1,7 milhões) registando-se a partir daí uma tendência de queda.

Gráfico 17 - Importações e exportações das empresas de comércio a retalho de livros por ano (2006-2011)



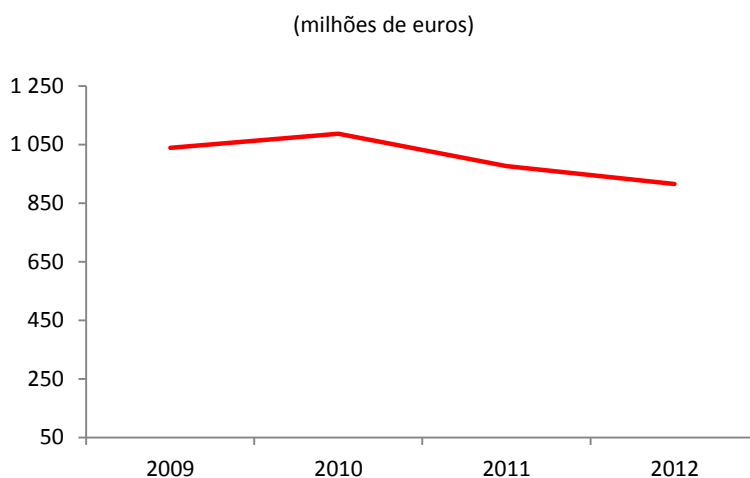
Fonte: IRN, Portal Estatístico de Informação Empresarial. Base de dados em www.estatisticasempresariais.mj.pt consultada a 18-03-2014.

Exportações o valor total das vendas e prestações de serviços para o mercado comunitário e extracomunitário, extraído da informação prestada nas declarações IES (<http://www.estatisticasempresariais.mj.pt/Paginas/glossario.aspx>).

Venda do produto Livros, jornais, revistas e artigos de papelaria

Tendo por base os dados das empresas com atividade de comércio a retalho²⁸ (divisão 47), o volume de vendas de livros, jornais, revistas e artigos de papelaria atingiu em 2010 o seu valor mais elevado (€1.087 milhões) e em 2012 o mais baixo (€915 milhões) (gráfico 18).

Gráfico 18 - Volume de vendas de livros, jornais, revistas e artigos de papelaria nas empresas de comércio a retalho (Divisão 47) por ano (2009-2012)



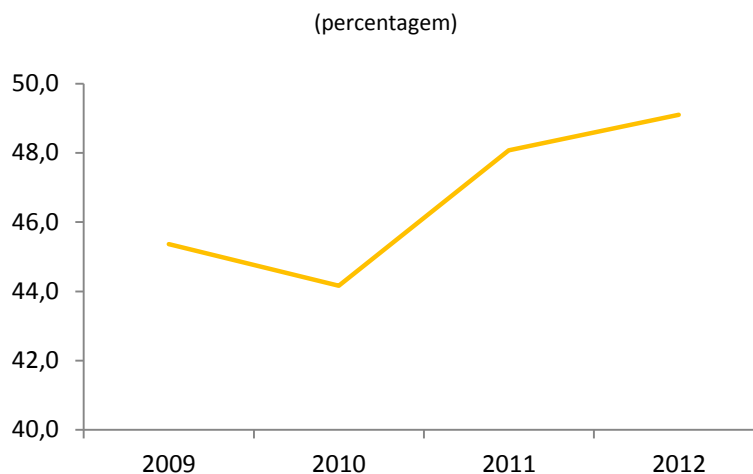
Fonte: INE, I.P. – Portugal, (Inquérito às Empresas de Comércio - IECOM, 2009-2012).

Na comparação com as vendas de produtos culturais e recreativos²⁹, os livros, jornais, revistas e artigos de papelaria representam em média 47% do total de vendas no período considerado (gráfico 19). Assinale-se o crescimento que se verifica a partir de 2010, atingindo a percentagem mais elevada no final do período (49% em 2012).

²⁸ A fonte do INE, Inquérito às Empresas de Comércio (IECOM), realizado pela primeira vez em 2010 (com referência a dados de 2009) dirige-se às empresas de comércio (Automóvel, Comércio por Grosso e a Retalho), tendo por objetivo disponibilizar informação relacionada com a estrutura de vendas segundo o tipo de produtos comercializados. É aqui adotada a Classificação Estatística dos Produtos por Atividades (CPA) na União Europeia, versão 2008. Os dados recolhidos dizem respeito às empresas com atividade de comércio a retalho (apenas Divisão 47) para o conjunto dos produtos Livros, jornais, revistas e artigos de papelaria, uma vez que o INE não solicita informação desagregada para o produto Livro.

²⁹ Com base na CPA de 2008 a venda a retalho de produtos culturais e recreativos corresponde a: livros; jornais e revistas; artigos de papelaria; gravações de música e vídeo (cassetes, discos e DVD); equipamento de desporto; equipamento de campismo; brinquedos e jogos; selos e moedas; lembranças e obras de arte.

Gráfico 19 - Peso das vendas de livros, jornais, revistas e artigos de papelaria no total das vendas de produtos culturais e recreativos (divisão 47)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. – Portugal, (Inquérito às Empresas de Comércio - ICom, 2009-2012).

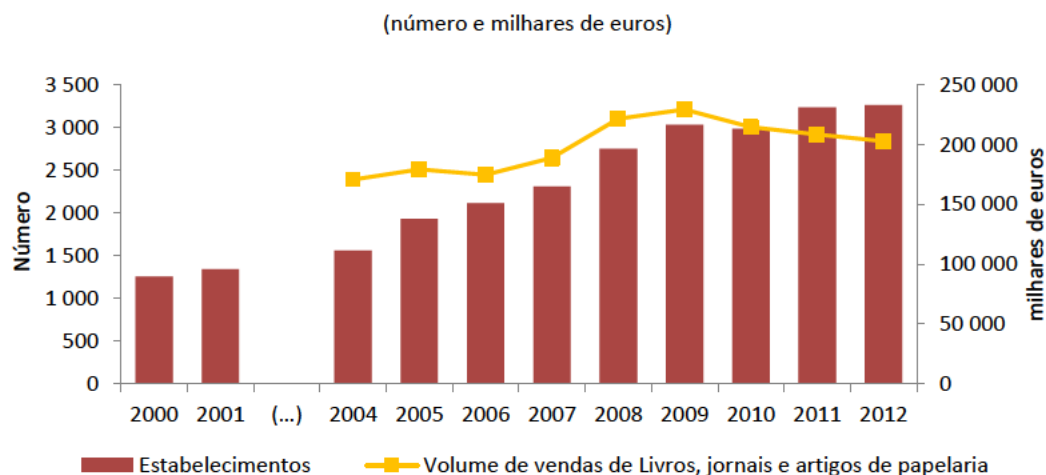
2.2.3 O livro nas Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR) alimentares e não alimentares

Quanto às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR)³⁰, o número de estabelecimentos regista um crescimento ininterrupto até 2009 (gráfico 20). Note-se que em 2011 e 2012 este indicador inclui os estabelecimentos dos Açores e da Madeira, o que não acontecia até aí.

³⁰ A fonte do INE, Inquérito às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR), pretende dar conta das várias características dos estabelecimentos tais como a sua localização, área, horário de abertura, pessoal ao serviço e remunerações, bem como o volume de negócios ou o volume de vendas por produto (segundo a nomenclatura CPA 2008), entre outros. No que diz respeito aos dados sobre as vendas do produto livro nos suportes de recolha de informação, saliente-se que se apresenta agregado no conjunto de produtos Livros, Jornais e Artigos de Papelaria inserida num grupo de produtos: Cultura, Desporto e Lazer. Os apuramentos dizem respeito aos estabelecimentos do comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar (doravante denominados comércio a retalho alimentar) e do comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar (denominados de comércio a retalho não alimentar).

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Gráfico 20 - Estabelecimentos e volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR por ano (2000-2012)

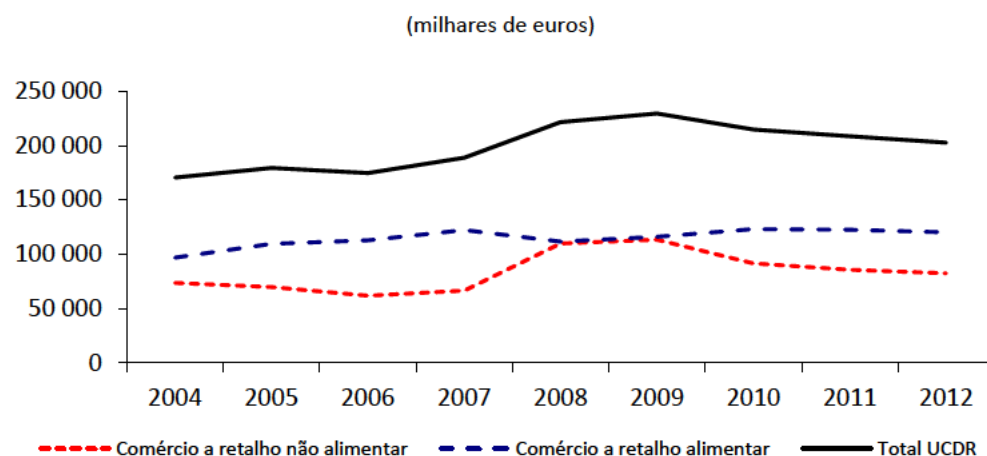


Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

Notas: Os dados referem-se às unidades do comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar e do comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar. Excluem-se as unidades do comércio por grosso. A partir de 2011 os dados passam a incluir as regiões autónomas. Os dados para o volume de vendas apenas estão disponíveis desde 2004.

O volume de vendas tem um pico em 2009 (€229 milhões) e regista depois uma tendência de queda (gráfico 21). Importa referir ainda que 2009 é, também nestes estabelecimentos, um ano de crescimento acentuado relativamente aos anos anteriores. O valor de 2012 é, neste contexto, significativamente baixo mas ainda assim superior aos registados até 2007.

Gráfico 21 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR por tipo de estabelecimento e por ano (2004-2012)



Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

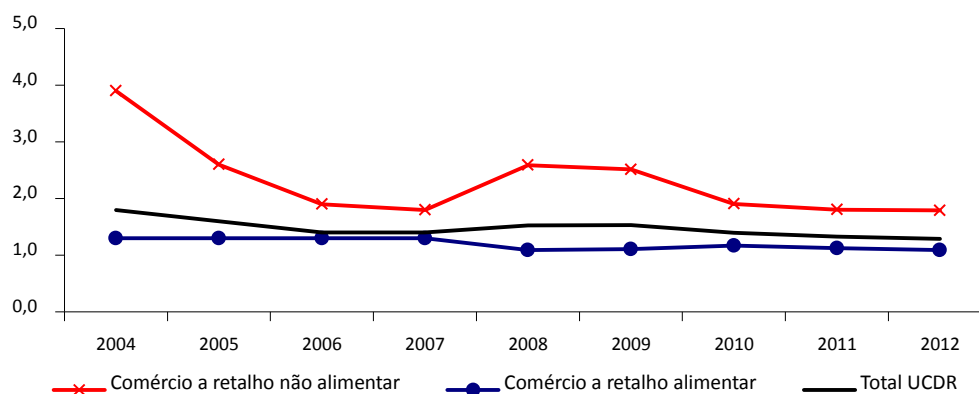
As UCDR do retalho alimentar são as que apresentam no período o maior volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria. O valor mais elevado situa-se em 2010 com €122 milhões. Assinale-se o facto de as UCDR do retalho não alimentar registarem em 2008 (€110 milhões) e 2009 (€113 milhões) volumes de vendas similares aos estabelecimentos do retalho alimentar.

No conjunto das UCDR o peso dos Livros, Jornais e Artigos de Papelaria, com 1,3 é, nos dois anos mais recentes, o mais baixo desde 2004 (primeiro ano com dados) (gráfico 22).

Mas este dado merece ser observado com maior detalhe, discriminando as UCDR do retalho alimentar (super e hipermercados) das do retalho não alimentar (FNAC, El Corte Inglés, Worten, Media Markt, etc.). Deste ponto de vista é notório que os livros, jornais e artigos de papelaria registaram de 2004 para 2006 uma quebra acentuada (para cerca de metade), que se verifica de novo nos últimos três anos pelo que se vem aproximando do peso que esta categoria representa no Comércio a retalho alimentar.

Gráfico 22 - Peso relativo de livros, jornais e artigos de papelaria no total de vendas a retalho nas UCDR por tipo de estabelecimento e por ano (2004-2012)

(percentagem)



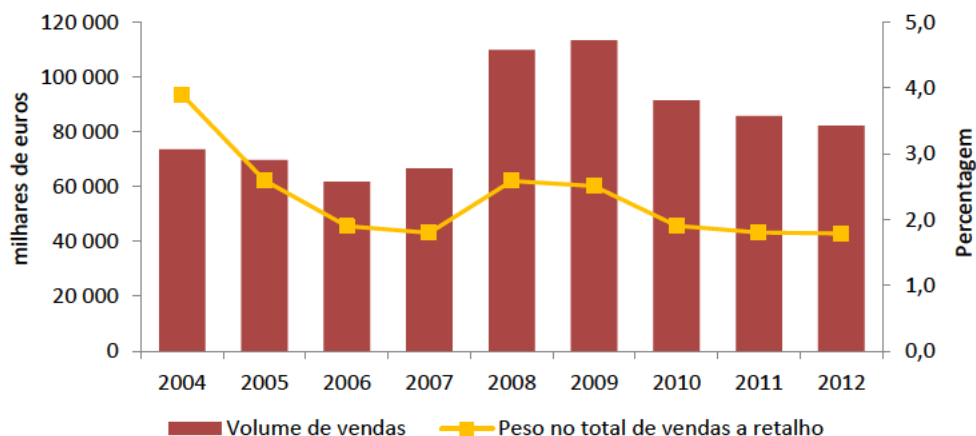
Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

O valor das vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR do retalho não alimentar regista alguma estabilidade entre 2004 e 2007, embora com diminuição, um acentuado acréscimo em 2008 e 2009 e depois um decréscimo continuado (gráfico 23). O peso no total de

vendas oscila entre 3,9% (2004) e 1,8% (2011 e 2012) e tem vindo a declinar, apesar da recuperação que os anos de 2008 e 2009 representaram.

Gráfico 23 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria e peso relativo no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho não alimentar por ano (2004-2012)

(milhares de euros e percentagem)

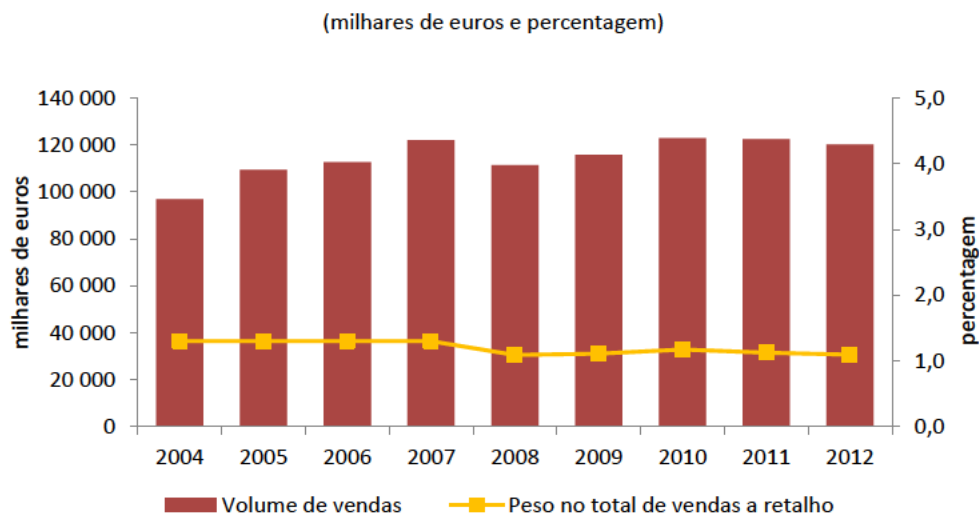


Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

Por região, no período em análise, é nos estabelecimentos localizados em Lisboa (2,6%) e no Norte (2,5%) que o peso no total de vendas é mais elevado, seguindo-se o Algarve com 1,7%. O Alentejo (1%) apresenta os valores mais baixos. Uma nota para a região da Madeira que em dois anos (2011 e 2012) regista um peso de 1,7%.

O valor das vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR do retalho alimentar é em geral superior ao do não alimentar mas a percentagem correspondente é sempre mais baixa. O valor regista também uma evolução diferente. Cresce até 2007, em 2008 dá-se uma quebra seguindo-se novo ciclo de crescimento interrompido em 2012 (gráfico 24). O peso no total de vendas mede-se em níveis estáveis em torno de 1,3% e 1,1%.

Gráfico 24 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria e peso relativo no total de vendas nas UCDR do comércio a retalho alimentar por ano (2004-2012)



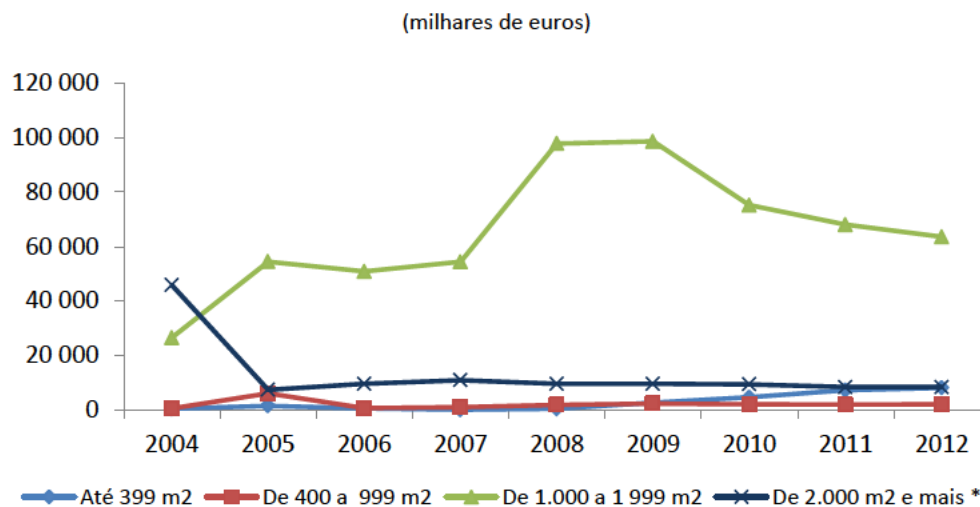
Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2000-2001, 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

No mesmo período, e por região, são os estabelecimentos sedeados em Lisboa (1,3%) e no Centro (1,2%) os que registam maior proporção de vendas de livros face ao total dos produtos. O Alentejo averba novamente o peso de vendas mais baixo (1,0%). Também aqui mencionar a região dos Açores uma vez que a venda de livros, jornais e artigos de papelaria apresenta em dois anos (2011 e 2012) um peso relativo de 1,3%.

Do ponto de vista do escalão de área de exposição e venda verifica-se que são os estabelecimentos do retalho não alimentar de dimensão 1.000 a 1.999 m² os que registam no período as vendas de livros, jornais e artigos de papelaria mais elevadas (a única exceção é o ano de 2004), atingindo em 2008 e 2009 valores perto dos €100 milhões. Este valor representa em ambos os anos 7% do total de vendas naqueles estabelecimentos (gráfico 25).

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Gráfico 25 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papeleria nas UCDR do retalho não alimentar por Escalão de área de exposição e venda e por ano (2004-2012)



Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2000-2001, 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

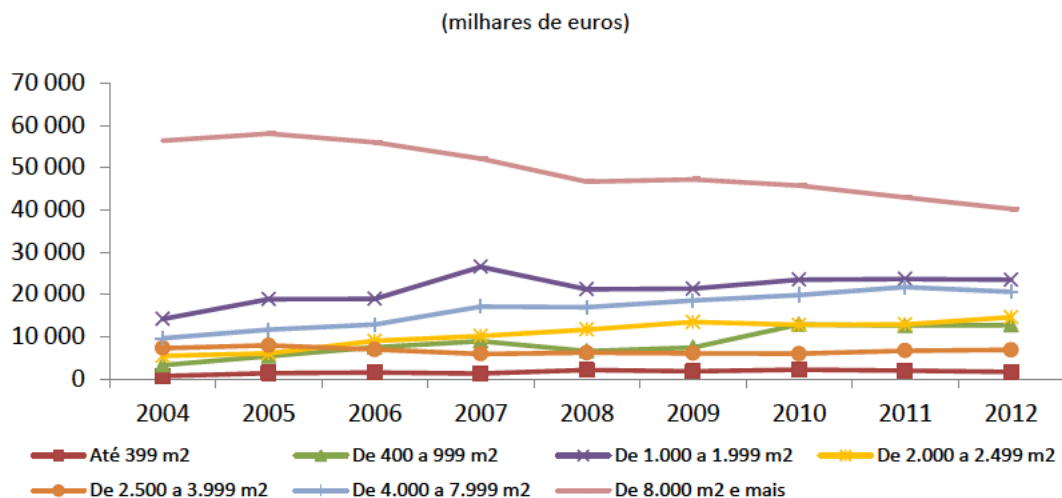
Notas: * Este escalão agrega os dados referentes a 4 escalões de área de exposição e venda (De 2.000 a 2.499 m²; De 2.500 a 3.999 m²; De 4.000 a 7.999 m²; e De 8.000 m² e mais) por causa do segredo estatístico. A partir de 2011 os dados passam a incluir as regiões autónomas.

Em termos de evolução veja-se, por um lado, a tendência de crescimento que se verifica até 2009 nos estabelecimentos do escalão 1.000 a 1.999 m² ao nível das vendas de livros, jornais e artigos de papeleria, ao decréscimo a partir de 2010 e, por outro lado, a uma certa constância nos valores dos restantes escalões ao longo do período em análise. A exceção é o volume de vendas alcançado pelos estabelecimentos de maior dimensão no ano de 2004.

Relativamente às UCDR do retalho alimentar, o escalão de área de exposição e venda predominante em termos de vendas de livros, jornais e artigos de papeleria é o dos estabelecimentos de grandes dimensões (de 8.000 m² e mais). O valor mais elevado regista-se em 2005 (€58,1 milhões) e o mais baixo em 2012 (€40,2 milhões) (gráfico 26).

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Gráfico 26 - Volume de vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nas UCDR do retalho alimentar por Escalão de área de exposição e venda e por ano (2004-2012)



Fonte: INE, Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante 2000-2001, 2004-2008; INE, Estatísticas do Comércio 2009-2012.

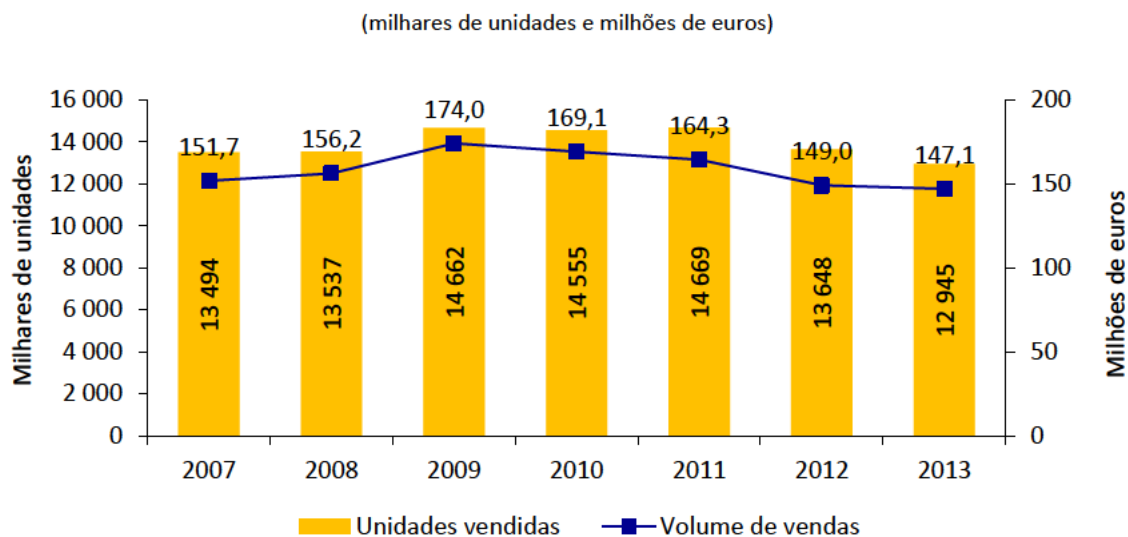
Notas: A partir de 2011 os dados passam a incluir as regiões autónomas.

No período em análise, apesar de maioritário, é possível constatar a tendência de quebra continuada no volume de vendas dos estabelecimentos da dimensão de 8.000 m2 e mais (com exceção dos anos de 2005 e 2009 em que se verificam pequenas melhorias). De todo o modo, as vendas de livros, jornais e artigos de papelaria nestes estabelecimentos representam em média 3% do volume total de vendas. Em relação aos restantes escalões, com volumes de vendas consideravelmente mais baixos, a maior parte regista subida nas vendas nos anos mais recentes, destacando-se os escalões de 4.000 a 7.999 m2 e de 2.000 a 2.499 m2 por apresentarem em média um peso relativo dos Livros, jornais e artigos de papelaria de 2% face ao total das vendas.

2.2.4 O Livro não escolar

A GfK apura desde 2007 um conjunto de indicadores sobre o comércio do livro não escolar com base numa amostra do retalho.³¹ De acordo com esta fonte identificam-se com clareza dois ciclos cujo vértice recai em 2009: primeiro de crescimento e depois de queda. Note-se que os valores de 2012 e 2013 estão abaixo dos de 2007 e 2008 o que dá bem nota do atual contexto de crise (gráfico 27). A evolução das unidades vendidas, embora não coincida exatamente com a do volume de vendas (entre 2009 e 2011 não se registam diferenças significativas) é bastante similar. Nos dois indicadores o ano de 2013 é claramente o que tem os números mais baixos.

Gráfico 27 - Unidades vendidas e volume de vendas do mercado do livro não escolar por ano (2007-2013)



A segmentação por canal de distribuição mostra que as *Livrarias e Outros* representam sempre a parte maioritária tanto do ponto de vista das unidades como do volume de vendas, com destaque para este último (quadro 6). A principal nota será a recuperação sensível do volume de vendas dos super e hipermercados em 2013 relativamente aos anos transatos.

³¹ A amostra do painel GfK representa, em estimativa, entre 75% e 80% do valor total do mercado do livro não escolar. Fora da amostra ficam estabelecimentos/pontos de venda como por exemplo livrarias independentes e outros em locais não especializados. A recolha de informação é feita de forma eletrónica através dos sistemas de *sell-out* dos pontos de venda e dos canais de distribuição.

Quadro 6 - Unidades vendidas e volume de vendas por canal de distribuição e por ano (2007-2013)

(percentagem, milhares de unidades e milhões de euros)

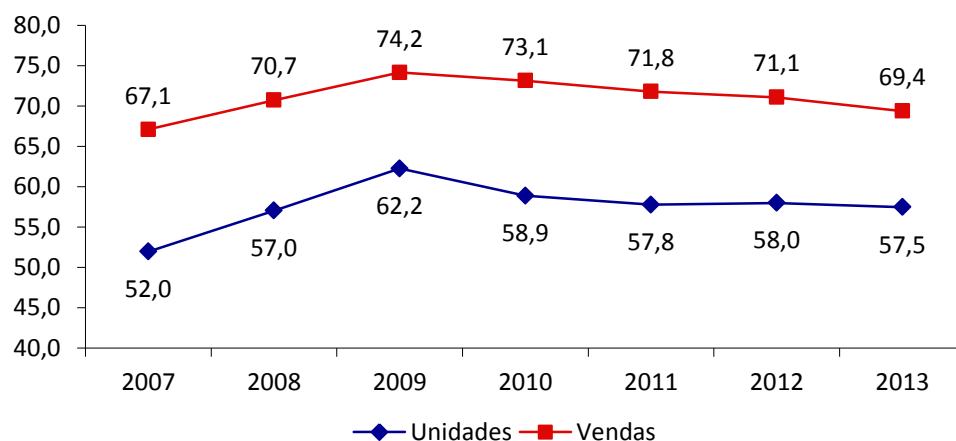
	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Unidades vendidas							
Livrarias e outros	52,0	57,0	62,2	58,9	57,8	58,0	57,5
Super e hipermercados	48,0	43,0	37,8	41,1	42,2	42,0	42,5
Total	13.494	13.537	14.662	14.555	14.669	13.648	12.945
Volume de vendas							
Livrarias e outros	67,1	70,7	74,2	73,1	71,8	71,1	69,4
Super e hipermercados	32,9	29,3	25,8	26,9	28,2	28,9	30,6
Total	151,7	156,2	174,0	169,1	164,3	149,0	147,1

Fonte: GfK.

Um olhar mais centrado nas Livrarias e outros mostra que 2009 é um ano de viragem nos dois indicadores após o qual este canal tem vindo a ver diminuídos os valores em causa para os super e hipermercados (gráfico 28).

Gráfico 28 - Peso das unidades vendidas e do volume de vendas no canal livrarias e outros por ano (2007-2013)

(percentagem)



Fonte: GfK.

Na distribuição das unidades vendidas e do volume de vendas por Trimestre constata-se que o 4º trimestre é, e em especial a época de natal, o período com nível de vendas mais elevado,

representando em média 34% das unidades e 36% do volume (quadro 7). O 2º trimestre é o que regista os valores de vendas mais baixos tanto em unidades como em volume.

No entanto, note-se que no período em análise as vendas do 4º Trimestre têm vindo a perder peso em ambos os indicadores (unidade e volume de vendas) face aos restantes trimestres. Foi no 1º e no 2º trimestres que mais aumentaram as vendas se se tiver em conta os anos polares.

Quadro 7 - Distribuição das unidades vendidas e do volume de vendas por Trimestre e por ano (2007-2013)

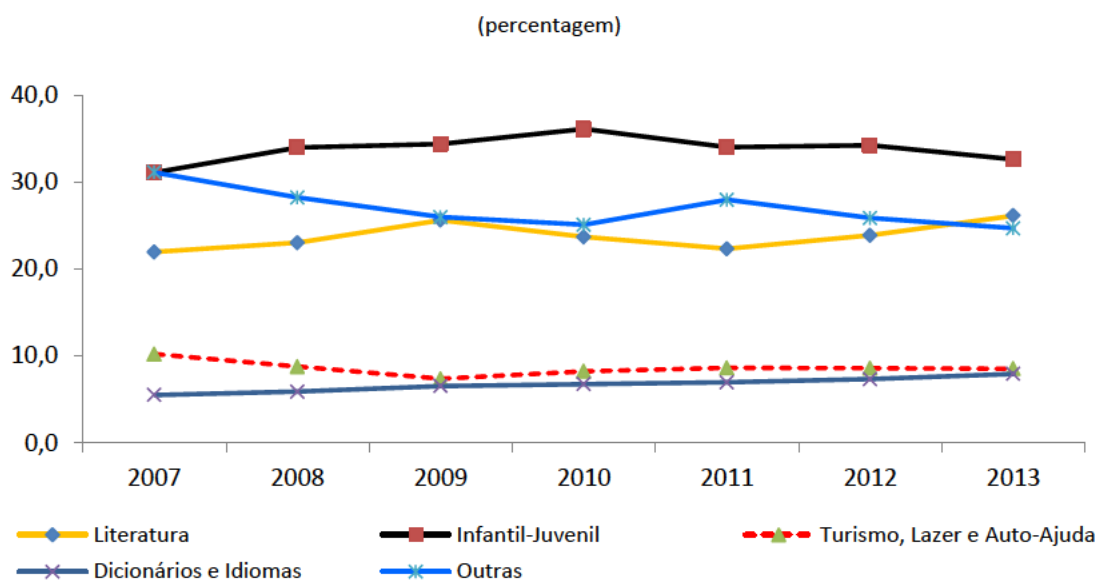
(percentagem, milhares de unidades e milhões de euros)

	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Unidades vendidas							
1º Trimestre	18,6	22,2	23,0	23,1	22,3	22,2	23,4
2º Trimestre	18,8	20,1	20,4	20,5	20,0	21,8	20,9
3º Trimestre	24,4	23,6	23,0	23,9	24,8	24,3	24,1
4º Trimestre	38,2	34,1	33,7	32,5	33,0	31,6	31,6
Total	13.494	13.537	14.662	14.555	14.669	13.648	12.945
Volume de vendas							
1º Trimestre	18,0	22,0	23,3	22,5	22,5	21,6	21,6
2º Trimestre	18,2	19,2	19,0	19,9	20,0	21,1	20,6
3º Trimestre	23,5	22,1	21,6	22,6	22,8	23,3	23,9
4º Trimestre	40,2	36,7	36,1	34,9	34,7	34,0	33,8
Total	151,7	156,2	174,0	169,1	164,3	149,0	147,1

Fonte: GfK.

A análise da evolução das unidades vendidas por categorias mostra desde logo o enorme peso dos livros Infantil-juvenis ao longo de toda a série, peso que aliás se vem destacando das demais (gráfico 29). Por outro lado a Literatura mostra em 2013 um peso similar ao registado em 2009.

Gráfico 29 - Unidades vendidas por categoria e por ano (2007-2013)

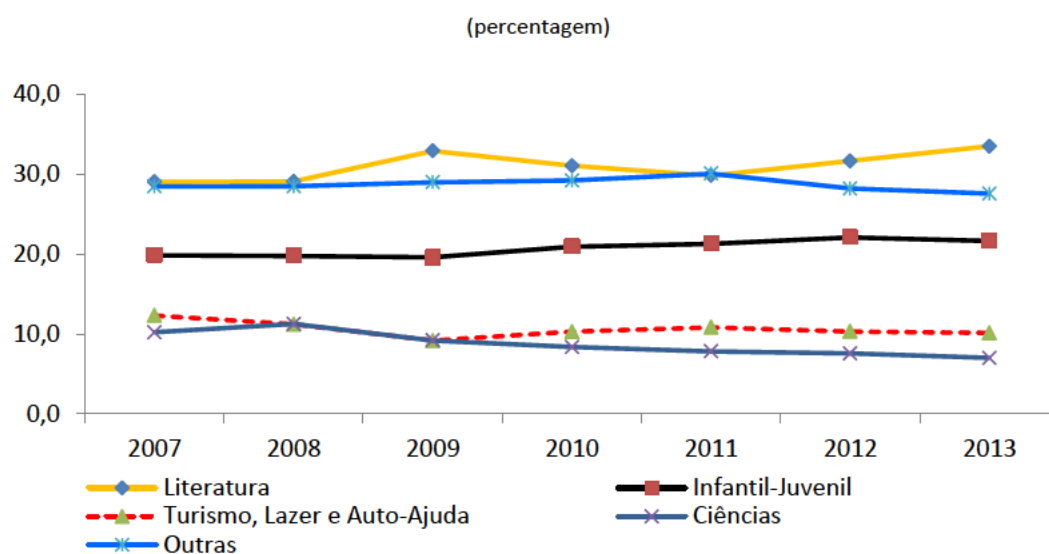


Fonte: GfK.

Nota: A categoria Outras inclui Arte, Banda Desenhada, Ciências, Direito, Economia e Informática, História e Política, Literatura Importada e Campanhas.

Contudo, do ponto de vista do volume de vendas (faturação) o maior peso centra-se nas categorias Literatura e Outras (gráfico 30). A Literatura regista também deste ponto de vista um crescimento em percentagem sensível nos anos mais recentes.

Gráfico 30 - Volume de vendas por categoria e por ano (2007-2013)



Fonte: GfK.

Nota: A categoria Outras inclui Arte, Banda Desenhada, Dicionários e Idiomas, Direito, Economia e Informática, História e Política, Literatura Importada e Campanhas.

O impacto dos títulos mais vendidos nos volumes de vendas é, por norma, muito significativo e um fator explicativo relevante dos picos de vendas totais. Essa é, aliás, uma característica comum às indústrias culturais. No caso português constata-se que esse impacto é particularmente relevante em 2009, ano em que 12 títulos venderam mais do que 50.000 unidades cada um (o que significa, portanto, no conjunto, pelo menos 600 mil exemplares), e em 2007, em que 2 títulos superaram as 100.000 unidades vendidas e outros 5 as 50.000 unidades (no conjunto representam pelo menos 450.000 exemplares) (quadro 8).

Quadro 8 – Número de títulos por escalão de unidades vendidas e por ano (2007-2013)

(Número)

Escalão	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Com mais de 100 mil	2	1	0	0	0	0	0
Com mais de 50 mil	5	2	12	6	3	2	6

Fonte: GfK.

No que toca ao preço médio dos livros é possível observar as diferenças existentes entre as várias categorias. Destaque-se as categorias de Arte e de Direito, Economia e Informática com preços médios acima de €20, da Literatura a rondar os €15 e da Infantil-Juvenil com um valor de €7.

A evolução dos preços mostra um outro facto curioso, com os valores médios mais altos a serem registados na maioria das categorias no ano 2009, mas também em 2010, sendo que, por norma, apresentam logo de seguida um decréscimo de valor, que em alguns casos é acentuado (Arte e História e Política). As exceções são a Banda Desenhada e o Infantil-Juvenil que registam em 2013 o valor mais elevado (quadro 9).

Quadro 9 - Preço médio das unidades vendidas por categoria e por ano (2007-2013)

(Euros)

Categorias	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Arte	20,43	20,49	22,01	21,54	19,89	19,12	19,11
Banda Desenhada	11,42	10,80	11,71	12,18	12,09	12,29	12,66
Ciências	15,41	15,17	16,58	16,35	15,27	15,15	14,84
Dicionários e Idiomas	10,22	10,48	10,69	10,75	10,77	10,58	10,40
Direito, Economia e Informática	19,61	20,51	20,82	20,71	20,51	20,10	19,45
História e Política	18,48	18,14	19,62	20,17	17,60	16,92	16,23
Infantil-Juvenil	7,18	6,72	6,77	6,74	7,02	7,06	7,55
Literatura	14,86	14,58	15,25	15,23	14,97	14,48	14,57
Literatura Importada	9,96	10,38	10,67	9,61	9,65	9,87	10,21
Turismo, Lazer e Autoajuda	13,56	14,75	14,77	14,51	14,07	13,11	13,49
Campanhas	2,92	3,54	4,05	3,82	3,73	3,36	3,19
Preço médio total	11,25	11,54	11,87	11,62	11,20	10,92	11,36

Fonte: GfK.

A análise das unidades por canal e por categoria mostra diferenças significativas quanto ao seu peso relativo. O mais importante é o das Outras categorias nas Livrarias e o Infanto-juvenil nos Super e hipermercados (quadro 10). É também substancialmente mais significativo o peso das Campanhas nestes últimos do que nas Livrarias.

Quadro 10 - Unidades vendidas por canal, por categoria e por ano (2007-2013)

(percentagem e milhares de unidades)

	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Livrarias e Outros							
Literatura	26,1	25,9	28,2	27,8	26,8	28,2	29,5
Infantil-Juvenil	21,2	22,9	24,9	24,7	24,3	24,5	24,5
Outras	51,6	49,3	43,7	45,4	45,2	43,6	44,0
Campanhas	1,1	2,0	3,2	2,1	3,6	3,6	2,0
Total	7.012	7.721	9.127	8.571	8.475	7.914	7.440
Super e hipermercados							
Literatura	17,5	19,3	21,5	17,9	16,2	17,9	21,6
Infantil-Juvenil	41,9	48,8	50,0	52,4	47,3	47,7	43,6
Outras	19,8	20,5	17,9	17,5	18,7	18,5	21,3
Campanhas	20,8	11,5	10,6	12,2	17,8	16,0	13,6
Total	6.482	5.816	5.535	5.984	6.194	5.734	5.505

Fonte: GfK.

A perspetiva do volume de vendas revela algumas diferenças significativas (quadro 11). Quanto às livrarias as outras categorias mantêm o seu peso maioritário mas que tem vindo a diminuir, ao passo que Literatura e Infanto-juvenil registam uma evolução inversa, de crescimento. Quanto aos Super e hipermercados o peso do livro Infanto-juvenil esbate-se claramente nesta perspetiva por volume de vendas e é mesmo superada pela Literatura em 2013, à semelhança do que se verificou em 2009.

Quadro 11 - Volume de vendas por canal, por categoria e por ano (2007-2013)

(percentagem e milhões de euros)

	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Livrarias e Outros							
Literatura	27,5	27,5	31,1	30,0	29,5	31,4	33,0
Infantil-Juvenil	13,2	13,5	14,5	15,0	15,4	16,3	16,6
Outras	58,9	58,3	53,3	54,1	53,6	51,2	49,7
Campanhas	0,4	0,7	1,1	0,9	1,4	1,1	0,7
Total	101,8	110,4	129,1	123,7	118,0	105,9	102,1
Super e hipermercados							
Literatura	32,3	33,0	38,2	34,1	30,8	32,3	34,7
Infantil-Juvenil	33,4	35,0	34,2	37,1	36,3	36,5	33,2
Outras	26,7	27,3	22,8	23,5	25,2	24,5	27,3
Campanhas	7,6	4,8	4,8	5,3	7,7	6,6	4,8
Total	49,9	45,7	45,0	45,4	46,4	43,1	45,0

Fonte: GfK.

Evolução comparada das vendas de livros e de outros produtos de entretenimento

A evolução das vendas de livros entre 2007 e 2013 mostra desde logo um pico assinalável em 2009 (ano excecional para o sector, como a generalidade dos indicadores mostra) com um crescimento de 11% relativamente ao ano transato (que aliás regista também um crescimento de 3% face a 2007), a que se seguem variações negativas com destaque para 2012 com -9%, mas que é já muito mais baixa, embora ainda negativa, em 2013, de -1% (quadro 12).

Quadro 12 - Variação no volume de vendas de produtos em Portugal por ano (2007-2013)

(taxa de variação)

Produtos	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eletrónica de consumo	11	-1	-4	8	-10	-5	-24
Entretenimento	25	11	12	0	-17	-28	-12
<i>Livro</i>	<i>n/d</i>	3	11	-3	-3	-9	-1
Fotografia	7	-15	-11	3	-11	-12	-12
Grandes Domésticos	5	-2	-3	10	-13	-16	4
Informática	0	-4	-17	-10	-4	-8	8
Pequenos Domésticos	4	4	8	8	-12	-12	4
Telecomunicações	3	-14	-11	-11	-8	5	34

Fonte: GfK.

n/d = não disponível

Comparativamente com outros produtos verifica-se, apesar de tudo, uma evolução negativa de menor impacto no livro do que em vários outros, designadamente desde 2011 (único ano com variações negativas em todos os produtos considerados) como é por exemplo o caso do Entretenimento.

Em relação aos produtos do mercado de entretenimento constata-se que entre 2011 e 2013 o produto livro, apesar da quebra assinalada, tem aumentado o seu peso relativo face aos restantes produtos. Em 2012 e 2013 representa já mais de metade das vendas (52% e 55%, respetivamente) (quadro 13). Por outro lado, o *gaming* é o que mais perde (33% em 2013 face aos 41% de 2011), enquanto a música e o vídeo se mantêm constantes.

Quadro 13 - Volume de vendas de produtos de entretenimento em Portugal por ano (2011-2013)

(percentagem e milhões de euros)

Produtos	Ano		
	2011	2012	2013
Livros	47,0	52,0	55,0
Música	5,0	5,0	5,0
Vídeo	7,0	7,0	7,0
<i>Gaming</i>	41,0	36,0	33,0
Total	480	381	335

Fonte: GfK (maio de 2014).

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Especificamente quanto a livros, a comparação da variação em Portugal relativamente a outros países europeus mostra que ela é, entre os países em que ela é negativa (que afeta a maioria dos países em qualquer dos três anos considerados, embora com diferentes evoluções), das mais baixas em 2013 (quadro 14). A evolução negativa é particularmente sensível em Espanha.

Quadro 14 - Variação no volume de vendas do produto livros em países europeus por ano (2011-2013)

(taxa de variação)

Países	Ano		
	2011	2012	2013
Alemanha	-2	-1	0
Áustria	2	1	-2
Bélgica	12	-4	-2
Espanha	-6	-11	-12
França	2	-1	-3
Holanda	-3	-9	-7
Itália	-6	-6	-4
Portugal	-3	-9	-1
Suíça	-7	-1	2

Fonte: GfK.

CAPÍTULO 3

POSICIONAMENTO DE LIVREIROS

Como foi já referido o comércio livreiro enfrenta vários desafios num contexto adverso devido a vários fatores. Entre estes podem referir-se alterações no modelo de negócio devido aos processos de concentração, à diversificação e ao alargamento dos pontos de venda de livros (estabelecimentos com outras funções, venda de livros em locais temporários improvisados), às práticas promocionais com as quais não parece estar em condições de concorrer, aos hábitos de consumo, à crise económica (diminuição do consumo público e privado), a alterações várias com repercussões no comércio tradicional (lei do arrendamento), à cópia privada e ao livro digital.

Para melhor entender quais os desafios do comércio livreiro no contexto mais geral da evolução do sector do livro em Portugal foram realizadas seis entrevistas exploratórias na fase inicial do estudo (anexo 3). Neste capítulo apresentam-se os resultados do módulo de entrevistas a livreiros independentes. O objetivo deste módulo é recolher a experiência e a opinião dos entrevistados sobre um conjunto alargado de temas relacionados com a atividade livreira.

3.1 Método

Foram realizadas cinco entrevistas³² (anexo 2). De acordo com os objetivos definidos, a seleção dos entrevistados seguiu vários critérios: pertencer/ estar relacionado ou ser responsável por uma livraria independente, estar localizada em território nacional. Realizaram-se em Portugal continental e compreendem livrarias situadas em Lisboa e noutras cidades capitais de distrito.

As entrevistas, semi-diretivas, foram realizadas presencialmente mediante guião previamente elaborado (anexo 4), na livraria, entre 1 de abril e 8 de maio de 2014. Foram integralmente

³² Foram solicitadas 6 entrevistas mas uma não chegou a ser concretizada, apesar das várias tentativas nesse sentido por parte da equipa, por manifesta indisponibilidade de tempo.

gravadas e a duração variou entre uma e duas horas. Cada entrevista foi precedida do preenchimento de uma grelha de caracterização da respetiva livraria (anexo 5).

A análise a seguir realizada estrutura-se por temáticas: caracterização das livrarias em que decorreram as entrevistas; relação dos livreiros com editores e distribuidores; promoções, hábitos de consumo, preço do livro, feiras do livro; comércio eletrónico, livros digitais; políticas culturais públicas; regulação, Lei do Preço Fixo do Livro, fiscalização; o Plano Nacional de Leitura (PNL); associativismo e cooperação interpares.

3.2 Caracterização das livrarias entrevistadas

A maior parte das livrarias cujos responsáveis foram entrevistados abriram por volta do ano 2000 (1999, 2000 e 2007). Uma delas abriu no início dos anos 1970, sendo que a mais antiga abriu na primeira metade do século XIX.

Todas dispõem de secções reservadas à ficção, à não ficção, às novidades e ao fundo de catálogo. Algumas incluem uma secção de alfarrabista e infantil e apenas uma não disponibiliza livros técnicos. Relativamente a outras secções ou serviços que disponibilizam, várias têm uma cafetaria, apenas uma não tem um auditório e apenas uma tem uma secção de papelaria, mas apenas de apoio.

Duas das livrarias têm à volta de 15.000 títulos disponíveis, uma tem cerca de 42.000 e as restantes indicaram desconhecer.

Todas realizam atividades regulares de dinamização da livraria através de apresentações de livros e tertúlias literárias ou culturais. A maior parte promove sessões de autógrafos. Outras atividades foram referidas, embora não por todos: cursos, workshops, debates, encontros temáticos, encontros livreiros e exibição de filmes. A que realiza atividades mais diversas indicou também a apresentação de peças de teatro, exposições, concertos ou até mesmo o aluguer de espaços para eventos de organização externa à livraria.

Três das cinco livrarias tiveram em 2013 um volume de negócio entre 500.000 e 1.000.000 de euros e apenas uma se enquadra no escalão dos 50.000 aos 250.000 euros. Em nenhuma houve variação no volume relativamente ao ano anterior. Em quase todas as livrarias a venda

de livros corresponde a mais de 95% do volume de negócios, exceto uma em que esta corresponde apenas a 62%.

Quanto às principais categorias vendidas, a literatura infanto-juvenil é a mais indicada no âmbito da ficção, enquanto a história e a política são as que recolhem mais referências na área de não-ficção. No domínio da não-ficção foram também mencionadas, embora não unanimemente, o infanto-juvenil, a arte, o turismo, o lazer, e a autoajuda.

Relativamente ao perfil dos entrevistados, todos são os proprietários das livrarias com experiência de vários anos no sector, alguns dos quais há décadas. Apenas um deles não teve um percurso exclusivo na indústria do livro.

Cientes

Os clientes das livrarias independentes são, coincidentemente em todas as entrevistas, classificados como regulares, fiéis, conhecidos, correspondendo a uma oferta de nicho, cultos ou que gostam de ler.

Uma livraria como esta tem um tipo de clientes que é erudito, gente que sabe, que tem cultura, e portanto para nós é ótimo porque estamos a lidar com pessoas com uma cultura superior – ou média superior. Isto faz-se, mas faz-se com um gosto que se cria. Há uma grande clientela regular que devido à crise compram menos. (Livreiro 3)

Há os que vêm todos os dias, mas não vêm todos os dias comprar livros. Há os clientes regulares que vêm periodicamente. (Livreiro 1)

O que eu tenho são clientes fiéis. Tenho poucos clientes, mas eles são fiéis e assíduos. (Livreiro 2)

[As pessoas] compram muitas vezes mas menos, e continuam a ser os mesmos. Os clientes das livrarias são sempre os mesmos dez. (Livreiro 4)

[A livraria tem clientes] regulares há 40 anos, desde que a porta abriu. Não tem perdido clientes. Há clientes ocasionais, esporádicos, claro, e há sempre novos. O nosso objetivo é transformar um cliente ocasional num cliente regular. (Livreiro 5)

Mas a existência de clientes turistas e estrangeiros, bem como as vendas pela internet, é para algumas uma realidade relevante.

Depois há os turistas, que só vêm uma vez. E isso aqui tem um peso muito importante. Os brasileiros são os clientes que mais compram em volume. (Livreiro 1)

E há uma relação de proximidade que se cria entre o livreiro e o seu cliente. Nomeadamente através da internet. (Livreiro 2)

3.3 Relação dos livreiros com editores e distribuidores

A concentração editorial (em dois grandes grupos), a restrição do número de distribuidoras (apenas uma importante distribuidora exclusivamente de livros, algumas, poucas, transportadoras que também distribuem livros), a diversificação das relações diretas com pequenas editoras (que fazem a sua distribuição), as primeiras edições que não chegam às livrarias independentes (desprestigiando o livro) ou por outro lado a importância que estas estão a tomar para as editoras, são alguns dos aspetos referidos.

Fico triste que eu faça um pedido a uma editora e receba uma segunda edição. Porque acho que os meus clientes têm o mesmo direito do que outros clientes de grandes superfícies ou de grandes cadeias de livrarias de receberem uma primeira edição. Antigamente eu via um interesse muito grande nos autores em ter os livros nas livrarias – podiam ser apenas dois exemplares –

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

mas aquela livraria tinha de ter os meus livros. Era uma questão de prestígio. Isso hoje caiu um bocado em desuso. (Livreiro 3)

Os livros saem e nós só uma semana ou quinze dias depois é que os temos cá. Que é outra coisa estranha. (Livreiro 1)

A indústria do livro para mim, agora, tem um grande problema. Estão a editar muito poucos títulos. Estão a fazer edições muito curtas. Quando, depois, a seguir, fazem reimpressões e em vez de dizerem que são edições são reimpressões. O livro quando chegou às livrarias independentes já ia na segunda edição. Quem comprou a primeira edição foram os tubarões, a FNAC e companhia. (Livreiro 5)

O livro está a ser vendido como outra mercadoria qualquer [Há] distribuidoras que parecem mais transportadoras. Tenho visto várias a desaparecer e a correr mal. Não sei, parece-me que o modelo mais pequeno funciona melhor, com o vendedor mais próximo. (Livreiro 4)

[Os editores] hoje estão a olhar para as livrarias de fundo com outros olhos, porque eles querem os seus livros nas livrarias de fundo. Hoje há muito mais editores que vêm fazer um forcing para que nós tenhamos aqui o stock deles. (Livreiro 3)

Referem ainda os descontos praticados para com as livrarias independentes (da ordem dos 30%) que contrastam com os praticados por outras, com maior capacidade negocial (como os super e hipermercados, a FNAC e a cadeia de livrarias Bertrand), com as quais não conseguem concorrer.

Nós pagamos muito antes do que quaisquer outros clientes deles [dos hipermercados, FNAC e cadeias de livrarias]. (Livreiro 1)

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

[Os] grandes grupos beneficiam de um desconto, digamos, de 45%, enquanto que a pequena livraria beneficia de 20 a 30%. Isto é concorrência? Isto é concorrência leal? O que eu sinto é que eu não tenho armas para lutar de igual para igual, que a concorrência é completamente desleal, que a justiça neste país não é para todos, há uma justiça para ricos e uma justiça para pobres. (Livreiro 2)

A questão está numa ética de concorrência, de respeito pelo que não tem a mesma dimensão mas deve ser respeitado. Há uma falta de ética no mercado. (Livreiro 2)

Eles [hipermercados, FNAC e cadeias de livrarias] com os 40 e tal por cento de desconto conseguem fazer descontos de 10%, de 20%, 30% e até 40%. Os livreiros independentes não têm a mínima hipótese. As condições são completamente desiguais. (Livreiro 1)

A concentração editorial... Eles é que têm o monopólio. Eles têm descontos mais baratos do que nós. Pagam quando querem, devolvem quando querem. Nós temos regras para isso tudo. (Livreiro 5)

Há quem adiante alternativas para minimizar estas dificuldades, mostrando a vantagem de melhorar as condições de comercialização com os fornecedores/editores, sugerindo que os livros fiquem durante mais tempo nas livrarias, aumentando as hipóteses da sua venda.

Dar essas facilidades aos livreiros independentes, não os obrigar a efetuar pagamentos ao fim de 30 ou 60 dias. Deixar que os livros permanecem nas livrarias mais tempo. Nas livrarias o espaço não é tão limitado, por isso deixem ficar os livros, é bom para eles. (Livreiro 1)

3.4 Promoções, hábitos de consumo, preço do livro e feiras do livro

Promoções e hábitos de consumo

Para além de - de acordo com alguns livreiros – poderem colidir com a LPFL (questão a que se fará referência adiante), as práticas promocionais com descontos por parte dos grandes *players* do comércio livreiro e a sua continuidade no tempo têm, segundo os entrevistados, consequências várias, entre elas o enraizamento de hábitos de consumo baseados justamente na compra de livros com desconto, hábitos com os quais as livrarias independentes não estão em condições de concorrer, que prejudicam o seu negócio e que tendem a desvalorizar e a desprestigiar o livro ou a fazer com que as livrarias independentes desapareçam.

Houve durante muito tempo em que apareciam livros modernos, livros novos ao abrigo da LPF mas que com subterfúgios de uma promoção ou de uma feira do livro ou de não sei quê apareciam nessas zonas com preços que eu não posso praticar, porque eu não tinha condições comerciais para praticar essas margens. E isso eu sou totalmente contra. (Livreiro 3)

Toda a gente gosta de comprar mais barato. A questão que eu ponho sempre é – por exemplo neste momento está a decorrer uma campanha na FNAC que os livros novos têm 20% de desconto. Ninguém me vem aqui comprar um livro. Essa é a realidade. E é isto que eu não acho justo, porque se o editor quer fazer essa baixa de preços, então deve fazer universalmente em todos os pontos de venda. (Livreiro 3)

Hoje em dia o consumidor parece que anda à procura de promoções. Os livros para se venderem têm de estar em promoção. (Livreiro 2)

Os hábitos de compra são feitos nas grandes superfícies. O comércio de rua tradicional está a desaparecer. Culturalmente perdemos imenso, é uma riqueza que se perde. Qualquer dia tenho a impressão que vamos ter dificuldade em chegar a uma cidade e ver uma livraria tradicional ou independente. (Livreiro 2)

Preço do livro

Entre os entrevistados é unânime a opinião de que o preço do livro é elevado em relação ao poder de compra dos portugueses, que estão a comprar em menor quantidade por causa da crise. Os livreiros independentes estão conscientes dessa dificuldade atual, razão pela qual os portugueses procuram ainda mais os descontos. Outro dos fatores referidos para o valor elevado é a pequena dimensão do país e as tiragens diminutas.

O livro é caro. Sempre foi. Estamos a falar de um produto que ainda é para uma minoria. Estamos num país pequeno [logo] o preço do livro necessariamente tem de ser alto porque as tiragens são pequenas. Eu acho que o preço do livro é o preço justo pela dimensão do país e portanto é o preço por que nós o podemos produzir. (Livreiro 2)

O preço dos livros é altíssimo. Os livros são caríssimos para o nível dos portugueses hoje em dia! E vejo imenso, mesmo nas pessoas que compram mais aqui, as pessoas pedem para guardar. Tenho prateleiras dos clientes que vão encomendando. E já tenho muitos livros guardados, que as pessoas vão levando ao longo do mês. (Livreiro 4)

Para o que nós ganhamos o livro é caro, mas em relação ao livro europeu o livro em Portugal é barato. (Livreiro 5)

Neste momento há uma dificuldade maior. Penso que as pessoas se preocupam mais se conseguirem comprar mais barato, como é lógico. A aquisição está mais lenta, as pessoas estão com mais dificuldades. Há uma crise, há menos compras. Há uma recessão na procura, há uma procura mais moderada, é preciso ter essa noção e hoje eu acho que já há mais essa consciência. (Livreiro 3)

O aumento do preço de capa do livro é uma das consequências das promoções, para permitir os publicitados descontos. Por outro lado é referido que o preço do livro não tem sofrido aumentos.

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Os livros são caros também por causa dos grandes descontos que eles têm de fazer aos..., a toda a gente. (Livreiro 1)

Eu acho que as promoções, a médio prazo, aumentam o preço do livro. [O editor] sobe o preço do livro com vista à promoção. É assim que funciona. Porque a perceção do público é 'Eu estou a comprar mais barato.' Quando na realidade não está. (Livreiro 2)

Se calhar se à partida os livros fossem todos um bocadinho mais baratos, não houvesse essas campanhas, então tornavam também os livros mais apetecíveis em todo o sítio. O que acontece hoje é o que acontece com a roupa, as lojas de roupa hoje estão todo o ano com 30%, 40%, 50%. Então, à partida a gente sabe que os preços que foram estabelecidos são preços que podem sempre baixar. São preços que não são reais, são preços que já estão mais elevados para poder permitir fazer isto. (Livreiro 3)

Ao contrário do que se possa pensar, o livro português, nestes últimos três anos, não tem aumentado. (Livreiro 5)

Além da disparidade do preço do livro, que varia de local para local de venda, é defendida a existência de um preço único, em que o fator de distinção e de escolha poderá (deverá) ser o serviço que as livrarias independentes prestam.

Temos de acabar com esta situação dos preços: aqui há uns, ali outros. Isto nunca foi prática nos livros. Devemos ter um preço e o cliente escolhe onde compra. [O cliente] vai pelo serviço, pela simpatia, pelo que encontra e não pelo preço. Porque senão, afinal andamos a vender preços, não andamos a vender livros! E isso é uma coisa que tira a dignidade ao livro. (Livreiro 3)

Feiras do livro

Quando confrontados com a questão da venda de livros em Feiras, é referida a perturbação que estas provocam no negócio das livrarias independentes, em especial as que se realizam em locais improvisados, principalmente pela falta de fiscalização ou controlo na sua realização.

As pessoas hoje compram aqui um livro novo, que é uma coisa que às vezes me faz confusão, e esse livro passados dois ou três meses aparece numa feira com 20 ou 30% de desconto. Quer dizer, isso, para quem comprou o livro, que deu o seu dinheiro na íntegra, perturba. Desvaloriza e é um desprestígio para o livro, para o autor! Eu não gosto disso. Sei que é prejudicial para nós, isso sei. (Livreiro 3)

Não há regulação, ou seja, não há controlo, não há ninguém que fiscalize. Quando eu tenho que pagar um espaço, tenho que pagar funcionários, tenho que pagar IMI, tenho que pagar isto, e depois vejo gente e vender livros em todo o lado... nas igrejas, nas estações do Metro! Como é que isto é possível? Porquê? Senão também vou vender para a rua. Não tenho que pagar renda. Que isto dá cabo do mercado, dá. Que é uma concorrência desleal, é verdade. Agora, quem é que fiscaliza isto? Há aqui uma falta de fiscalização sobre o mercado do livro e é preciso pensar nisso, ou regular outra vez, ou pensar numa forma diferente de funcionar. Porque senão eu prevejo um futuro muito negro. Aliás, já é negro. Mas muito mais negro, para o mercado do livro e para o sector em geral! (Livreiro 2)

O editor faz um desconto maior ao público mas ganha muito mais. Eles fazem 20% ao público mas à livraria seria 30%. Os editores não vendem às livrarias durante os períodos de feiras. Vendem o menos possível para obrigar o cliente a ter de ir à feira. Nós pedimos uma coisa demora 15 dias a vir. As feiras do livro locais para mim só têm valor e importância se forem feitas pelos livreiros. Por exemplo, nós temos agora aqui uma livraria, que começou em abril, de um individuo que vem de Lisboa, que não é livreiro, que tem bancas de livros na Gare do Oriente. Este ano não veio só com coisas antigas, veio também com livros novos. [...] Faz negociatas com os editores, como comprar velharias para obter descontos maiores nos livros novos. Sou absolutamente contra essas feiras que não são feitas pelos livreiros locais. (Livreiro 5)

Também já ninguém fala da Feira do Livro quando se trata deste absurdo legal, nunca ninguém fala, como aquilo sendo um comércio livre. Para mim aquilo é uma manifestação cultural e a partir daí tudo é permitido. É um acontecimento que tem uma componente comercial. (Livreiro 1)

No entanto há quem considere positivo este tipo de atividades e iniciativas, pela proximidade que promovem entre as pessoas e o livro, desde que levadas a cabo pelas próprias livrarias.

Acho que os livros devem estar no meio onde as pessoas passam. Acho bem que estejam nas estações dos metros e acho que os livros têm de estar nos sítios, onde as pessoas estão. Eu acho que deviam ser as livrarias e não as editoras a fazê-lo, sabe! (Livreiro 4)

Se calhar quem vendia os livros eram os livreiros. Os editores punham lá com condições especiais, os livreiros vendiam, e pagavam. Aquilo passa a ser uma venda, significativa, que concorre muito com os livreiros, os independentes também, essencialmente, os outros também fazem, mas depois nos livros fazem os mesmos descontos, com mais ou menos, porque depois fazem uma feira do livro lá dentro. (Livreiro 1)

3.5 Comércio eletrónico e livros digitais

O comércio eletrónico e o livro digital são desafios importantes para os livreiros uma vez que constituem relações diretas dos editores com os consumidores. Mas o comércio eletrónico constitui também um instrumento de que os livreiros se socorrem, como aliás foi já referido a propósito dos tipos de clientes, para o comércio de livros, embora com limitações.

Há outros fatores que influenciam [as compras], nomeadamente a venda através da internet, da disponibilidade de livros na internet, a concorrência de outros suportes. Não há uma diminuição da leitura mas o livro concorre com muitos outros suportes. (Livreiro 2)

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

Cada vez mais vendo livros através das plataformas da internet. Nós vendemos livros antigos, usados, na internet. Não tenho uma plataforma para vender livros novos. (Livreiro 2)

O canal eletrónico pela internet, o que eu acho mais pernicioso [...], são as lojas das editoras e o que lá se faz é um escândalo. Não há legislação para o comércio eletrónico. As lojas *online* é outra economia paralela. (Livreiro 1)

Isso é uma coisa que já se verifica e que é crescente e que às vezes parece assustadora mas que acho que ainda não tem dimensões... muita gente já lê eletrónico. Não sei se isso se pode contabilizar no decréscimo das vendas que existe. (Livreiro 4)

Quanto à venda de livros digitais, atualmente não é considerada uma alternativa de negócio para estes livreiros, embora tenham consciência da sua crescente importância no sector e demonstrem alguma receptividade.

Os livros digitais eu tenho pouca experiência. Eu sou um livreiro do papel, e portanto não tenho apetência pelos livros digitais. Isso é pessoal. Mas não estou alheio que esse fenómeno tem conquistado cada vez mais leitores. Eu sou daqueles que acha que o livro em papel nunca irá acabar. Haverá um equilíbrio de forças. Não quer dizer que seja igual. (Livreiro 3)

Há uma coisa que eu gostava de conseguir fazer e não consigo que é vender livros eletrónicos, porque tenho encomendas, por exemplo das escolas... da biblioteca escolar, das bibliotecas, mas é uma coisa que nós e os livreiros não conseguimos fazer, que é vender. No futuro sim. Tinha de me render bem à tecnologia, eu sou um bocado cética, mas eu acho que sim. (Livreiro 4)

Os livros digitais são para quem gosta de livros digitais. Quem gosta de ler livros naquelas coisas o problema é deles. Quem gosta de ler um livro num ecrã leia. Portanto, o livro em papel é uma coisa, o livro digital é outra. Nós adicionamos conhecimentos, seja em papel, digital ou outra coisa. Estou a falar do utilizador. Aquele que podendo ter um texto num papel, num livro ou num telefone e escolhe o telefone, o problema é dele. (Livreiro 1)

Eu acho que esse caminho é paralelo ao do livro em papel. Isso é um outro paradigma. Estou completamente recetiva a ele. Creio que não vai prejudicar o livro em papel, que é sempre outra coisa. Livrarias digitais... No princípio essas coisas causam sempre impacto, mas depois a coisa vai-se diluindo. (Livreiro 5)

3.6 Políticas públicas

As políticas públicas para a cultura são vistas pela maior parte dos livreiros entrevistados como inexistentes ou, quando existem, são desfavoráveis para o sector do livro e das livrarias.

Não existem. Não há políticas públicas para a cultura. E se há, estão muito reduzidas. Aí, acho que não preciso de dizer mais nada. (Livreiro 2)

O facto do IVA ser 6%? Não sei, não há nenhuma política pública que eu conheça direcionadas para o comércio do livro. (Livreiro 4)

As políticas públicas direcionadas para o comércio do livro nunca são muito favoráveis ao comércio do livro. Esse é mais algo que temos de ver. Mais uma batalha. Nunca. Não há políticas a favor do livro. A favor do livro na livraria. (Livreiro 5)

Alguns livreiros adiantam sugestões, nomeadamente sobre regulamentação e divulgação, promoção ou estimulação de hábitos de leitura, assim como de compras nas livrarias independentes.

Eu acho que há políticas públicas. Nós temos a tendência para dizer que são sempre poucas e que podem ser mais. Eu o que acho é que tem de haver regras e acho, por exemplo, o favorecimento que a LPF trouxe no fornecimento direto dos editores às bibliotecas – que faziam

descontos que podiam ir mais além do que aquilo que a gente podia dar – eu não concordo com isso. As intenções são boas... O que eu queria é uma política que desse o espaço à livraria que a livraria, do meu ponto de vista, merece. Eu acho que apesar de tudo não há neste momento mais publicidade à leitura. (Livreiro 3)

Era importante que as pessoas tivessem noção que a leitura é essencial para o desenvolvimento intelectual e da sua formação. Promover o livro, promover a leitura, dar acesso aos livros através das bibliotecas públicas. Acho essencial para o desenvolvimento do país. É importante trabalhar o livro porque o livro é importante para o conhecimento. Esta é a minha maior preocupação. (Livreiro 2)

As livrarias são defendidas através das compras nas livrarias. Não deve haver nada que facilite a compra por fora das livrarias e obriguem as compras a passar pelas livrarias. Acho que o Estado e as Câmaras Municipais (o Poder local) devem pensar nisso. Quer dizer, se eu gosto de um restaurante, para que ele não feche eu tenho que lá ir almoçar ou jantar. Se eu gosto de uma livraria tenho que lá ir consumir. (Livreiro 3)

Assim se promoveu algumas políticas de promoção da leitura, que foram mais ou menos feitas com algumas bibliotecas, mas depois essas bibliotecas têm grandes edifícios mas não têm lá livros. [programas comunitários] Para livros não há apoios. Apenas comércio e as livrarias pertencem ao comércio. O que acontece é que é um processo tão complicado que geralmente só as grandes cadeias de livrarias é que se candidatam e que levam o dinheiro. (Livreiro 1)

É referida a necessidade do reconhecimento do seu importante papel na aquisição de conhecimento e desenvolvimento cultural e económico, nomeadamente no que se refere ao turismo cultural e patrimonial.

Queremos ter uma posição e o reconhecimento, que vejam que uma livraria como esta seja benéfica para a cidade. Por exemplo, do ponto de vista do turismo você não imagina a quantidade de turistas que vem aqui que adoram a livraria e dizem “Ah, isto é lindíssimo!”.

Porque o que eu quero é que as pessoas venham cá (a Lisboa) que se sintam cá bem e que voltem. Nós não estamos isolados. (Livreiro 3)

Regulação do comércio livreiro: Lei do Preço Fixo do Livro (LPFL)

A LPFL, que foi aprovada em 1996³³ e que teve fundamentais alterações em 2000³⁴, é considerada um importante e necessário instrumento de regulação – por alguns percecionado como o único -, embora deva ser melhorado.

Penso que o único instrumento que há é mesmo a LPF. A LPF do meu ponto de vista muito importante, embora a lei em Portugal entrou logo coxa, porque para já é uma margem grande de amplitude entre o preço de custo e o preço que podia ser vendido. Nenhum cliente meu admite que eu não lhe faça 10% de desconto. Ou 10% ou 10% no cartão de fidelização . As pessoas nunca foram educadas para pedir 10%. E no livro foi ao contrário. Começámos todos a fazer 10%. Um livreiro que tenha 30%, que é normalmente a nossa margem, se fizer 10% ao cliente está a abdicar de 33% da sua margem. É imensíssimo! Depois, a lei tem vários alçapões: é a questão das feiras do livro, das promoções, que permite (que é aquilo que falámos há bocado) que haja preços que não são aqueles que estão corretos, com essa finalidade. É difícil. Agora, se me diz se é melhor ter esta lei do que outra lei, ou não ter a lei, eu prefiro ter esta lei. Mas gostava que fosse afinada nesse sentido. (Livreiro 3)

A lei do preço fixo do livro pode ser melhorada. Aliás, como qualquer lei. Em países como França funciona. Acho que é essencial, porque quando estamos a falar de livros não estamos a falar de um produto como as batatas [...]. O livro é um instrumento de cultura e de conhecimento, e o conhecimento é essencial para o desenvolvimento de qualquer país. (Livreiro 2)

O preço fixo penso que é um bom instrumento. Moraliza o sistema, o mais possível. O problema são as tais cadeias que depois dão 10% ao cliente mais 10% no cartão mais não sei quê. (Livreiro 5)

³³Decreto-Lei 176/96, de 21 de setembro (Lei do Preço Fixo do Livro).

³⁴O Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de setembro, institui alterações ao Decreto-Lei de 1996.

Fiscalização

A maior parte dos entrevistados referiu que o principal problema da LPFL é o seu incumprimento, a sua ineficácia, a falta de controlo ou fiscalização na sua aplicação e a impunidade dos que não a cumprem.

Eu acho que, como em tudo, tem de haver alguma regulamentação, pelas entidades competentes, nomeadamente o papel da APEL é muito importante, e não está a ter, porque a APEL neste momento é dominada pelos mesmos. (Livreiro 2)

O não cumprimento da LPF é uma coisa que eu não consigo entender. Agora as coisas têm de ser respeitadas por todos. Não é leal, não é justo. Quer dizer, há lei e a lei é para cumprir. (Livreiro 4)

É como a LPF, ela existe mas ninguém a quer cumprir, logo não existe. E ninguém é penalizado por isso. A LPF é um mau uso da lei. O editor está a infringir a lei porque também vende a preços diferentes o mesmo artigo. (Livreiro 1)

O problema não está na lei do preço fixo, está no não cumprimento da lei do preço fixo. Não há por parte da maior parte dos *players* do mercado, não cumprem a lei, não têm medo da lei, porque não há fiscalização da lei. A IGAC é o primeiro responsável pela fiscalização da lei, não funciona. Os livreiros fizeram queixa à IGAC, disseram que iam averiguar, não se soube resultado nenhum. Fez-se uma providência cautelar contra as campanhas de Natal da Bertrand e da Fnac, não teve seguimento porque ninguém quer saber. Na realidade, parece que há uma vontade por parte, não dos poderosos, mas dos que têm maior influência no mercado. (Livreiro 2)

Há pouco medo das consequências pelo fugir da lei. Então vivemos num mundo que se aproxima de uma anarquia, de um caos. (Livreiro 2)

Ela não é cumprida pelas grandes superfícies. Se não for cumprida por mim eu garanto-lhe que amanhã está aí um fiscal e eu pago uma multa de 2000 ou 3000 euros. Mas não sendo cumprida

por quem não é, que são sempre os mesmos. [A fiscalização] não funciona para os que disse, é muito morosa, quando eles têm de pagar alguma coisa é meia dúzia de tostões. Eles pagam porque ganharam muito mais. (Livreiro 5)

O Plano Nacional de Leitura (PNL)

O PNL, lançado em 2006³⁵, foi considerado pelos entrevistados positivo do ponto de vista dos efeitos na promoção do livro e da leitura e na valorização social da leitura por parte da população portuguesa, embora muitos considerem que terá havido um exagero no número de títulos inseridos neste Plano.

Eu não estou muito bem dentro desse assunto, embora eu ache que o PNL só pelo título vale a pena. Se há um PNL vamos acarinhá-lo e estamos com ele. O que eu senti e sinto é que houve uma altura em que muitos livros estavam no PNL. Demasiados. A certa altura pareceu-me exagerado. (Livreiro 3)

Eu acho que é importante, com os defeitos que possa ter. Acho que é importante e que tem tido influência na divulgação do livro e na perceção de que há obras necessárias e importantes para ler. (Livreiro 2)

O Plano Nacional de Leitura foi uma grande ideia levada a cabo por uma série de pessoas com estilo, que desinteressadamente ou mais desinteressadamente do que esta gente que aqui temos estado a falar fez alguma coisa pela difusão do livro. (Livreiro 1)

Eu acho importante e acho que faz sentido. Está é muito mal feito, há livros que não fazem sentido nenhum e é pena . Depois acho que os livros não estão bem escolhidos. Livros esgotados anos, e anos seguidos, e continuam a estar no PNL! Pois, às vezes há um desconhecimento de

³⁵ Iniciativa da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares. A Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de julho aprova o PNL e cria a respetiva Comissão. Ainda sobre o PNL ver <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/>, Neves (2011: 101-103) e, especificamente sobre a avaliação dos primeiros 5 anos do Plano, Costa, Pegado, Ávila e Coelho (2011).

quem faz a seleção, porque há livros muito mais interessantes. Mas eu acho que foi uma coisa que funcionou imenso, as escolas compraram muito por aí e continuam a comprar. Agora começam um bocadinho a mudar. (Livreiro 4)

O Plano Nacional de Leitura foi uma coisa excecional. Fez-se com que os jovens e as crianças todos tivessem que ler mais do que liam. E por causa deles os pais estão a ler os livros dos filhos. E os professores também vão ler mais. (Livreiro 5)

O Plano direciona-se preferencialmente para as crianças e jovens. Entre os seus muitos programas destaca-se a recomendação da leitura e de livros para este público-alvo. Justamente um aspeto destacado nas entrevistas refere-se ao alargamento das procuras e consequente alargamento do espaço dedicado a este género, resultado da qualidade crescente das edições deste tipo de literatura.

Tem havido um aumento de literatura infantil. Ou seja, há uma maior atenção na preocupação dos pais a porem as crianças a ler desde muito cedo, isso sim. Há um aumento de livros infantis. (Livreiro 2)

Outra área que também acho que melhorou bastante é a infantil. Melhorou muito nas ilustrações, nos livros, nos últimos anos têm tido uma evolução boa. As editoras estão com muito mais cuidado, há mais editoras interessantes com livro infantil e isso é bom. A qualidade subiu muito na literatura infantil. (Livreiro 4)

3.7 Associativismo e cooperação interpares

Os posicionamentos sobre os aspetos associativos e de cooperação entre livreiros situam-se em vários planos. Por um lado é considerada a sua necessidade. Apesar de ser patente algum distanciamento relativamente ao papel da APEL no que toca aos livreiros, a possibilidade de ela se realizar no seio da APEL não deixa de ser colocada.

Acho que o associativismo numa associação onde estão editores e livreiros e que é comum, quando os interesses são diferentes – ou a maneira de defender os interesses é diferente – é difícil. Mas os livreiros nunca tiveram – a não ser nos primórdios da APEL – uma associação que defendesse os seus interesses. O que não quer dizer que a APEL faça um mau trabalho, mas são coisas que estão desajustadas com a realidade. Não sei se podem ser ajustadas. Eu acho que cada vez há menos livrarias e se calhar o espaço das livrarias não tem expressão. (Livreiro 3)

Eu acho que a APEL teve um papel importante no passado. Antes o mercado era diversificado e havia muitos associados. A APEL está cada vez mais reduzida a poucos associados, a dois grandes associados que dominam claramente a APEL e isto está reduzido... Já que a APEL não nos representa, os livreiros precisavam de ser defendidos. Isto só através de uma associação própria, fora da APEL, ou até dentro da APEL, mas teriam de ter uma representação com mais força. Que não têm. Eu não pertença à APEL, nunca pertenci, porque nunca me senti representado na APEL. Eu acho que os pequenos livreiros, pequenos editores e os livreiros tradicionais, independentes, teriam de ter um peso maior na APEL e a APEL devia importar-se com eles. (Livreiro 2)

Pois, a APEL nunca fez nada por mim, portanto deixei de pagar, porque acho que não faziam nada. Estão-se a defender numa das posições que é na de serem editores e não de serem livreiros. Os livreiros acabam por não ganhar nada com isso. (Livreiro 4)

Não há. A APEL é uma associação de editores. Não há nenhuma associação de livreiros. E mesmo a associação de editores não funciona enquanto uma associação, grupo, é uma associação de dissociados. (Livreiro 1)

Muito mau. Associativismo não existe. Existe a APEL. A APEL não apoia nem quer saber dos livreiros. É uma forma de receberem todos os meses uma renda. Não há um sector da APEL, apesar de dizerem o contrário, que queira trabalhar os livreiros, que implemente políticas para os livreiros, nada. (Livreiro 5)

Por outro lado parece ser patente, por parte dos entrevistados, alguma dificuldade em os livreiros independentes estabelecerem laços de cooperação com alguma continuidade e são manifestas as dificuldades, embora haja esforços de alguns nesse sentido.

Eu já tentei associar pequenos livreiros mas é muito complicado porque implica meios económicos que os livreiros não têm, estamos a falar de uma dispersão geográfica muito grande. Era importante haver uma associação dos livreiros independentes, mas há vários fatores que determinam que isso não aconteça. Principalmente económicos. (Livreiro 2)

Nos livreiros, nos tais ditos independentes, já houve várias tentativas para se associarem mas não foi possível, pois cada um tem as suas idiosincrasias. Associarem-se é coisa estranha. Já fiz várias propostas dessas, de fazermos uma central de compras, por exemplo, entre várias coisas, porque sempre achei que era interessante mas depois é sempre uma grande complicação. (Livreiro 1)

Depois houve aquela hipótese da Associação das Livrarias Independentes se reunirem mas depois dava tudo muito trabalho e muito tempo e ninguém tinha, não é? E portanto nunca chegou a acontecer. (Livreiro 4)

Os próprios livreiros têm feito nos últimos anos algumas tentativas de se unir. Nós nesta livraria criámos uma coisa emérita que é o encontro do livreiro. Nunca ninguém da APEL se nos dirigiu, nenhuma instituição veio ao nosso encontro. Portanto, temos feito sempre no último domingo do mês o encontro livreiro. Houve várias ideias, por exemplo criar uma editora nossa mas ninguém quer avançar com o dinheiro. (Livreiro 5)

CAPÍTULO 4

TENDÊNCIAS

A pesquisa, recolha e análise de dados e informações que consubstanciam o enquadramento e constatações constantes dos capítulos precedentes, obedeceram a uma perspetiva de estudo assente em quatro dimensões fundamentais: sociocultural, económica, tecnológica e político-legal (Beja, 2004). Para cada uma delas foi identificado o maior número possível de fatores ou variáveis explicativas e tomados em consideração o quadro atual das sociedades da informação, em rede, e os efeitos da globalização no sector do livro.

Com base nestas premissas e tendo em conta as suas múltiplas componentes, foram identificadas as principais tendências decorrentes do contexto internacional, e mais especificamente a situação e tendências do comércio livreiro em Portugal ao longo da década em curso, como seguidamente se sintetiza.

4.1 Contexto internacional

Conforme decorre do conteúdo e referências documentais constantes no item '1.3. Evolução e tendências gerais do comércio a retalho a partir dos anos sessenta do século XX', do presente relatório, as grandes transformações que iriam influenciar o panorama internacional do comércio do livro na segunda década do século XXI iniciaram-se nos Estados Unidos da América, no dealbar dos anos 1960, com a entrada das grandes superfícies comerciais no retalho livreiro.

A revolução digital e o rápido crescimento da *World Wide Web* constituíram, a partir de meados dos anos 1990, fator adicional e incontornavelmente decisivo para a mudança de paradigma das indústrias culturais, incluindo o modelo de negócio da edição e comércio livreiro.

Em síntese, no atual estado da arte do comércio livreiro a nível internacional, nas suas diferentes dimensões críticas, relevam os seguintes aspectos:

Sociocultural

A importância do livro como factor de desenvolvimento do homem e das sociedades está bem patente no manifesto conjunto que as associações profissionais pan-europeias representativas dos autores, dos editores, e dos livreiros, emitiram a propósito das eleições europeias de 2014. Nele se reafirma que os livros transmitem ideias, alimentam a mente, e tornam a liberdade de expressão uma realidade, como também que os cidadãos europeus necessitam de ter acesso aos livros para compreender os valores democráticos europeus. E nele se realça que os livros são essenciais para o envolvimento dos cidadãos na vida económica, social, cultural e política, especialmente tendo em atenção a emergência da economia do conhecimento e a crescente procura de competências de literacia que lhe estão associadas (AAVV, 2014: 1).

A inequívoca relevância do livro como veículo fundamental para a cultura, conhecimento, e divulgação linguística, nomeadamente ao nível que a União Europeia procura desenvolver, está igualmente expressa no relatório emitido pela Federação Europeia de Editores (FEP), no qual se defende a introdução de duas dezenas de medidas concretas³⁶ para suporte e apoio da edição e comércio do livro na Europa, tendo nomeadamente em conta assegurar que a indústria livreira europeia, atualmente com um volume anual de vendas de cerca de 40 mil milhões de euros, manterá a liderança mundial neste domínio (FEP, 2014: 23-24).

O intenso e profundo envolvimento na indústria do livro por parte de destacados conglomerados tecnológicos, muito especialmente a Amazon, a Google e a Apple, que têm vindo a desenvolver modelos de negócio suportados na edição digital, está a ser fonte de importantes tensões e notórias transformações na organização e funcionamento do sector, daqui resultando fundada apreensão sobre o futuro do livro na Europa, nomeadamente face às estratégias opacas e monopolistas das referidas empresas que, ao porem em causa a

³⁶ FEP – Federation of European Publishers, *Europe and the book (advocacy report in favour of European programmes for books)*, http://www.fep-fee.eu/IMG/pdf/FEP_EPB_DRAFT_VER2909_EN_002.pdf (consultada a 21-03-2014).

viabilidade da edição e do comércio livreiro tradicionais, restringem drasticamente a imprescindível diversidade cultural³⁷.

Económico

O valor económico do livro, em termos absolutos e como líder das indústrias culturais a nível mundial, é realçado pela Federação Internacional de Editores (IPA) que, relativamente ao ano de 2012, reporta vendas totais no valor de 151 mil milhões de US \$, equivalentes ao triplo das vendas globais de música e superando em 14% o valor global agregado do volume de negócios de filmes e produtos de entretenimento (Wischenbart, 2013: 5).

Nesse mesmo relatório, a Europa surge como líder do mercado mundial com 33% do volume de vendas, seguida dos Estados Unidos da América (26%), ao mesmo tempo que é assinalado o crescimento do chamado BRIC³⁸ (18%) que quase igualam a quota de mercado dos restantes países (22%). E também realçado que os *e-books* ganharam, a partir de 2010, um peso significativo, especialmente nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, onde atingiram em 2012 quotas de mercado de respetivamente 13% e 17% (*ibidem*: 3).

No entanto, analisando a evolução dos mercados mais maduros após a crise financeira e económica de 2008, e comparando o total de vendas de cada um dos anos com o do ano anterior, entre 2009 e 2012, constata-se que só os Estados Unidos da América (+3%; -3%; +3%) e o Reino Unido (+3%; -2%; +4%) conseguiram recuperar o volume de negócios em larga medida por efeito da forte expansão dos *e-books* naqueles países. A mesma relação é negativa em alguns dos principais mercados europeus: Suécia (-1%; +3%, - 14%), Itália (0%; -3%; -7%), Finlândia (-3%; 0%; -5%), Polónia (?; -6%; -3%), Bélgica (+1%; 0%; -2%), França (0%; -1%, -1%), Alemanha (0%; -1%; -1%), Noruega (-2%; -1%; -1%) (*ibidem*, 2013: 6-7).

Face à ofensiva dos conglomerados tecnológicos, nomeadamente a entrada da Amazon no domínio da edição própria³⁹ e as incidências litigiosas⁴⁰ do acordo estabelecido pela Google com a APA – American Publishers Association e com a Authors Guild no âmbito do lançamento

³⁷ Vd. EIBF – European and International Booksellers Association, *The Future of the Book, the Future of Europe*, <http://eibf-booksellers.org/pressrelease/future-book-future-europe#attachments> (consultada a 27.04.2014)

³⁸ Acrónimo para o grupo de países formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China.

³⁹ Vd. Amazon Publishing, *About Us*, <http://www.apub.com/about> (consultada a 31-03-2014)

⁴⁰ Vd. Publishers Weekly, *Authors Guild Appeals Google Decision*, <http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/digital/content-and-e-books/article/60492-authors-guild-appeals-google-decision.html> (consultada a 08-01-2014)

da Google Books⁴¹, abriu-se nova frente de concentração editorial iniciada em 2013 com a fusão Penguin-Random House⁴² que se prevê venha a ter próximos desenvolvimentos entre os agora cinco maiores grupos editoriais: Random House /Penguin Books, Hachette, Harper Collins, Macmillan, Simon & Schuster⁴³

O comércio livreiro realizado em livraria tem sido profundamente afetado, embora em graus diferenciados conforme as políticas e as práticas de cada país, pelo efeito acumulado da entrada de grandes superfícies no retalho livreiro, pela transferência de vendas para as livrarias online, e pelo crescimento acelerado do livro eletrónico. Os seguintes indicadores expressam concludentemente esta realidade: i) No Reino Unido e Irlanda fecharam 500 livrarias entre 2005 e 2013⁴⁴; ii) Nos EUA a Borders, segunda maior cadeia de livrarias, anunciou em 2011 o encerramento de 200 lojas⁴⁵ e as vendas em livraria caíram 17,2% entre 2009 e 2013⁴⁶; iii) Em França a cadeia de livrarias Chapitre (53 lojas, 1.200 empregados) encerrou em 2013⁴⁷, embora as livrarias independentes estejam a resistir bem; iv) Na Alemanha estas livrarias tiveram uma quebra de vendas de 3,0% em 2011 e de 3,7% em 2012, sobretudo em razão da transferência de vendas para as livrarias online⁴⁸; v) Em Espanha, as vendas totais tiveram um decréscimo de 10,9% em valor e de 14,8% em quantidade, entre 2011 e 2012, e não obstante a venda telefónica e por internet estarem em crescendo, as

⁴¹ Vd. IPA –International Publishers Association, *Google/ Authors Guild/AAP et al. Settlement Agreement 2008*,

<https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=www.danskeforlag.dk/download/pdf/181asb035.pdf%E2%80%8E&ie=UTF-8&oe=UTF-8> (consultada a 29-04-2014)

⁴² Vd. Publishers Weekly, *Penguin Random House Begins*, <http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/publisher-news/article/58127-penguin-random-house-begins.html> (consultada a 17-07-2013)

⁴³ Vd. Quartz, *This is what the publishing industry will look like if the Big Six become the Big Four*, <http://qz.com/29783/this-is-what-the-publishing-industry-will-look-like-if-the-big-six-become-the-big-four/> (consultada a 18-07-2013)

⁴⁴ Vd. BBC News, *Browsing the bookshop of the future*, <http://www.bbc.com/news/entertainment-arts-24203287> (consultada a 09-02-2014)

⁴⁵ Vd. Público, *Segunda maior cadeia de livrarias dos EUA vai encerrar 200 lojas*, <http://www.publico.pt/economia/noticia/segunda-maior-rede-de-livrarias-dos-eua-vai-encerrar-200-lojas-1480848> (consultada a 16-02-2014)

⁴⁶ Vd. Publishers Weekly, *Boostores Fell 1,6% in 2013*, <http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/bookselling/article/61045-bookstore-sales-fell-1-6-in-2013.html> (consultada a 17-03-2014)

⁴⁷ Vd. Libération, *Les librairies Chapitre vont déposer le bilan*, http://www.liberation.fr/economie/2013/11/28/les-librairies-chapitre-vont-deposer-le-bilan_962701 (consultada a 09-12-2013)

⁴⁸ Vd. Frankfurt Buchmesse, *International – Information on the book Market in Germany*, http://www.buchmesse.de/en/international/book_markets/ (consultada a 06-04-2014)

livrarias independentes e cadeias de livrarias, que tiveram um decréscimo de 12,2%, mantêm-se como lugar de referência para a compra de livros com uma quota de mercado de 54,7%⁴⁹

Neste contexto, as alterações na cadeia de valor da indústria livreira, nomeadamente no que respeita aos canais de venda que consubstanciam o comércio livreiro, apresentam-se em linha com o nível de desenvolvimento socioeconómico, o tipo de política cultural, a especificidade da estrutura de mercado, e o grau de evolução digital, prevalentes em cada comunidade. Um resumo suportado nos exemplos paradigmáticos detalhados no item '1.5. Factos e números que marcam a indústria do livro no início do século XXI', complementado pelos indicadores acima mencionados, permite evidenciar que: i) nos países em que se conjuga a não regulamentação do mercado do livro com elevada penetração do *e-book* (casos dos EUA e Reino Unido) o volume global de vendas tem-se mantido estagnado, o comércio livreiro tradicional tem-se reduzido substancialmente e a diversidade cultural tende a restringir-se; ii) nos países em que vigora a lei do preço fixo e outras medidas - culturais, legais e fiscais – de apoio ao comércio livreiro, mas onde a penetração do *e-book* é ainda baixa (casos da França, Alemanha e menos notoriamente Espanha por efeitos da crise económica que o país vive), as vendas globais têm diminuído ligeiramente, o comércio livreiro tradicional mantém a liderança embora com perda de quota de mercado especialmente para as livrarias online, o *e-book* começa a crescer embora partindo de uma penetração baixa, e a diversidade da oferta de títulos tende a manter-se; iii) livro físico e livro digital tenderão a conviver embora numa relação diferente da atual, com ganho de quota de mercado para o digital; e iv) a valorização económica do sector ganhará com a implementação equilibrada de medidas que promovam a edição e o comércio digital em coordenação com outras que apoiem a edição do livro físico e o comércio livreiro tradicional, e que no seu conjunto preservem a diversidade cultural.

Tecnológico

Tecnologias disruptivas que aportam proposições de valor e características de performance diferentes, como é o caso do digital, levam a alterações de modelos de negócio e transformam o funcionamento das indústrias, contendo potencial para introduzir novas combinações de meios, criar erosão nos modelos de obtenção de proveitos, e forçar as empresas de conteúdos

⁴⁹ Vd. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Observatorio de la Lectura y el Libro, *El sector del libro en España 2011-2013* (Septiembre 2013), < http://www.mcu.es/libro/docs/MC/Observatorio/pdf/Sectorlibro_abril2014.pdf > (consultada a 30-04-2014)

a formular novos modelos de negócio e alterar a forma de relacionamento com os consumidores (PIRA, 2003: 117).

Embora com implicações em toda a cadeia de valor da indústria do livro, é na vertente comercial que o efeito da crescente desmaterialização do produto físico tem impacto negativo de maior significado e de mais difícil reajustamento (Beja, 2011: 144-150).

Político-legal

Contrariamente aos países anglo-saxónicos, nomeadamente os Estados Unidos da América e o Reino Unido, onde prevalece a liberalização do mercado do livro, em vários países europeus foi adotada a regulamentação do preço do livro, em geral por via de lei (como em Portugal) (como se viu atrás na tabela 1), regulamentação que, inclusivamente, tem sido objeto de atenção por parte das instâncias comunitárias, merecendo realce a resolução do Parlamento Europeu de 21 de fevereiro de 2002 que recomenda à Comissão Europeia a elaboração de uma diretiva do Parlamento e do Conselho relativa ao Preço Fixo do Livro (Rotheley, 2002). Trata-se, pois, de uma matéria que tem merecido grande atenção pelas instituições nacionais e internacionais.

Ainda a propósito da regulamentação do preço do livro importa assinalar duas outras tendências relevantes: por um lado verifica-se que os países que alteraram ou criaram a regulamentação a partir de 2000 (e foram vários), com exceção da Dinamarca o fizeram com a adoção de lei (em detrimento do acordo de comércio, e em alguns casos em substituição do acordo até aí em vigor); por outro lado, a aplicação estende-se já, em vários países, ao *e-book*.

Por tudo isto, a Lei do Preço Fixo constitui tema de abordagem obrigatória em qualquer estudo ou fórum em que se analise ou debata o momento atual e o futuro do sector do livro, dada a iniludível relação que se coloca entre as suas vertentes económica e cultural. A sua relevância, agora do ponto de vista dos editores, justifica que a IPA lhe dedique um capítulo no diretório '*Industry Policy*' da sua página oficial na internet, no qual explana detalhadamente os contornos desta matéria, os prós e os contras que são apontados, e quais as situações representativas das situações vigentes em mais de cinquenta países a que pertencem as organizações associadas⁵⁰. Embora a IPA não tome posição direta relativamente ao Preço Fixo do Livro, é sintomático que na rubrica '*Overview and Developments – Fixed Book Price*,

⁵⁰ IPA-International Publishers Association, *Industry Policy Menu – Fixed Book Price*, <http://www.internationalpublishers.org/industry-policy-introduction/fixed-book-price> (consultada a 18-02-2014)

explained' seja tomado como exemplo o sucesso da aplicação da Lei do Preço Fixo no caso francês, e referidos os efeitos negativos decorrentes da denúncia do Net Book Agreement no Reino Unido⁵¹.

Na maior parte dos países da UE (IPA/PwC, 2013: 4) é aplicada a taxa reduzida de IVA sobre a comercialização de livros impressos (anexo 6). Um pequeno número de países aplica a taxa zero. Relativamente ao livro eletrónico, pouco mais de metade dos países analisados⁵² no citado relatório aplicam a isenção ou a taxa reduzida.

Quanto às associações do sector, a posição da IPA é clara na defesa da taxa zero, propondo-se, inclusivamente, apoiar qualquer dos seus membros na defesa de uma taxa tão reduzida quanto possível, nos respetivos países, em todos os sectores da indústria, incluindo autores, edição e comércio livreiro. Esta posição baseia-se nos seguintes argumentos: i) Está provado que a taxa zero de IVA tem efeito direto nos preços e, por essa via, na venda de livros, na promoção da cultura do livro, na literacia, e no fomento dos hábitos de leitura; ii) A taxa zero garante o fortalecimento da criatividade e do conhecimento; e iii) A taxa zero assegura o fortalecimento da indústria do livro, mais emprego, e a viabilização económica de empresas editoras de pequena e média dimensão.

De acordo com as várias abordagens, a França distingue-se entre os países com maior eficácia na introdução de medidas de apoio ao comércio livreiro independente, em prol da pluralidade de ideias e da diversidade cultural, tanto por via da introdução em 1981 da lei do Preço Fixo (Lei Lang)⁵³ e da eficácia no controlo da sua aplicação prática, como pela instituição em 2009 do *Selo de Livraria Independente de Referência* na sequência do relatório Gallimard (2007) que tem em vista promover e apoiar livrarias independentes que cumpram os requisitos estabelecidos e regularmente fiscalizados, nomeadamente através de enquadramento legal e fiscalmente favorável.

L'établissement qui relève d'une entreprise entrant dans les prévisions du II de l'article 1464-I du code général des impôts bénéficie, sur sa demande, du label de librairie indépendante de référence institué à cet article lorsqu'il satisfait les conditions suivantes:

⁵¹ IPA-International Publishers Association, *Industry Policy Menu – Fixed Book Price – Overview and Developments*, <http://www.internationalpublishers.org/industry-policy-introduction/price-overview-and-developments> (consultada a 18-02-2014)

⁵² Europa, América Latina e Canadá

⁵³ Vd. Legifrance, *Loi n° 81-766 do 10 août 1981 relative RELATIVE AU PRIX DU LIVRE*, <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000517179> (consultada a 26-04-2014)

Comércio livreiro em Portugal - Estado da arte na segunda década do século XXI

- 1° Il réalise 50 % au moins de son chiffre d'affaires annuel total avec la vente de livres neufs au détail, compte non tenu des reventes à des détaillants pratiquant eux-mêmes, à titre accessoire ou principal, la vente de livres;
- 2° Il commercialise l'assortiment des titres qu'il détient en stock dans un local librement accessible au public, ne réserve leur vente à aucune catégorie particulière de personnes et ne la soumet à aucune condition préalable;
- 3° Il détient en stock et propose à la vente une offre diversifiée de titres. L'offre est diversifiée lorsqu'elle représente:
 - a) Au moins 3 000 titres s'il est une librairie d'assortiment spécialisé, sauf dans les domaines éditoriaux «jeunesse» et «bande dessinée»;
 - b) Au moins 6 000 titres s'il est une librairie d'assortiment général et s'il réalise au plus cent mille euros hors taxe de chiffre d'affaires annuel en vente de livres au détail ou s'il est une librairie d'assortiment spécialisé dans le domaine éditorial «jeunesse» ou «bande dessinée»;
 - c) Au moins 10 000 titres s'il est une librairie d'assortiment général et s'il réalise plus de six cent mille euros hors taxe de chiffre d'affaires annuel en vente de livres au détail;
- 4° Il affecte au moins 12,5 % du chiffre d'affaires annuel réalisé avec la vente de livres aux frais des personnels affectés à cette activité. Ces frais comprennent les salaires et les charges sociales afférentes, ainsi que, le cas échéant, les autres éléments de rémunération du personnel;
- 5° Il propose toute l'année une animation culturelle dont la régularité et la qualité sont jugées suffisantes, au regard notamment de la diversité des actions et de l'importance des publics touchés, par la commission instituée à l'article 3.

Un établissement est une librairie d'assortiment spécialisé au sens du 3° s'il réalise au moins 50 % de son chiffre d'affaires en vente de livres au détail dans un des domaines éditoriaux suivants: sciences, technique, médecine, économie et gestion; sciences humaines et sociales; religion; policier et science-fiction ; érotique ; jeunesse ; bande dessinée ; art ; voyage ; régionalisme et langues régionales ; livres en langue étrangère.⁵⁴

⁵⁴ Vd. Legifrance, *Décret n.º 2009-395 du 8 avril 2009 relatif au label de librairie indépendante de référence, II de l'article 1464-I du code général des impôts*
<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000020499274&dateTexte=&categorieLien=id> (consultada a 20-02-2014)

Embora se trate de uma posição de dois países, e não do conjunto da UE, refira-se que França e Alemanha manifestaram sintonia quanto à importância cultural e económica do sector, bem como quanto à necessidade expressa em comunicado, subscrito em 17 de Fevereiro de 2014 pelos respetivos ministros da Cultura, de a União Europeia se comprometer com: i) o reconhecimento da legitimidade de implementação de leis nacionais sobre o preço dos livros digitais; ii) a possibilidade de aplicação de taxas reduzidas de IVA em *e-books*; e iii) a criação de uma rede transnacional de circulação de livros e de uniformização de standards e tecnologias para leitores digitais⁵⁵.

Considerando que a transição da era da *galáxia Gutenberg* para a era da *informação globalizada* é nos dias de hoje um facto irreversível, a síntese das tendências no plano internacional adquire valor acrescido no que respeita à política cultural e às medidas de apoio legislativo e fiscal que devem ser tidas em consideração em Portugal, face à situação e tendências que se diagnosticam no nosso país conforme em seguida se sumaria nas suas diferentes dimensões e se ilustra em análise SWOT específica; bom será, para que o presente estudo sirva os objetivos pretendidos, que as instituições profissionais e políticas se coordenem para concretizar em tempo oportuno as opções que melhor se coadunem com a nossa realidade sociocultural e geopolítica.

4.2. Contexto português

Em grande medida como reflexo do contexto internacional, também em Portugal o sector do livro, e em particular o comércio livreiro, atravessa um período em que se colocam grandes desafios, a que acrescem os decorrentes da conjuntura de profunda crise económica que, desde 2011, o país atravessa.

À semelhança do que foi feito relativamente ao contexto internacional sumarizam-se de seguida algumas das principais tendências identificáveis e suscetíveis de condicionar a situação atual do comércio livreiro em Portugal. Retomam-se e complementam-se os itens analisados

⁵⁵ Vd. Ministère de la Culture et de la Communication, *Aurélie Filippetti et Monika Grütters, ministres française et allemande de la culture, appellent à une vision européenne du livre à l'ère numérique*, < <http://www.culturecommunication.gouv.fr/Presse/Communiqués-de-presse/Aurelie-Filippetti-et-Monika-Gruetters-ministres-francaise-et-allemande-de-la-culture-appellent-a-une-vision-europeenne-du-livre-a-l-ere-numerique>> (consultada a 26-04-2014)

no capítulo 2 sobre a evolução da edição e do comércio livreiro e no 3 em que se deu conta dos posicionamentos de livreiros independentes. A estrutura expositiva que se segue é semelhante à do contexto internacional mas os itens abordados são mais específicos.

Sociocultural

Até há bem pouco falar de leitura de livros era falar de leitura em formato impresso. Do ponto de vista da população portuguesa os estudos sociológicos mostravam que os leitores de livros nesse formato estavam a aumentar embora significassem pouco mais de metade da população (57% em 2007 contra 53% em 1995) (Santos *et al.*, 2007). Apesar disso, no plano internacional, em particular no Europeu, isso significava valores relativos baixos (Neves, 2011). O crescimento dos leitores de livros no país, num contexto já marcado em vários outros pelo movimento inverso, teve nos processos de reconfiguração da sociedade portuguesa em curso, em particular o aumento da qualificação escolar (nos vários níveis de ensino) e o crescimento das novas classes médias (e sua feminização) alguns dos principais fatores explicativos (Neves, 2011).

Porém, os estudos mais recentes mostram uma inversão dessa tendência de alargamento dos leitores de livros que remonta ao fim dos anos oitenta do século passado. Um dos estudos mostra um decréscimo ligeiro de 2 pontos percentuais entre 2007 e 2011 para 42% (INE, 2012). Um outro, comparativo à escala da União Europeia (UE-27), sugere um decréscimo mais profundo de 10 pontos percentuais entre 2007 e 2013, para os 40%, percentagem que é, neste último ano, a mais baixa da UE (Eurobarómetro 399, 2013). Neste período de profunda crise financeira e económica registou-se na UE-27 um recuo dos níveis de participação cultural nos vários domínios, recuo que é particularmente notório em Portugal, com destaque, justamente, para a leitura de livros e para a ida ao cinema (ambos com menos 10 pontos percentuais, o cinema para 29%) e a visita a bibliotecas públicas (menos 9 pontos para 15%).

Por fim, o mais recente estudo da GfK (2014) revela uma diminuição de 4 pontos percentuais na leitura de livros “nos últimos 12 meses” (período de referência comum aos vários inquéritos) de 2008 para 2014 (12% neste ano), nas respostas espontâneas, e de menos 2 pontos para 33% em igual período nas respostas sugeridas. O perfil social predominante dos leitores de livros remete para a qualificação em termos de escolaridade e de atividade socioprofissional, para os mais jovens (estudantes em particular) e para a predominância feminina. Quanto mais elevados são os níveis de leitura dos indivíduos, mais estes atributos se

reforçam. Embora se trate de estudos diversos e portanto com valores relativos diferentes, convergem quanto à evolução negativa da proporção de leitores e convergem também num outro dado, o de que os pequenos leitores são o tipo maioritário, os grandes leitores um tipo muito menos significativo estatisticamente, e a diminuir.

Mais recentemente a oferta de livros eletrónicos ganhou uma dimensão relevante, e em acelerado crescimento, embora ainda longe da do formato impresso. A (enorme) oferta global naquele formato, a que é possível aceder através de plataformas de intermediação e de e-distribuidores (Amazon, Google, Apple), a par da venda direta ou ainda através de e-livreiros (Benhamou e Guillon, 2010: 5; KPMG, 2014: 17) foi nos anos mais recentes reforçada com um aumento de títulos em português e por editoras portuguesas, como mostram os dados da agência nacional do ISBN. Quanto aos leitores, segundo o já citado estudo da GfK de 2014, representam 6% os que “leem em formato digital”.

Um outro fator de grande relevância para o comércio livreiro, em particular para as livrarias independentes, é o dos hábitos de consumo dos portugueses que passam sobretudo pelos centros comerciais (primeiras aberturas no início da década de 70) e, logo, pelas livrarias neles localizados (Santos *et al.*, 2007: 142) e pelos hiper e supermercados (inauguração do primeiro em 1985), em boa medida também localizados em centros comerciais⁵⁶. O modelo de negócio sofreu importantes alterações desde então, designadamente quanto às margens de comercialização, mais alargadas para as grandes superfícies (alimentares e não alimentares) e cadeias de livrarias (Neves *et al.*, 2012a: 71-72), mais comprimidas, e em alguns casos “esmagadas” para os editores, especialmente os de menor dimensão e poder negocial. As alterações entretanto verificadas incluem ainda a perda de importância das livrarias em termos de volume de negócios que hoje se situa, em cerca de três quartos do mercado, no conjunto formado pelas grandes superfícies e pelas cadeias de livrarias, sendo o restante correspondente a outros pontos de venda, designadamente as livrarias independentes.

Económica

No contexto de crise económica, particularmente aguda em Portugal após 2011, o orçamento da tutela pública (central e local) da cultura tem vindo a diminuir drasticamente (Garcia *et al.*,

⁵⁶ No anexo 7 faz-se uma resenha cronológica de alguns dos principais acontecimentos do sector do livro (comércio e edição) em Portugal após 1970.

Ainda a propósito dos hábitos de consumo ver o relatório do CERLALC (2012: 11), “Análisis de la situación actual de las librerías”.

2014). A aquisição de documentação por parte das instituições públicas foi também afetada neste contexto. As bibliotecas públicas da Rede Nacional podem ser referidas como exemplo da contração verificada. De 2008 para 2012 as despesas com documentação (incluindo livros) baixaram de €2 milhões para €902,6. A ponderação deste tipo de despesa pela população confirma uma queda muito significativa de €0,38/habitante em 2009 para menos de metade em 2012 com €0,16 (Garcia *et al.*, 2014: 65).

De um modo geral, e de acordo com os vários indicadores económicos construídos a partir das fontes disponíveis ou mobilizados para o presente estudo, tanto a edição como a comercialização (mais acentuadamente esta última) de livros evoluíram negativamente após 2008/2009. Esta tendência é patente nos vários indicadores (número de empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios, VAB) e manifesta-se nos vários canais de comercialização (livrarias, grandes superfícies alimentares e de forma mais acentuada nas não alimentares).

A evolução do volume de negócios do retalho (livro não escolar, dados GfK) mostra uma tendência de queda continuada desde 2009, ano em que era de €174 milhões, até 2013, com €147,1 milhões, ou seja, a amostra abrangida por esta fonte (que se estima representar 75% a 80% do mercado total) diminuiu em cerca de €27 milhões.

Também a oferta de novos títulos em suporte papel tende a diminuir até 2012 sem que, aparentemente, essa diminuição esteja a ser “compensada” pela edição de *e-books* (embora esta esteja manifestamente a aumentar, mas devido à aposta dos editores na edição em ambos os suportes, impresso e digital). Contudo, os indicadores disponíveis para 2013 mostram alguns sinais de recuperação ao nível da oferta. Num contexto de encerramento de (pequenas) editoras e de diminuição dos títulos por estas editados, assiste-se concomitantemente ao aumento do fenómeno da autoedição/edição de apenas um título (de um autor ou de uma instituição) e de *print-on demand*.

Numa conjuntura de crise económica e de mutações devido ao digital multiplicam-se as estratégias concorrenciais. Cartões de desconto (de que a FNAC foi pioneira desde que se instalou em Portugal em 1998), campanhas (no Natal e noutros períodos), enfim, promoções comerciais com redução do preço de venda ao público (face ao preço de capa⁵⁷ que é praticado pelo retalho, nomeadamente as livrarias independentes, que não têm poder negocial para obter margens que lhes permitam praticar descontos e promoções) que tendem

⁵⁷ O preço de capa do livro em Portugal está entre os mais elevados na UE-27. Entre 2010 e 2013 os preços de um conjunto ilustrativo de títulos situam-se em Portugal sempre na metade de países mais caros. Em 2011 e 2012 situa-se mesmo entre os 5 mais caros (ver tabela CUIPX no anexo 8).

a generalizar-se e que são suscetíveis de não cumprir o estipulado na Lei do Preço Fixo do Livro em vigor desde 1996.

Tecnológica

As alterações na cadeia do livro devido à desmaterialização do comércio do livro afetam de modo particular o sector do comércio tradicional uma vez que o comércio eletrónico (e de *e-books*) é feito, como acima referido, em plataformas e em e-distribuidores, e em que a livraria é apenas um entre outros locais de comercialização.

Do lado da edição a aposta no *e-book* por parte das editoras mais importantes em termos de volume de edição tem apenas alguns anos e privilegia a edição conjunta nos dois suportes. Privilegia ainda *software* que não exige leitores dedicados (*os e-readers*).

Político-legal

Portugal acompanha o conjunto de países em que está em vigor regulamentação sobre preço do livro por via de lei, opção que se integra aliás na tendência internacional dominante, como atrás se viu. A existência da lei não parece ser hoje objeto de contestação. Isso não significa que não sejam equacionáveis alterações. Uma delas reporta-se, na sequência do que já fizeram outros países, à inclusão do *e-book*. Embora não se saiba em que sentido, a tutela da Cultura manifestou já disponibilidade (e mesmo a tomada de iniciativa) para a alterar. Contudo, a principal questão, de acordo com os livreiros entrevistados no âmbito do presente estudo, situa-se na sua aplicação e na fiscalização do seu cumprimento. Os depoimentos recolhidos acentuam o tom da tomada de posição junto da IGAC feita por 26 livreiros em fins de 2013⁵⁸ manifestando com clareza uma desconfiança unânime quanto à manifesta incapacidade do Estado em assegurar o cumprimento do quadro legal em vigor.

A este propósito, a APEL tomou a 5 de dezembro de 2013 uma posição claramente favorável à LPFL, dando assim nota de que os seus associados (entre eles alguns dos visados pela referida posição dos livreiros independentes) estão coesos quanto à existência da lei e portanto à sua aplicação.

⁵⁸ “Livrarias independentes denunciam violação da Lei do Preço Fixo”, publicada a 20-11-2013 em <http://livrariapodoslivros.blogspot.pt/2013/11/livrarias-independentes-denunciam.html>.

Ainda quanto às políticas públicas culturais a tendência atual parece ser a ausência de medidas de tutela. Deste ponto de vista a política francesa da LIR tem sido referida amiúde entre os profissionais portugueses como uma boa prática, mas cuja eventual transferência para o caso português é merecedora de estudo aprofundado no âmbito das políticas culturais, estudo eventualmente acompanhado da ponderação de outras boas práticas de apoio direto às livrarias independentes (Que livrarias? Em que modalidades? Com que objetivos?).

Entre os aspetos das políticas públicas que se aplicam ao comércio livreiro (o IVA atualmente de taxa reduzida no livro impresso, de taxa normal no *e-book*; a legislação sobre concorrência) talvez um dos mais suscetíveis de afetar negativamente o retalho independente é o do arrendamento uma vez que vem acrescentar um novo encargo para boa parte das livrarias deste tipo. O outro tem a ver com a cópia ilegal (Dionísio e Leal, 2012), que afeta sobretudo o livro técnico, e reporta-se à legislação sobre Direito de Autor e em especial a da Cópia Privada, porque a desadequação de algumas normas e a falta de fiscalização pela IGAC prejudicam, ainda que mais indiretamente, o comércio livreiro.

CONCLUSÃO: SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DO COMÉRCIO LIVREIRO EM PORTUGAL

Como se evidenciou nos capítulos anteriores o comércio livreiro, do livro impresso, que constitui o objeto primeiro do presente estudo, enfrenta enormes desafios. Esses desafios não são de agora nem são propriamente específicos do caso português. Isso ficou bem patente no capítulo em que se fez o enquadramento geral do estudo e naquele outro em que se sintetizaram as principais tendências atuais. De um modo geral o comércio, e o comércio, *tradicional*, no sentido em que se trata de um comércio de rua, local, de proximidade, do livro impresso, por norma (mas não sempre) também *independente* face aos grupos de edição ou comercialização, tem desde há muito nas grandes superfícies alimentares e não alimentares, depois na generalização da venda de livros noutros espaços não especializados e, mais recentemente, nas práticas comerciais de cadeias de livrarias, no comércio eletrónico de livros e nos *e-books*, os seus principais concorrentes. Em muitos países, o reconhecimento destes problemas vai de par com o reconhecimento da relevância da sua existência pelo seu valor cultural e não apenas (ou não sobretudo) económico. Por isso mesmo as práticas de regulação são uma realidade em diversos países, designadamente no espaço político em que Portugal se integra.

Contudo, os referidos desafios, a forma como têm sido enfrentados e os resultados obtidos pelas vias estabelecidas variam significativamente de país para país, tal como a conjuntura económica, social e cultural, em Portugal afetada de forma particular pela crise económica. Por tudo isso o contexto português atual, à luz da sua evolução desde 2000, foi detalhadamente analisado ao longo do estudo, primeiro do ponto de vista de alguns dos indicadores socioeconómicos, depois por via do olhar de vários dos seus protagonistas atuais, todos eles situados no conjunto, sem dúvida diverso, mas apesar de tudo com características comuns, do comércio tradicional e independente. As principais tendências decorrentes da análise dos dados recolhidos foram depois sintetizadas no capítulo precedente.

Procurou-se, deste modo, responder às questões que informaram a pesquisa e que foram enunciadas na introdução. Nesta conclusão concretiza-se o último dos objetivos traçados para o presente estudo, a realização de um diagnóstico, que se sintetiza com a identificação dos principais pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Como facilmente se compreende, os pontos de sentido positivo são significativamente menos do que os de sentido contrário.

Propositadamente, não se alinham aqui possíveis linhas estratégicas de atuação decorrentes do diagnóstico, uma vez que esse não era um objetivo de partida. Mas não pode deixar de se referir a importância de as associações profissionais (e, de forma mais lata, o conjunto dos profissionais envolvidos) e as instituições públicas que tutelam o sector encontrarem vias para que se concretizem em tempo oportuno as opções que melhor se coadunem com a realidade sociocultural e geopolítica portuguesa e permitam responder aos desafios que se colocam ao comércio livreiro.

Uma última nota reporta-se à necessidade de dar continuidade à produção de informação válida e fiável e à realização de estudos sobre o sector do livro, em geral, e sobre o comércio livreiro e as livrarias independentes, em particular. Especificamente quanto a estas últimas permanecem em aberto dimensões relevantes de carácter conceptual (o que entender por livraria independente), de quantificação (quantas são, onde estão localizadas) e de caracterização (atividades, dimensão, categorias de livros, clientes), entre outras.

Síntese diagnóstica do comércio livreiro

■ **Pontos fortes**

- Proximidade física dos livreiros, afetiva e de inter-relação pessoal com os compradores de livros de maior especificidade técnica ou cultural, como prescritores;
- Capacidade de adaptação por via do alargamento das valências comerciais e das atividades culturais realizadas;
- Clientes regulares, tendencialmente grandes leitores, e sua manutenção/fidelização;
- Utilização das TIC e do comércio eletrónico.

■ **Pontos fracos**

- Distanciamento face ao comércio eletrónico de livros e de *e-books*;
- Dificuldade em acompanhar as campanhas de descontos promovidas pelas grandes superfícies e cadeias de livrarias sem pôr em causa as (mais baixas) margens de comercialização e portanto a sua viabilidade económica;

- Isolamento, que inviabiliza a existência de massa crítica negocial;
- Fraca filiação associativa e incapacidade de criação de estruturas associativas próprias.

■ **Oportunidades**

- Manutenção do livro impresso como o principal suporte relativamente ao digital;
- Disponibilidade de fundos de catálogo em loja, ou pelo menos não sobretudo de novidades;
- Reconhecimento progressivo da sua importância comercial, ainda que de forma incipiente e ambígua, por parte das editoras;
- Reconhecimento do seu relevante contributo para a diversidade cultural e pluralidade intelectual;
- Existência de regulamentação de proteção por via de Lei do Preço Fixo do Livro, sobretudo se eliminada a ineficácia do sistema de fiscalização, e da aplicação do IVA a taxa reduzida;
- Disponibilidade da tutela da Cultura para atualizar a atual LPFL;
- Existência do Plano Nacional de Leitura;
- Reivindicação de políticas (culturais) públicas de apoio a livrarias tradicionais/independentes de referência que promovam o comércio do livro em espaços de proximidade e assegurem a diversidade cultural e a pluralidade intelectual;
- Aposta no fomento do associativismo livreiro, integrado ou à margem do atualmente existente, ou ainda através da constituição de acordos ou parcerias para defesa de interesses comuns e gestão de serviços partilhados.

■ **Ameaças**

- Diminuição do número de edições de livros impressos;
- Ausência de ações de fiscalização da aplicação da LPFL;
- Ausência de medidas específicas de política cultural;

- Retração dos hábitos de leitura e de compra da população;
- Deslocação da oferta de suportes de leitura do impresso para o digital;
- Vulnerabilidade face a aspetos diretamente ligados com o livro, como a cópia ilegal e o acesso *online* a livros digitalizados, ou de âmbito mais geral, como a legislação do arredamento urbano;
- Campanhas promocionais agressivas por parte de grandes superfícies, tanto de comércio alimentar como de entretenimento, e por cadeias de livrarias;
- Retração do sector da distribuição, e dificuldade em receber títulos (novidades) atempadamente;
- Concorrência desleal, desvalorização do preço do livro e disfuncionalidades comerciais, decorrentes das práticas levadas a cabo em feiras do livro informais em recintos improvisados;
- Diversificação e alargamento dos pontos de venda de livros em estabelecimentos com outras atividades principais.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2006), *The Economy of Culture in Europe*, Bruxelas: KEA.
- AAVV (2014b), *Manifesto for the 2014 European elections*, Bruxelas: EWC, FEP, EBF.
- Beja, Rui (2004), *Risk Management: Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio*, Lisboa, Áreas Editora.
- Beja, Rui (2012). *A edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*. Lisboa: APEL.
- Benhamou, Françoise (1996), *L'Economie de la Culture*, Paris : La Découverte.
- Benhamou, Françoise e Olivia Guillon (2010), "Modèles économiques d'un marché naissant: le livre numérique", *Culture Prospective*, 2010-2, pp. 16.
- CERLALC (2011), *Modelo de Ley para el fomento de la lectura, el libro y las bibliotecas*, Bogotá, CERLALC-UNESCO, < http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/03/Modelo_Ley.pdf>.
- CERLALC (2012), "Análisis de la situación actual de las librerías", Bogotá: CERLALC-UNESCO, 20 pp, <http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/05/Analisis_Librerias.pdf>.
- Charles, Sarah e Tim Ingle (2008), *Bookselling: International Market Comparisons - A Benchmark Study of Profitability*, Booksellers Association, 21 November 2008, < <http://www.booksellers.org.uk/getmedia/abc0b80d-7de3-494a-bf01-e720302ab74f/Booksellers-International-Market-Comparisons-21-11-08>>.
- Costa, António Firmino da (coord.), Elsa Pegado, Patrícia Ávila e Ana Rita Coelho (2011), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura: os primeiros 5 anos*, Lisboa, GEPE.
- Dionísio, Pedro (coord.) e Carmo Leal (2012), "Estudo do sector de edição e livrarias e dimensão do mercado da cópia ilegal", Lisboa, IULGlobal e APEL, 116 pp.
- Eurobarómetro 399 (2013), "Cultural Access and Participation. Special Eurobarometer 399", Bruxelas: Comissão Europeia, 111 pp.
- Febvre, Lucien e Martin, Henri-Jean (2000), *O aparecimento do livro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FEP (2009), *Europe and the book (Advocacy report in favour of European programmes for books)*, <www.fep-fee.eu/IMG/pdf/FEP_EPB_DRAFT_VER2909_EN_002.pdf>.
- FEP (2014), *Europe and the book*, Bruxelas: FEP.
- Furtado, José Afonso (1995), *O que é – O livro*, Lisboa: Difusão Cultural.
- Furtado, José Afonso (2009), *A edição de livros e a gestão estratégica*, Lisboa: Booktailors.
- Gallimard, Antoine (2007), "Rapport de la Mission de Réflexion sur la Librairie Indépendante", Paris: MCC, 10 pp.

- Garcia, José Luís (coord.), João Teixeira Lopes, José Soares Neves, Rui Telmo Gomes, Teresa Duarte Martinho e Vera Borges (2014), "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional. Relatório Final", Lisboa, ICS-UL, FLUP-UP e CIES-IUL, 223 pp.
- GfK (2014a), "Análise Global Entretenimento", Apresentação no 3º Encontro dedicado em exclusivo ao mercado de entretenimento, Lisboa: GfK, maio de 2014.
- GfK (2014b), "Evolução do consumo de entretenimento", Apresentação no 3º Encontro dedicado em exclusivo ao mercado de entretenimento, Lisboa: GfK, maio de 2014.
- Greffe, Xavier (coord.) (2006), *Création et Diversité au Miroir des Industries Culturelles: Actes des Journées d'Économie de la Culture*, Paris : Département des études, de la prospective et des statistiques, La documentation Française.
- Guedes, Fernando (2001), *O Livro como Tema: História, Cultura. Indústria*, Lisboa: Editorial Verbo.
- INE (2006), *Estabelecimentos Comerciais - Unidades de Dimensão Relevante 2004*, Lisboa: INE.
- INE (2007), *Estabelecimentos Comerciais - Unidades de Dimensão Relevante 2005*, Lisboa: INE.
- INE (2008), *Estabelecimentos Comerciais - Unidades de Dimensão Relevante 2006*, Lisboa: INE.
- INE (2009), *Estabelecimentos Comerciais - Unidades de Dimensão Relevante 2007*, Lisboa: INE.
- INE (2010), *Estabelecimentos Comerciais - Unidades de Dimensão Relevante 2008*, Lisboa: INE.
- INE (2011a), *Estatísticas do Comércio 2009*, Lisboa: INE.
- INE (2011b), *Estatísticas do Comércio 2010*, Lisboa: INE.
- INE (2012a), *Estatísticas da Cultura 2011*, Lisboa: INE
- INE (2012b), *Estatísticas do Comércio 2011*, Lisboa: INE.
- INE (2013), *Estatísticas do Comércio 2012*, Lisboa: INE.
- IPA – International Publishers Association /PwC (2013), *VAT/GST/Sales Tax Rate: Global survey on books & E-Books – Update 2013 Europe, Latin America and Canada*, <<http://www.internationalpublishers.org/images/stories/news/VAT2013.pdf>>, Suíça: IPA & PwC.
- IPA – International Publishers Association (2008), *Google/ Authors Guild/AAP et al. Settlement Agreement 2008*, < <http://www.danskeforlag.dk/download/pdf/181asb035.pdf>>
- KPMG (2014), «Baromètre 2014 de l'offre de livres numériques en France», KPMG, <<http://www.kpmg.com/FR/fr/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/Barometre-2014-KPMG-Offre-de-livres-numeriques-en-France.pdf>>.
- Manguel, Alberto (1998), *Uma história da leitura*, Lisboa: Editorial Presença.
- Martin, Henri-Jean (1988), *Histoire et pouvoirs de l'écrit*, Paris: Librairie académique Perrin
- apud* Furtado, José Afonso (1995), *O que é – O livro*, Lisboa: Difusão Cultural.

- MECD (2013), *Panorámica de la edición española de libros 2012*, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, <<http://www.mcu.es/estadisticas/PrinEstadisticas.html>>.
- Moscovitz, Cécile e Rüdiger Wischenbart (2013), *Librairies dans le monde, Livres Hebdo/ Cercle de la librairie*, Mai 2013, <<http://www.cercladelibrairie.org/Document/show.aspx?id=5>>.
- Neves, José Soares e Jorge Alves dos Santos (2010), *Edição e comercialização de livros em Portugal: Empresas, volume de negócios e emprego (2000-2008)*, Lisboa: OAC, 25 pp.
- Neves, José Soares (2011), *Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI*, Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Lisboa: Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL. pp. 354.
- Neves, José Soares (coord.), Jorge Alves dos Santos, Maria João Lima, Alexandra Vaz e Emanuel Caneira (2012), *Inquérito ao Sector do Livro: Parte I – Enquadramento e Diagnóstico*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Neves, José Soares (coord.), Jorge Alves dos Santos e Alexandra Vaz (2012a), *Inquérito ao Sector do Livro Parte II - Inquéritos à Edição e à Comercialização*, Lisboa: OAC
- OLL (2013), *El sector del libro en España 2011-2013*, Observatorio de la Lectura y el Libro, setembro 2013, <http://www.mcu.es/libro/docs/MC/Observatorio/pdf/Sector_Libro_2011_13_sept13.pdf>.
- PIRA International (2003), *The EU Publishing Industry: An Assessment of Competitiveness*, Bruxelas: Comunidade Europeia.
- Pratt, Andy C. (2007), "O Estado da Economia Cultural: O Crescimento da Economia e os Desafios da Definição de uma Política Cultural" em AAVV, *A Urgência da Teoria*, Lisboa: Tinta da China e Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 189-218.
- Rothley, Willi (2002), *Relatório à Comissão sobre a elaboração de uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Preço Fixo do Livro (2001-2006 (INI)*, Bruxelas: Comissão dos Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos e Rui Telmo Gomes (2000), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa: OAC.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), José Soares Neves, Maria João Lima e Margarida Carvalho (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa: GEPE.
- Thompson, John B. (2011), *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*, Cambridge: Polity Press.
- Wirschenbart, Rudiger (2013), *IPA Global – Publishing Statistics*, Genebra: IPA.

WEBGRAFIA

Amazon Publishing, <<http://www.apub.com/about>>.

APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, <www.apel.pt>.

BBC News, <<http://www.bbc.com/news/>>.

ERICarts – European Institute for Comparative Cultural Research, <<http://www.culturalpolicies.net/web/statistics-markets.php>>.

Eurostat - Structural Business Statistics, <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/european_business/introduction>.

FEP – Federation of European Publishers, <www.fep-fee.eu>.

Frankfurt Buchmesse, International, <www.buchmesse.de/en/international/book_markets>

INE – Instituto Nacional de Estatística <www.ine.pt>.

IPA – International Publishers Association, <www.internationalpublishers.org/>.

Libération, <<http://www.liberation.fr/>>.

Livraria Pó dos Livros, <www.livrariapodoslivros.blogspot.pt>.

MECD - Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, <<http://www.mcu.es/estadisticas/>>.

Observatorio de la Lectura y el Libro, <www.mcu.es/libro/docs/MC/Observatorio/>.

Ministère de la Culture et de la Communication, <www.culturecommunication.gouv.fr/Presse/>.

Plano Nacional de Leitura, <www.planonacionaldeleitura.gov.pt>.

Publishers Weekly, <<http://www.publishersweekly.com/>>.

Público, <<http://www.publico.pt>>.

Quartz, <<http://qz.com/29783>>.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março (Lei do Depósito Legal)

Decreto-Lei nº 362/86, de 28 de Outubro [reflete as alterações introduzidas no Decreto-Lei nº 74/82, de 3 de março pelo nº 4 do art.º 50º do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, pelo Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto e pelo Despacho Normativo de 30 de Abril de 2003 que retificou o número de exemplares a depositar].

Decreto-Lei 176/96, de 21 de setembro [Lei do Preço Fixo. Institui o regime do Preço Fixo do Livro. Alterado pelo Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de setembro].

Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de setembro, artº 16º [Fiscalização: competência da Inspeção-Geral das Atividades Culturais].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho [Plano Nacional de Leitura. Aprova o PNL e cria a respetiva comissão].

ANEXOS

ANEXO 1 – PESO DA EDIÇÃO NAS INDUSTRIAS DO ENTRETENIMENTO E MEDIA

Publishing Plays a Particularly Strong Role in Global Media and Entertainment

In the global publishing, media and entertainment industries—in total, worth over US\$1,000 billion—books account for 15% of the value.

► Share of publishing in the media and entertainment industries (2012)



	US\$	Share in %	Source ¹
TV Subscriptions	\$172	17%	PwC Global Entertainment and Media Outlook 2013 - 2017
Newspapers	\$170	17%	IbisWorld, Global Newspaper Publishing Industry
TV Advertising	\$162	16%	PwC Global Entertainment and Media Outlook 2013 - 2017
Publishing (Trade + Education + STM)	\$151	15%	IPA (RW): Global Publishing Markets 2013
Movies & Entertainment*	\$133	13%	Lucintel, Global Movie and Entertainment Industry 2012-2017: Trends, Profits and Forecast Analysis
Magazines	\$107	11%	Lucintel, Global Magazine Publishing Industry 2013-2018: Trend, Profit, and Forecast Analysis
Video games	\$63	6%	PwC Global Entertainment and Media Outlook 2013 - 2017
Music	\$50	5%	PwC Global Entertainment and Media Outlook 2013 - 2017
Total publishing, media & entertainment	\$1,008	100%	
* broader definition than PwC			
Book Publishing (Trade + Edu)	112		IPA (RW)
Book Publishing (Trade + Edu)	104		PwC Global Entertainment and Media Outlook: 2013-2017
Recorded music (net industry sales, not market value; excl. Live revenues)	16.5		IFPI
Filmed Entertainment	106		PwC Global Entertainment and Media Outlook: 2013-2017

Table 02, Chart 03: Consumer spending on TV, filmed entertainment, video games, music, and all sectors of publishing. (Various sources, compiled by IPNRW)

¹Research from various sources, and IPNRW research for book publishing, including the following:

- PwC Global Entertainment and Media Outlook: 2013-2017, www.pwc.com/outlook
- Lucintel (Movies & entertainment) - http://www.researchandmarkets.com/reports/2172264/global_movie_and_entertainment_industry
- Lucintel (Magazines) - <http://www.prweb.com/releases/2013/3/prweb10565084.htm>
- IbisWorld (Newspaper) - <http://www.prweb.com/releases/2013/6/prweb10834034.htm>

ANEXO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS A LIVREIROS INDEPENDENTES

Nome do entrevistado	Pertença institucional	Função	Data
Fátima Medeiros	Livraria Culsete - Setúbal	Livreiro/Proprietário	08-05-2014
Helena Girão Santos	Livraria Fonte de Letras - Évora	Livreiro/Proprietário	10-04-2014
Jaime Bulhosa	Livraria Pó dos livros - Lisboa	Livreiro/Proprietário	02-04-2014
João Paulo Dias Pinheiro	Livraria Férin - Lisboa	Livreiro/Proprietário	04-04-2014
José Pinho	Livraria Ler Devagar - Lisboa	Livreiro/Proprietário	01-04-2014

ANEXO 3 – LISTA DE ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS A PROFISSIONAIS DO LIVRO

Nome do entrevistado	Percurso	Data
Ana Neves	Livreira, foi presidente da Comissão Técnica de Livreiros da APEL e exerce atualmente como gestora de compras de livraria do El Corte Inglés	12-02-2014
Dora Forcas	Diretora Comercial e de Operações na Distribuidora Bertrand	19-03-2014
Eduardo Boavida	Editor e livreiro, foi diretor da Feira do Livro de Lisboa, gestor de livrarias na FNAC e na Bertrand e exerce atualmente como editor da Editora Bertrand	21-02-2014
Henrique Mota	Editor, representa a APEL na Federação Europeia e Internacional de Livreiros (EIBF) e na Federação Europeia de Editores (FEP), é membro do Comité Executivo da Federação Internacional de Editores (IPA), e exerce atualmente como sócio-editor da Príncipia Editora e sócio-gerente da Livraria Férin	10-02-2014
João Espadinha	Gestor, foi presidente do Conselho Técnico das Feiras do Livro da APEL, exerce atualmente como Administrador, e responsável pelas áreas Comercial e de Operações, da Editorial Presença	20-02-2014
João Rodrigues	Editor, foi presidente da Comissão Organizadora do Congresso do Livro 2011, e exerce atualmente como editor da Sextante Editora da qual foi fundador	11-03-2014

ANEXO 4 – GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevista com _____ (livraria _____), realizada a
de _____ por _____ em _____.

Bom dia/boa tarde,

Em nome da equipa agradeço de novo a sua disponibilidade para colaborar com o estudo concedendo-nos esta entrevista.

Como referido no contato inicial o estudo visa realizar um diagnóstico da situação atual do sector e identificar as principais tendências de evolução.

A entrevista destina-se a recolher a sua experiência e a sua opinião sobre um conjunto de 8 temas. Espero tomar-lhe cerca de uma hora e meia.

Será gravada para efeitos de tratamento e análise mas a sua utilização será anónima.

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

Começar por solicitar que o(a) entrevistado(a) situe em traços largos o seu percurso no sector/comércio do livro (início da atividade, funções, livrarias,...)

2. SOBRE A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO LIVRO

Das transformações ocorridas ao longo dos últimos anos na indústria do livro, quais os fatores que considera terem tido maior repercussão no comércio do livro?

- Relacionamento profissional entre os vários intervenientes na produção e comercialização do livro: autor – agente literário – editor – distribuidor – livreiro (quais as alterações que mais valoriza e porquê);
- Concentração livreira em grandes superfícies comerciais e cadeias de livrarias (quais os efeitos mais significativos que se fizeram sentir);
- Concentração em grupos editoriais de grande dimensão (que tipo de repercussão sentiu e em que dimensão);
- Livro escolar (que aspetos merecem realce e com que repercussões)
- Livrarias eletrónicas e livros digitais (quais os impactos que considera mais relevantes);
- Outras alterações que considera marcantes (quais e com que implicações).

3. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DO LIVRO

Mais especificamente quanto à evolução do comércio do livro quais os aspetos e que alterações (positivas /negativas) tem constatado relativamente a:

- Tipo e quantidade de livros produzidos pelos editores;
- Modelo de relacionamento logístico com os seus fornecedores (editores/distribuidores);
- Condições de comercialização;
- Práticas concorrenciais dos diferentes canais de venda (livrarias independentes, cadeias de livrarias, FNAC, hipermercados, livrarias eletrónicas, CTT, quiosques, lojas de conveniência...);
- Hábitos de leitura e de compra, preço dos livros;
- Concorrência de outros produtos de entretenimento e de ocupação dos tempos livres;
- Outros aspetos.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL

Relativamente ao atual enquadramento legal e institucional, como caracteriza os instrumentos e ações que regulamentam e/ou acolhem a sua atividade (positivos e negativos) e que sugestões gostaria de apresentar, nomeadamente no que se refere a:

- Preço fixo do livro;
- IVA;
- Fiscalidade;
- Cópia ilegal;
- Leis laborais e contrato coletivo de trabalho;
- Lei do arrendamento;
- Plano Nacional de Leitura;
- Políticas públicas direcionadas para o comércio livreiro;
- Cooperação entre pares para obtenção de sinergias (promoção, internet, serviços partilhados...);
- Associativismo;
- Outros aspetos.

5. EVOLUÇÃO DA SUA ACTIVIDADE

Agora quanto à evolução da sua atividade, que alterações relevantes se verificaram no seu negócio (quantitativas, qualitativas), designadamente quanto aos seguintes aspetos:

- Organização operacional e administrativa;
- Ações de marketing e promoção de vendas;
- Áreas de negócio (novas, que abandonou);
- Atividades culturais promovidas
- Fornecedores (tipo e quantidade);
- Volume de vendas (unidades, categorias editoriais);
- Novidades de livros (quantidade);
- Quantidade e tipo de clientes (regulares, ocasionais, novos e perda de clientes);
- Colaboradores efetivos e temporários (quantos);
- Outros aspetos.

6. EVOLUÇÕES PREVISÍVEIS A PRAZO

No que se refere à evolução previsível da indústria do livro em geral, e do comércio livreiro em particular (*e mais especificamente das livrarias independentes*), quais as principais tendências que considera como ameaças para o negócio? E como oportunidades?

- Ameaças
 - i. Passíveis de serem ultrapassadas (como);
 - ii. Que não vislumbra como combater (porquê);
 - iii. Outras ameaças.
- Oportunidades
 - i. Que pensa aproveitar (como);
 - ii. Que não tem forma de aproveitar (porquê);
 - iii. Outras oportunidades.

7. SUGESTÕES

Tem outras sugestões a fazer quanto à otimização do comércio do livro em Portugal?

8. OUTROS ASPETOS ANTES NÃO CONSIDERADOS

A terminar, que outros aspetos anteriormente não considerados gostaria de acrescentar?

A entrevista terminou. Muito obrigado pela sua colaboração!

ANEXO 5 – GRELHA (QUESTIONÁRIO) DE CARATERIZAÇÃO DA LIVRARIA

Local	Data	Hora
LIVRARIA		
ENTREVISTAD O		
	DATA DE ABERTURA	
	ENTREVISTADOR	

A) Quais das seguintes **secções** e **serviços** dispõe?

A. 1 Secções

- | | |
|----------------------|--------------------------|
| 1. Ficção | <input type="checkbox"/> |
| 2. Não ficção | <input type="checkbox"/> |
| 3. Livros técnicos | <input type="checkbox"/> |
| 4. Livros escolares | <input type="checkbox"/> |
| 5. Novidades | <input type="checkbox"/> |
| 6. Fundo de catálogo | <input type="checkbox"/> |
| 7. Alfarrabista | <input type="checkbox"/> |
| 8. Outras. | <input type="checkbox"/> |

Quais? _____

A. 2. Outras secções ou serviços

- | | |
|----------------------------------|--------------------------|
| 1. Jornais e revistas | <input type="checkbox"/> |
| 2. Papelaria | <input type="checkbox"/> |
| 3. Cafeteria/ <i>Lounge</i> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Auditório | <input type="checkbox"/> |
| 5. Comércio eletrónico de livros | <input type="checkbox"/> |
| 6. Outros | <input type="checkbox"/> |
| Quais? _____ | |
| 7. Não tem nenhum | <input type="checkbox"/> |

B) Qual o número de **títulos** disponíveis? . .

C) Qual das seguintes **atividades** realiza normalmente (se se aplicar)?

- | | |
|----------------------------|--------------------------|
| 1. Apresentações de livros | <input type="checkbox"/> |
| 2. Sessões de autógrafos | <input type="checkbox"/> |
| 3. Nenhuma | <input type="checkbox"/> |
| 4. Outras. | <input type="checkbox"/> |

Quais? _____

D) Relativamente ao volume de negócios:

1. Em qual dos seguintes escalões se inclui o volume de negócios em **2013**?

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1. < €50.000 | <input type="checkbox"/> | 5. €1.000.001 - €10.000.000 | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | | | |
| 2. €50.001 - €250.000 | <input type="checkbox"/> | 6. > €10.000.001 | <input type="checkbox"/> |
| 3. €250.001 - €500.000 | <input type="checkbox"/> | 7. Não resposta | <input type="checkbox"/> |
| 4. €500.001 - €1.000.000 | <input type="checkbox"/> | | |

2. Houve variação significativa relativamente a **2012**? Não Sim Se sim, escalão?

3. Que parte correspondeu à venda de **livros**? %

4. Qual(is) o(s) principal(is) **categoria(s)** vendido(s)?

Ficção Literatura Infantil e juvenil BD Literatura importada

Não Ficção Ciências História e política Infantil e juvenil
Dicionários/
autoajuda Idiomas Arte Turismo, lazer e
Direito/ Economia/ Informática

ANEXO 6 – TAXA DE IVA SOBRE LIVROS IMPRESSOS E ELETRÓNICOS NOS PAÍSES DA

UE-27

(percentagem)

País	Taxa de IVA (VAT/GST)	Livros impressos		Livros eletrónicos	
		Taxa especial? Sim/ Não/ Parcial	Se parcial, especificar	Taxa especial? Sim/ Não/ Parcial	Se parcial, especificar
Alemanha	19	7	NA	Não	NA
Áustria	20	10	NA	Não	NA
Bélgica	21	6	NA	Não	NA
Bulgária	20	=	NA	Não	NA
Chipre	18	5	NA	Não	NA
Dinamarca	25	=	NA	Não	NA
Eslováquia	20	10	NA	Não	NA
Eslovénia	20	8.5	NA	Parcialmente, 8.5	Áudio-livros e e-books em suporte físico
Espanha	21	4	NA	Parcialmente, 4	Áudio-livros e e-books em suporte físico
Estónia	20	9	0 em alguns livros	Não	NA
Finlândia	24	10	NA	Não	NA
França	19.6	5.5	NA	5.5	NA
Grécia	23	6.5	NA	Não	NA
Holanda	21	6	NA	Parcialmente, 6	Áudio-livros e e-books em suporte físico
Hungria	27	5	NA	Parcialmente, 5	Áudio-livros e e-books em suporte físico
Irlanda	23	0	NA	Não	NA
Itália	21	4	NA	Parcialmente, 4	Apenas para e-books especificamente destinados a pessoas com dificuldades visuais
Letónia	21	12	NA	Não	NA
Lituânia	21	9	NA	Não	NA
Luxemburgo	15	3	NA	3	NA
Malta	18	5	NA	Não	NA
Polónia	23	5	NA	Parcialmente, 5	Áudio-livros e e-books em suporte físico
Portugal Continental	23	6	NA	Parcialmente, 6	Áudio-livros e e-books em suporte físico

País	Taxa de IVA (VAT/GST)	Livros impressos		Livros eletrónicos	
		Taxa especial? Sim/ Não/ Parcial	Se parcial, especificar	Taxa especial? Sim/ Não/ Parcial	Se parcial, especificar
Reino Unido	20	0	NA	Não	NA
República Checa	21	15	NA	Não	NA
Roménia	24	9	NA	Parcialmente, 9	Áudio-livros e e-books em suporte físico
Suécia	25	6	NA	Parcialmente, 6	Apenas para áudio-livros e livros em Braille

Fonte: IPA/PwC (2013: 8)

Nota: no original "Partially": "Partially means that a special VAT/GST regime applies to some categories of books or that all books are exempt from VAT. An exemption means where the supplier of the books does not charge any tax, however if the seller incurs any VAT/GST on his purchases then the VAT/GST cannot be credited against any output VAT/GST and the VAT/GST becomes a cost. In case of zero rated supplies, the supplier does not charge any VAT/GST on his sales, however any VAT/GST incurred on his purchases is available as credit which can be set-off and hence is no cost to the seller."

**ANEXO 7 – CRONOLOGIA COM FACTOS RELEVANTES QUE MARCAM O SECTOR DO
LIVRO (COMÉRCIO E EDIÇÃO) EM PORTUGAL (1970-2014)**

ANO	FACTOS RELEVANTES
1970	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros Centros Comerciais: Imaviz e Apolo 70
1971	<ul style="list-style-type: none"> • Início de atividade do Círculo de Leitores
1973	<ul style="list-style-type: none"> • Livraria Culsete – Setúbal • Editorial Teorema, comprada pelo grupo Leya em 2008
1980	<ul style="list-style-type: none"> • Criado o Instituto Português. do Livro (IPL)
1985	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura do hipermercado Continente, em Matosinhos, primeira grande superfície alimentar com espaço específico dedicado à venda de livros • Livraria Arquivo - Leiria
1986	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do programa da tutela da cultura Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
1987	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura do primeiro hipermercado Pão de Açúcar e de um segundo hipermercado Continente, ambos em Alfragide (Amadora)
1988	<ul style="list-style-type: none"> • APEL assume a qualidade de agência nacional do ISBN
1990	<ul style="list-style-type: none"> • Nesta década as livrarias começam a incluir cafetarias e espaços de leitura nas suas lojas
1993	<ul style="list-style-type: none"> • Livrarias Bertrand (remodelação e início de constituição de cadeia) • Bisturi.net – livraria online comercializa livros técnicos nacionais e estrangeiros • Existem já 35 grandes superfícies alimentares em Portugal, com espaços cada vez maiores e melhor apetrechados para a comercialização de livros
1995	<ul style="list-style-type: none"> • Mediabooks (livraria online fundada pela Texto Editora, desde 2007 no grupo Leya)
1996	<ul style="list-style-type: none"> • Lei do Preço Fixo do Livro (LPF) - DL n.º 176/96, de 21 de setembro • Arranque do programa Rede de Bibliotecas Escolares
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Feira de Frankfurt - “Portugal Frankfurt 97” • Inauguração do Centro Comercial Colombo
1998	<ul style="list-style-type: none"> • FNAC (primeira loja, no Centro Comercial Colombo, Lisboa)
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Wook (livraria online fundada pela Porto Editora, inicialmente Webboom, com a designação atual desde 2008) • Cisão no movimento associativo (editores e livreiros), mantendo-se a APEL e tendo sido constituída a UEP
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão e ajustamentos à Lei do Preço Fixo do Livro (LPFL) - DL n.º 216/00, de 2 de setembro • Fonte de Letras – Montemor-o-Novo, mudou-se para Évora em 2013
2001	<ul style="list-style-type: none"> • El Corte Inglés abre a primeira loja, em Lisboa • Falência da Digilivro/Logilivro marca decadência das distribuidoras • I Congresso Editores Portugueses (organizado pela UEP)
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Falência da distribuidora Audil

2006	<ul style="list-style-type: none"> • Direct Group Bertelsmann - Portugal (Círculo Litores + Temas e Debates) compra grupo Bertrand (Bertrand Editora, Quetzal Editora, Distribuidora Bertrand e Livrarias Bertrand) • Livrarias Bertrand contam com uma cadeia de 48 espaços predominantemente localizados em Centros Comerciais • II Congresso dos Editores (organizado pela UEP)
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Leya arranca com a compra de Texto Editores, Editorial Caminho, D. Quixote, ASA, Gailivro e Nova Gaia • Explorer Investements adquire Grupo Oficina do Livro (Oficina do Livro, Casa das Letras, e Estrela Polar) e fá-lo crescer com a compra das editoras Teorema e Sebenta • Livraria Byblos mega-espaço que abre em 13 de dezembro e viria a encerrar em 20 de novembro de 2008 • Book IT (abertura em Chaves da primeira livraria-papelaria do grupo Sonae); 19 lojas no final de 2013 • Fábula Urbis – nova livraria em Lisboa junto à Sé (livros sobre a cidade)
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Direct Group Bertelsmannn – Portugal compra Editorial Pergaminho • Grupo Babel inicia a constituição com compra de Guimarães Editora, Editorial Arcádia e Editora Ática • Grupo Leya compra Grupo Oficina do Livro • Livraria Pó dos livros – generalista com papelaria, café, e espaço infantil • Worten inicia venda de livros
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Babel compra as editoras Verbo e Ulisseia • Falência Central Livros (distribuidora) • Sítio do Livro – livraria online para obras que não se encontram no circuito livreiro • Ler Devagar – livraria “alternativa” no espaço LX Factory • Livraria Alêtheia – Lisboa (Bairro Alto) • Reunificação do movimento associativo (editores e livreiros) na APEL
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Porto Editora intensiva crescimento orgânico e compra Sextante Editora • Grupo Porto Editora adquire as subsidiárias detidas pelo Direct Group Bertelsmann e constitui o Grupo Bertrand Círculo • Grupo Babel completa-se com a criação das chancelas Athena, Centauro, PI 3,1416 e K4 • Internacionalização nos mercados de língua portuguesa (Brasil, Angola e Moçambique) dos 3 grandes grupos (Leya, Babel e Porto Editora) • Criada a livraria Cabeçudos – Lisboa (dedicada exclusivamente a livros infantis)
2011	<ul style="list-style-type: none"> • FNAC conta já com 17 espaços localizados em Centros Comerciais • Criada a livraria Palavra de Viajante – Lisboa (na Rua de S. Bento e dedicada a literatura de viagens) • Congresso do Livro (organizado pela APEL)
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Leya cria plataforma de auto-publicação ESCRIPTOS • Criada a Livraria Fundamentos - Braga (dedicada ao cristianismo e às religiões) • Encerramento da Livraria Portugal (Lisboa-Chiado) fundada em 1941

	<ul style="list-style-type: none"> • Falência da Sodilivros (Distribuidora fundada em 1985) integrada desde 2010 na Coimbra Editora • Falência da distribuidora ECL – Empresa de Comércio Livreiro
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Encerramento da Livraria Sá da Costa (Lisboa-Chiado desde 1943) fundada em 1913 (Rua Poço dos Negros) • I Dia do Livro e do Livreiro (organização do Encontro Livreiro + Fundação Saramago, a ter lugar em 30 de Novembro de cada ano) • Criada a Livraria Desassossego – Lisboa (Rua de S. Bento, propriedade da Chiado Editora) • Criada a livraria XYZ – Lisboa (situada no Chiado e dedicada a livros relacionados com a fotografia) • 26 livrarias independentes apresentam queixa à IGAC por práticas comerciais da FNAC e das livrarias Bertrand que entendem violar a Lei do Preço Fixo do Livro
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do V Encontro Livreiro, iniciativa da Livraria Culsete, Setúbal • Porto Editora lança chancela para publicação digital COOLBOOKS • Civilização Editora cujas origens remontam a 1881, detém as Livrarias Bulhosa atualmente com 7 lojas e uma livraria online • Dinalivro, distribuidora fundada em 1969 que tem atividade de edição e importação, constituiu a rede de livrarias Bookhouse atualmente com 6 lojas e uma livraria online • Coimbra Editora, fundada em 1920 em Coimbra com atividade editorial e livreira especializada na área jurídica, conta com 9 lojas e 1 livraria jurídica online • Grupo Bertrand Círculo conta com 60 lojas e uma livraria online Bertrand, e o clube do livro Círculo de Leitores • Grupo LeYa possui uma rede de onze livrarias - oito lojas próprias e três em regime de parceria, e 1 livraria online • Livraria Almedina, fundada em 1957 junto à Universidade de Coimbra com atividade de livraria e de edição, conta com 11 lojas e 1 livraria online

Fonte: Elaboração própria.

**ANEXO 8 – CUPIX - NÍVEL DO PREÇO NORMAL DO LIVRO POR PAÍS E POR ANO
(2010-2013)**

(Euros e percentagem)

País	Com regime de Preço fixo	Taxa de IVA	2010	2011	2012	2013
			Stieg Larsson "The Girl Who Played with Fire"	Walter Isaacson 'Steve Jobs'	J.R.R. Tolkien 'The Hobbit'	Dan Brown 'Inferno'
Alemanha	Sim	7%	22,95	24,99	18,00	26,00
Áustria	Sim	10%	23,60	25,70	18,50	n/d
Bélgica	Não	6%	19,99	25,00	19,00 (Flandres) 12,00 (Valónia)	18,99 (Flandres) 22,90 (Valónia)
Bulgária	Não	20%	9,23	17,90	7,66	15,34
Chipre	Não	5%	24,90	31,50	18,00	17,99
Dinamarca	Sim	25%	26,83	47,03	44,20	n/d
Eslováquia	Não	10%	15,00	n/d	7,90	n/d
Eslovénia	Sim	8,5%	34,90	27,71	13,95	27,90 (hardback)
Espanha	Sim	4%	22,50	23,90	20,95	21,38
Estónia	Não	9%	16,80	24,99	20,60	22,86
Finlândia	Não	10%	n/d	n/d	24,95	29,95
França	Sim	5,5%	21,85	23,75	20,00 (hardback) 5,70 (paperback)	21,00 (hardback)
Grécia	Sim	6,5%	n/d	17,91	18,00	16,92
Holanda	Sim	6%	29,95	23,95	18,95	22,95
Hungria	Sim	5%	11,50	16,30 (soft cover)	12,50	11,52
Irlanda	Não	0%	8,99	16,50	8,99	17,99
Itália	Sim	4%	19,50	20,00	11,00	25,00
Letónia	Não	12%	15,46	Não traduzido	13,60	14,30
Lituânia	Não	9%	11,20	n/d	9,81	9,85
Luxemburgo	Não	3%	n/d	n/d	n/d	n/d
Malta	Não	5%	n/d	19,99	n/d	29,99
Polónia	Não	5%	12,00	11,30	8,17	10,63
Portugal	Sim	6%	22,21	29,90	22,60	22,20
Reino Unido	Não	0%	11,95	n/d	n/d	23,72
República Checa	Não	15%	8,63	16,27	14,00	13,60
Roménia	Não	9%	13,00	36,80	8,80	15,56
Suécia	Não	6%	n/d	22,16	25,83	23,00
Espaço Económico Europeu						
Noruega	Sim	0%	43,00	51,30	20,00	44,30
Suíça	Não	2,5%	28,80	28,73	18,27	21,05

Fonte: European Institute for Comparative Cultural Research (ERICarts) baseado nos dados fornecidos pelos contactos de cada país. Dados recolhidos em novembro de 2010, 2011, 2012 e 2013, <<http://www.culturalpolicies.net/web/statistics-markets.php>>.